



2009-2013



Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB

RELATÓRIO DE GESTÃO

PIBID

Brasília, 2013

Sumário

Apresentação	5
1. Introdução	11
2. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-Pibid	27
2.2. Princípios pedagógicos e objetivos do Pibid	29
2.3. Referências legais	31
2.4. Participantes	32
2.5. Financiamento	33
2.6. Resultados do Pibid: números e impactos do período 2009-2013	34
2.6.1. O período 2009-2013 (dados dos Editais 2013, no próximo subtópico)	34
2.6.1.1. As IES participantes	37
2.6.1.2. As áreas de conhecimento do Pibid	41
2.6.2. Editais 2013: os novos números do Pibid	42
2.6.2.1. As IES dos Editais lançados em 2013	45
2.6.2.2. As áreas dos Editais lançados em 2013	50
2.6.3. Acompanhamento e avaliação do programa em 2012 e 2013	53
2.6.3.1. Análise dos questionários pela CGV/DEB	53
2.6.3.2. Avaliação externa do Pibid	59
2.6.3.3. Avaliação dos relatórios anuais dos projetos apoiados	68
2.6.4. Gestão do Pibid	69
2.6.4.1. Orientações às IES participantes	69
2.6.4.2. Novo regulamento do Pibid: Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013	71
2.6.4.3. Visitas técnicas e participação em eventos do Pibid	72
2.6.4.4. Eventos do Pibid na Capes	73
2.7. O Pibid na Web.	74
2.8. Perspectivas para o Pibid em 2014	74
2.9. Alguns registros e fotos do programa	75

3. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos	76
3.2. Britannica on line	76
3.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação	77
3.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI	77
3.5. Estratégias de Comunicação	78
3.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	78
3.7. Parceria DEB - FNDE	78
4. Acompanhamento e Avaliação dos Programas	80
5. Novos Programas em análise na DEB	84
6. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013	85
7. Desafios da DEB	103
8. ANEXO I – IES Parceiras	110
9. ANEXO III – IES Pibid	123
10. ANEXO IV – IES - Pibid Diversidade	129

SIGLAS

AAE – Auxílio por Avaliação Educacional
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
CGIN – Coordenação Geral de Informática – Capes
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTC/EB - Conselho Técnico-Científico da Educação Básica - Capes
DEB - Diretoria de Educação Básica Presencial/Capes
DED - Diretoria de Educação a Distância/Capes
DPB - Diretoria de Programas e Bolsas no País/Capes
DRI - Diretoria de Relações Internacionais/Capes
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação/Capes
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Cursos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES - Instituição Pública de Ensino Superior
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Life – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
LOA - Lei Orçamentária Anual
Paep - Programa de Apoio a Eventos no País - Capes
Parfor - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas
SAC – Sistema de Auxílios e Concessões (Capes)
SEB – Secretaria de Educação Básica
SESu - Secretaria de Educação Superior
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SGB – Sistema de Gestão de Bolsas

Apresentação

Esta Apresentação caracteriza-se como um Resumo Executivo e tem o propósito de dar uma visão sucinta do Relatório de Gestão 2009-2013, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, órgão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Optou-se por elaborar um Relatório consolidado pelo fato de a gestão da formação de professores para a educação básica na Capes, no período 2009-2013, representar uma linha de ação marcada pela continuidade dos programas e pela identidade de visão política dos titulares da DEB sobre a relevância social da carreira do magistério da educação básica. A consolidação das informações em poucas páginas tem o propósito de permitir ao leitor uma visão de conjunto e perceber a evolução da área na Capes.

A Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) foi criada em 2007, quando a Lei 11.502, de 11 de julho de 2007, conferiu à Capes as atribuições de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em 2012, o Decreto nº 7.692, de 2 de março, alterou o nome da diretoria para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB, já consolidada na Capes e nas instituições parceiras. A mudança não alterou o trabalho desta Diretoria, mas revelou de modo mais claro o foco de sua missão: promover ações voltadas para a valorização do magistério por meio da formação de professores.

Importa ressaltar que a diretoria considera que uma política de valorização do magistério decorre de um conjunto articulado e orgânico que atraia novos profissionais e mantenha na rede os já atuantes. Esse conjunto envolve plano de carreira, salário digno, formação inicial e continuada articulada à progressão funcional, boa infraestrutura física e tecnológica na escola, ambiente favorável à aprendizagem e ao convívio, gestão comprometida com o sucesso escolar de todos e, ainda, reconhecimento social. Sendo, porém, a atribuição legal da diretoria direcionada à formação, é nesse segmento que são concentrados os trabalhos.

Em 2013, a DEB buscou fortalecer seus principais programas, com o propósito de organizá-los a partir de eixos comuns, de forma que o conjunto concretize uma política de Estado voltada à formação inicial e continuada. O sucesso dessa política, acrescido dos demais aspectos elencados no parágrafo anterior, certamente contribuirá para a valorização dos professores da educação básica e de suas instituições formadoras e para a melhoria da educação básica brasileira – condição não única, mas estruturante para a construção de um país verdadeiramente democrático, inclusivo e social e economicamente desenvolvido.

Os eixos comuns a essa política são (a) a busca da excelência e da equidade na formação de professores; (b) a integração entre instituições formadoras, escolas públicas de educação básica e programas de pós-graduação e (c) a produção e disseminação do conhecimento produzido.

A preocupação com excelência considera que formar um professor hoje exige alto grau de complexidade científica, acadêmica, metodológica e prática; a busca pela equidade deve-se ao fato de a Capes considerar o Brasil como um todo e a educação como um sistema nacional democrático: portanto, a excelência do processo de ensino e aprendizagem deve estender-se a todo o país.

Os princípios estruturantes da formação de professores induzida e fomentada pela DEB são: conexão entre teoria e prática; integração entre instituições formadoras, escolas e programas de pós-graduação; equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e ética; articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Esses princípios básicos respeitam a autonomia das instituições formadoras e das redes de ensino e, ainda, as características locais e regionais, mas, ao serem intencionalmente traduzidos nos projetos pedagógicos de

cada instituição parceira, produzem uma dinâmica capaz de renovar e inovar a formação dos professores do País.

Os dados registrados neste Relatório sinalizam a forte atuação da diretoria e apontam perspectivas de trabalho que aumentam a cada dia ante os bons resultados que estão sendo colhidos. O diferencial que a Capes traz à formação de professores e aos programas de fomento a estudos, pesquisas e inovação na Educação Básica advém de sua experiência de mais de seis décadas na qualificação, expansão e consolidação da pós-graduação no Brasil e de uma visão sistêmica da educação brasileira.

Como decorrência dessa visão sistêmica, a Capes incentiva as instituições de educação superior a reconhecerem nas escolas públicas um espaço de produção e de apropriação de conhecimento, tornando-as, simultaneamente, partícipes e beneficiárias dos estudos e dos programas desenvolvidos. Paralelamente, essa integração contribui para unir ensino, pesquisa e extensão, respeitando o direito de aprender dos professores, valorizando os atores envolvidos e comprometendo a comunidade educacional com a elevação do padrão de qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB contabilizou parceria com 311 instituições de ensino superior, algumas com participação em todos os programas fomentados pela Diretoria. Esse número significa o alcance de 1.032 diferentes grupos de docentes de graduação e pós-graduação envolvidos com formação de professores da educação básica. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul. Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em sete estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Percentualmente, na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 80% e na Sul, 80%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas: 64%, contra 36% de públicas.

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação: (a) formação inicial; (b) formação continuada e extensão, (c) formação associada à pesquisa e (d) divulgação científica. A sinergia e a intersecção entre as linhas e os programas podem potencializar os resultados educacionais, modificando o quadro brasileiro com maior velocidade.

É na **formação inicial** do professor que começa a qualidade da educação. A partir desse pensamento, a DEB fomenta três programas importantes. O primeiro, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, destina-se a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; o segundo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, alcança alunos de licenciaturas – professores ainda em formação; e o terceiro, o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, busca promover a melhoria e a inovação nas licenciaturas, inclusive incentivando a atualização dos professores que formam professores.

Para a DEB, a **formação continuada** - nela incluída a extensão - responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um *continuum* que se estende ao longo da vida. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

Nessa linha, estão os programas Novos Talentos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Profissional de Professores, a Residência Docente no Colégio Pedro II, os programas de formação de professores e alunos medalhistas associados às Olimpíadas de Matemática e Química e projetos de iniciação científica da Rede Nacional de Educação e Ciência. O programa Residência Docente abre a linha de indução profissional, tema em discussão nos países avançados, e propõe um acompanhamento especial e uma orientação qualificada a docentes recém-iniciados na rede pública.

A formação *stricto sensu* associada à pesquisa concretiza-se com o Observatório da Educação que, contudo, não forma somente doutores e mestres, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

A divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e, em boa parte, está associada aos demais programas de formação inicial e continuada. Muitas propostas de Feiras de Ciências e Mostras Científicas decorrem de participantes dos programas Pibid, Parfor, Novos Talentos, da Rede Nacional de Educação e Ciência.

O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todas as linhas e, à semelhança do programa Pró-Equipamentos, da pós-graduação, permite às IES públicas a formação de professores com domínio das novas linguagens e tecnologias, em uma vivência de diálogo interdisciplinar.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor se insere na primeira linha citada. É uma ação emergencial que visa estimular a formação em nível superior de professores em exercício nas redes públicas de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de acesso à qualificação profissional exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Desenvolvido em regime de colaboração entre a União – representada pela Capes -, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Programa fomenta a implantação de turmas especiais nos seguintes cursos e programas: a) primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; b) segunda licenciatura – para docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública que atuem em área distinta da sua formação inicial; e c) formação pedagógica – para docentes graduados, mas não licenciados.

O Parfor, na modalidade presencial¹, apresenta evolução em seu processo de institucionalização e crescimento na demanda e efetivação de matrículas. Em 2009, o número de matriculados era de 4.273 professores, distribuídos em 140 turmas. O Programa encerrou o ano de 2013 com 70.220 professores matriculados em 2.145 turmas especiais ofertadas por 96 IES.

O Parfor é um exemplo do compromisso da Capes com equidade, redução de assimetrias e crescimento inclusivo do Brasil: na modalidade presencial, há 2.480 professores matriculados, oriundos de escolas localizadas em terra indígena dos estados do AC, AM, BA, CE, MA, MT, PA, RR, RS, SC e TO. A região Norte lidera o ranking do número de matrículas efetuadas com o percentual de 48,86%, seguida da Nordeste com 38,18%. No estado do Pará, 71,5% dos professores sem formação estão sendo atendidos pelo Parfor, no Amazonas, 62,4%.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid lançou oito editais, entre 2007 e 2013. As atividades relativas ao primeiro edital somente foram iniciadas nos primeiros meses de 2009. De um total de 3.088 bolsistas em dezembro de 2009, o programa cresceu para a concessão de 49.321 bolsas, em 2012. Nos editais de 2013, foram aprovadas a ampliação de projetos existentes, a inclusão de novos subprojetos/áreas e a

¹ A modalidade a distância é de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância – DED.

participação de bolsistas do ProUni, uma vez que nas instituições privadas são formados cerca de 70% dos professores em exercício. As bolsas serão implementadas em 2014 e alcançam o número de 90.254 concessões, distribuídas em 2.997 subprojetos e 855 campi. Na região Nordeste está o maior percentual de bolsistas: 31%.

Mesmo com um tempo de maturação que ainda pode ser considerado pequeno, os relatórios e os relatos das instituições participantes do Pibid mostram impactos significativos, em especial:

- a) integração entre teoria e prática e aproximação entre universidades e escolas públicas de educação básica;
- b) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais;
- c) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos nos programas;
- d) melhoria no desempenho escolar dos alunos envolvidos;
- e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- g) inserção de novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores;
- h) participação crescente de bolsistas de iniciação em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior.

A avaliação externa do Pibid realizada em 2013 destaca: *“Constata-se que o Pibid vem possibilitando, na visão de todos os envolvidos com sua realização, um aperfeiçoamento da formação inicial de docentes para a educação básica. Em particular destacamos a apreciação dos Licenciandos que participam deste Programa os quais declaram reiteradamente em seus depoimentos como o Pibid está contribuindo fortemente para sua formação profissional em função de propiciar contato direto com a realidade escolar nos inícios de seu curso, contato com a sala de aula e os alunos, possibilitando-lhes conhecer de perto a escola pública e os desafios da profissão docente.”* (Gatti, B.; André, M., 2013)

O **Observatório da Educação** é um exemplo claro da proposta de incentivo à articulação entre programas de pós-graduação e educação básica. É desenvolvido em parceria com o INEP e teve editais em 2006, 2008, 2010 e 2012. Em 2009, por solicitação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secadi, foi publicado o Observatório da Educação Escolar Indígena, uma edição especial com foco nos territórios etnoeducacionais indígenas. Os projetos do Obeduc podem ter de 2 a 4 anos. Em 2013, estavam vigentes 176 projetos, distribuídos em 136 projetos locais e 40 em rede. No exercício, foram alcançados 212 programas de pós-graduação e concedidas 2.846 bolsas, sendo 184 de doutorado, 491 de mestrado, 977 para professores da educação básica, 175 coordenadores dos projetos e 1.019 para alunos de graduação que se envolvem com as pesquisas. Como produtos do Obeduc, contabilizam-se teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos científicos, publicações em periódicos e revistas, realização de seminários, simpósios... Impactos como o aprimoramento de políticas públicas municipais, projetos inovadores nas escolas e formação continuada de professores mostram a relevância educacional do Observatório da Educação e seu potencial de contribuir para elevar a qualidade da educação brasileira.

Em 2013, a DEB lançou o segundo edital do programa **Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life**, com o propósito de oferecer aos professores a oportunidade de uma formação com tecnologias, em uma ambiente que promova o diálogo interdisciplinar, a inovação didático-pedagógica e o domínio de equipamentos e das novas linguagens presentes na sociedade contemporânea. Com os editais 2012 e 2013, implantaram-se 254 laboratórios em instituições públicas de formação de professores. No

Nordeste estão 30% dos Lifes. Os demais distribuem-se da seguinte forma: 13% no Norte, 11% no Centro-Oeste, 20% no Sudeste e 20% no Sul.

No ano de 2013, estavam vigentes 101 projetos do programa **Novos Talentos**, dos quais 16 do Edital 2010 e 85 do Edital 2012. As instituições participantes desenvolveram subprojetos e atividades extracurriculares, aceitando o desafio de aproximar cursos de graduação e programas de pós-graduação, de professores e alunos da rede pública de educação básica, oferecendo cursos criativos, principalmente em períodos de férias e em ambientes inovadores. É uma visão de educação continuada que leva em conta o contexto e o compromisso com a qualidade da educação básica local.

O **Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência** busca fomentar a inovação, a criatividade e o desenho de currículos e projetos pedagógicos de formação que preparem professores para educar e educar-se junto a crianças e jovens de um mundo em permanente mudança. Em 2013 foi lançado edital que selecionou 66 novas instituições.

Na vertente da cooperação internacional para professores da educação básica, a DEB desenhou e implementa o **Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores**, uma proposta sólida de educação continuada que oferece aos professores da educação básica oportunidade de inserção em universidades e instituições de pesquisa de renome internacional. Algumas ações do programa são realizadas com a Diretoria de Relações Internacionais – DRI. No período 2010 a 2013, 2.119 professores participaram de cursos no exterior e o êxito educacional dessas missões incentiva a Capes a ampliar o programa em número de beneficiados e em áreas atendidas.

Nos **Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica**, a DEB investe em ações que incorporem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, principalmente para professores e alunos da educação básica, em escolas e regiões de baixo IDEB e renda. O apoio à Rede Nacional de Educação e Ciência, às ações de formação decorrentes das Olimpíadas de Química e Matemática e a parceria com o CNPq para fomento a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e a Olimpíadas Científicas mostram o caráter plural e estratégico dessa linha de ação. O Programa Residência Docente no Colégio Pedro II é um exemplo de projeto inovador apoiado e seus resultados em 2012 e 2013 indicam ser oportuna a extensão da proposta a outras escolas de referência.

Em relação à parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Capes participa anualmente com dois terços dos recursos do edital de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e do edital de Apoio a Olimpíadas Científicas. No período 2010-2014 foram apoiadas 23 feiras e mostras de âmbito nacional, 99 na esfera estadual, 250 na municipal e 33 feiras itinerantes.

Merece registro o trabalho que se iniciou em 2011, em articulação com a DAV e a DED de incentivo aos mestrados profissionais para professores da educação básica que deve promover significativo crescimento da oferta dessa linha de cursos para professores da rede pública. Junto com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC-EB, a DEB apoia, na avaliação trienal dos cursos de pós-graduação, a pontuação e o reconhecimento do seu envolvimento com a educação básica. Na avaliação trienal de 2013, todas as áreas da pós-graduação iniciaram esse processo que deve valorizar a docência e a educação básica junto aos programas *stricto sensu*.

Em relação à execução orçamentária, a DEB vem consolidando seu trabalho com reflexos positivos no volume de recursos aplicados e nos percentuais dessa execução. Em 2009, foram aplicados R\$ 44.811.805,00; em 2010, R\$178.967.895,00; em 2011, R\$ 283.190.184,00, em 2012 R\$ 439.807.162,10 e R\$ 500.798.764,92. Nos dois últimos anos, houve contingenciamento. A tendência precisa ser de aumento do montante de recursos orçamentários, considerando (a) o impacto da formação de professores na qualidade da educação; (b) a institucionalização dos programas nas instituições parceiras da DEB, (c) o investimento na racionalização e na informatização dos procedimentos administrativos e no

acompanhamento dos programas, (d) as adequações promovidas pelas Leis 11.502/2007 e 12.695/2013 e (e) as condições institucionais de maior experiência da equipe técnica.

A atual gestão da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB considera que, embora ainda haja muitos desafios a enfrentar, lançou, nesse período de 2009 a 2013, bases sólidas para concretizar a missão institucional da Capes no que se refere à formação de docentes para a educação básica e à valorização do magistério. Há que se destacar a visão sistêmica de educação do Presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães e seu compromisso com a nova missão da agência e, ainda, o empenho e a eficiência da equipe da DEB que movimenta um cotidiano exigente e plural, consciente da ética de ser um servidor público responsável por tão relevante área.

A DEB trabalha ciente da complexidade da educação, das exigências do presente e dos desafios do futuro, e segura de que a Capes será um diferencial no fomento a uma formação de alto padrão, contribuindo para construir um sistema nacional de educação de elevada qualidade.

Nas páginas a seguir, apresentam-se os programas com mais dados e informações.

Carmen Moreira de Castro Neves
Diretora da DEB

1. Introdução

A [Lei nº 11.502](#), de 11 de julho de 2007, modificou os termos da [Lei nº. 8.405](#), de 09 de janeiro de 1992, ampliando as competências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e sua estrutura organizacional, para a agência assumir - além do suporte ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País – a indução e o fomento a ações de formação e valorização dos profissionais do magistério da educação básica pública. Para responder pelas novas atribuições, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

Em 2012, dois novos instrumentos introduziram mudanças, com o propósito de adequar a estrutura da Capes a uma realidade que mostra um acentuado crescimento na demanda e no desenvolvimento de programas de formação de docentes e de internacionalização do ensino superior. Trata-se da [Lei nº 12.695](#), de 25 de julho de 2012, artigo 15, e do [Decreto 7.692](#), de 02 de março de 2012. O referido Decreto aprovou novo Estatuto da Capes e alterou a denominação da Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.

Este Relatório refere-se à Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica cujas atribuições estão definidas no art. 24 do Estatuto da Capes, que estabelece:

Art. 24. À Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica compete:

I - fomentar a articulação e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e de educação superior, inclusive da pós-graduação, para a implementação da política nacional de formação de professores de Magistério da Educação Básica;

II - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

III - apoiar a formação de professores da Educação Básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos inovadores, conteúdos curriculares e de material didático;

IV - apoiar a formação de professores da Educação Básica mediante programas de estímulo ao ingresso na carreira do magistério; e

V – fomentar o uso de tecnologias de informação e da comunicação nos processos de formação de professores da Educação Básica.

Embasa, ainda, a atuação da DEB, o [Decreto 6.755](#), de 29 de janeiro de 2009, em especial seus artigos 8º, 10 e 11. O Decreto institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada.

De acordo com o Decreto 7.692/2012, a DEB está assim estruturada:

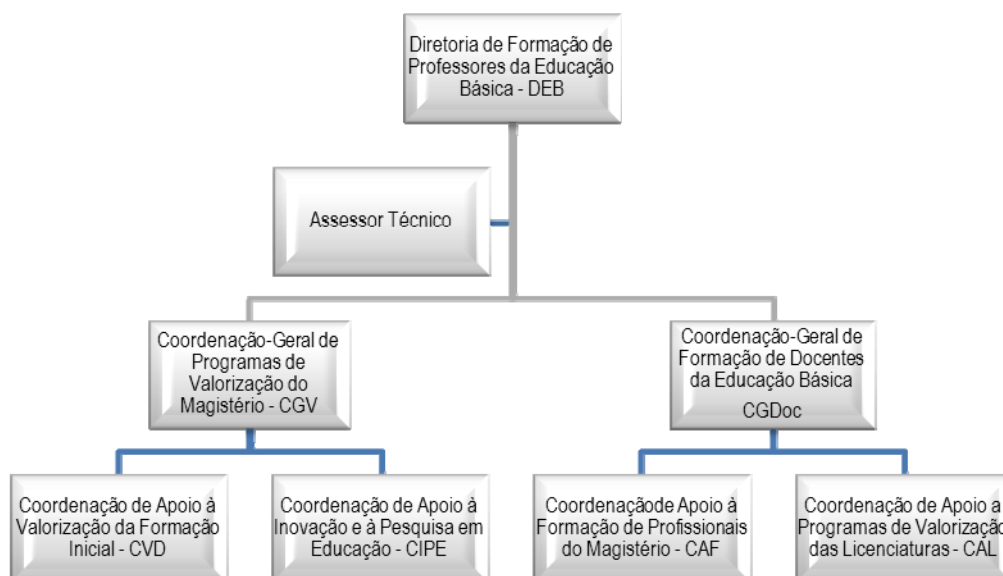


Figura 1: Estrutura da DEB

a. Os gestores da DEB

2007

Ao iniciar suas atividades, após o Decreto [6.316/2007](#), hoje revogado, a DEB teve como diretor o Prof. Dr. Dilvo Ristoff e como coordenadores-gerais os professores doutores Helena Freitas (CGDOC) e José André Angotti (CGC).

2009

Em fevereiro de 2009, assumiu a direção o Prof. Dr. João Carlos Teatini. Para as duas coordenações-gerais foram nomeadas a Professora Alba Rossi (CGDOC) e a Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Carmen Moreira de Castro Neves (CGC).

Estava, então, em processo inicial de desenvolvimento o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, com execução orçamentária por meio do FNDE. Com recursos da Secretaria de Educação Superior – SESu, era implementado o Edital 2008 do Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, e, com financiamento compartilhado entre INEP e Capes, os editais 2006 e 2008 do Observatório da Educação. No início de 2009, apenas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid tinha recursos próprios da Capes, mas seus descritores no PPA e na LOA limitavam sua implementação e o programa ainda não se concretizara.

Na mudança de direção, em 2009, esses programas tiveram continuidade e a DEB trabalhou para estabelecer uma base orçamentária que lhe assegurasse autonomia na execução e na gestão dos programas e, ainda, ampliasse suas possibilidades de ação.

2011

Em 2011, o diretor Prof. Dr. João Carlos Teatini assumiu a Diretoria de Educação a Distância e a Prof^a Carmen Moreira de Castro Neves foi nomeada Diretora de Educação Básica Presencial. Com a mudança, passaram a responder pela CGDOC, a Prof^a Dr^a Izabel Lima Pessoa, analista de C&T da Capes, e pela CGV, o Prof. Dr. Hélder Eterno da Silveira, cedido à Capes pela Universidade Federal de Uberlândia.

A mudança do nome da DEB. Em 2012, o Decreto 7.692 alterou o nome da antiga Diretoria de Educação Básica Presencial para Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, mantendo-se a sigla DEB. Essa modificação evita confusões com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do MEC e revela de modo mais claro a missão desta Diretoria: promover a formação e valorização de professores da Educação Básica.

b. Princípios de trabalho

A DEB considera que a formação de professores da educação básica é um componente essencial para a universalização e a democratização da educação de qualidade, para o desenvolvimento humano e social do país e para seu crescimento inclusivo e sustentável. O cenário contemporâneo de alta complexidade impõe um sentido de urgência quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização docente e, na esfera de suas atribuições legais, a Capes, desde 2009 vem investindo de modo crescente na concretização dessas políticas.

Assim, o conjunto dos programas da DEB organiza-se em uma matriz educacional que articula três vertentes: busca pela excelência e pela equidade na formação dos professores brasileiros; integração entre programas de pós-graduação, cursos de formação de professores e escola básica; e produção e disseminação de conhecimento. Na base de cada ação da DEB está o compromisso da Capes de valorizar o magistério da educação básica, conforme ilustra a figura a seguir.



Figura 2. Matriz educacional da DEB

Para a diretoria, é na formação inicial do professor que começa a qualidade da educação. Os estudos, as pesquisas e as avaliações do ensino superior indicam a necessidade de reformulação das licenciaturas, inclusive com ações que permitam o redesenho dos currículos e a atualização dos professores que formam professores.

O incentivo à busca pela excelência na formação de professores em todo o país insere-se no compromisso da Capes de reduzir as assimetrias regionais e de zelar pela equidade como uma medida de igualdade de oportunidades e democracia plena. Dessa forma, os programas induzem uma formação que garanta o direito de aprender dos professores, com base em projetos pedagógicos que contemplem os seguintes princípios comuns:

- a) conexão entre teoria e prática;
- b) integração entre as escolas e as instituições formadoras;
- c) equilíbrio entre conhecimento, competências, atitudes e a ética que realça a responsabilidade social da profissão e
- d) articulação entre ensino pesquisa e extensão.



Figura 3. Princípios articuladores da formação de docentes

Esses princípios devem ser respeitados pelas IES que façam adesão aos editais. Todavia, eles não colocam uma camisa de força nos projetos institucionais, que devem ser elaborados e desenvolvidos com respeito às especificidades locais e regionais e em resposta às demandas e aos desafios dos sistemas de ensino e do mundo em mudança em que vivemos.

Nessa mesma linha pedagógica, a DEB concebe a formação continuada. Na visão da diretoria, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

O foco na educação básica e na atração de novos profissionais para a educação ratifica-se na promoção da formação *stricto sensu* associada à pesquisa. A ampliação do programa Observatório da Educação visa não somente formar mais doutores e mestres em temáticas da educação, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

O apoio à divulgação científica busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e facilitar o domínio das novas linguagens e tecnologias. A divulgação científica associada a programas de formação inicial e continuada, reforça uma política de valorização do magistério e mobiliza os jovens e a sociedade, comprometendo-os com a agenda da educação brasileira.

c. As linhas de ação da DEB

Com base na matriz e nos princípios, e considerando a complexidade da formação de docentes, a DEB organiza seus programas levando em conta diferentes momentos da formação: (1) a inicial; (2) a continuada e a extensão, (3) a formação comprometida com a pesquisa e (4) a divulgação científica. O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todos os demais.

A retroalimentação e a sinergia entre os programas e o fato de um programa poder ser enquadrado em mais de um momento, dependendo do enfoque adotado (conforme sugere a seta lateral à Figura 5), otimizam os resultados educacionais. O Pibid, por exemplo, é um programa de formação inicial para os alunos de licenciatura, mas para coordenadores e supervisores, pode adquirir o caráter de formação continuada e pesquisa.

Assim, os programas mantêm um eixo comum com base na matriz educacional e nos princípios de trabalho da DEB, em um processo intencional, articulado e capaz de se retroalimentar, gerando um movimento progressivo de aperfeiçoamento da formação docente e de valorização dos profissionais que nela atuam.

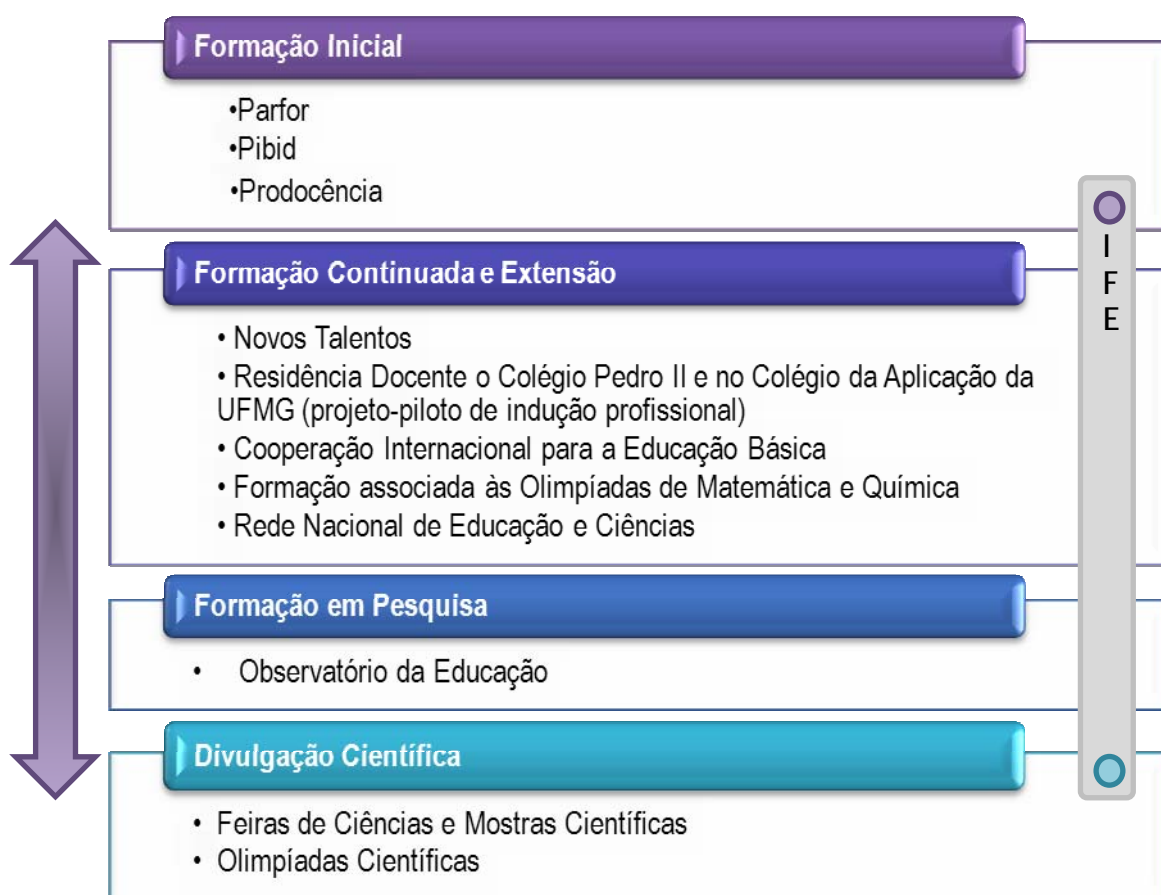


Figura 4. As linhas de ação da DEB

d. Modelo de Gestão

Os programas sob responsabilidade da DEB são desenvolvidos com base no respeito à autonomia das universidades e das redes de ensino; no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura à inovação, a novas propostas e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido.

Destaque-se que o tradicional diálogo da Capes com as IES, as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa, no caso desta diretoria foi ampliado para alcançar o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime.

Uma ação pouco visível da diretoria, mas intensa nos primeiros anos da educação básica na Capes, foi disseminar a ideia da necessidade do pensamento sistêmico sobre a educação nacional e de que a educação básica – e nela, a formação de professores – impacta em todos os setores do desenvolvimento humano e econômico do Brasil. Assim, todas as áreas da pós-graduação têm ações que se correlacionam com a educação básica e a consciência dessa intersecção pode alavancar as melhorias de que a sociedade brasileira precisa. O planejamento estratégico da Capes, as mudanças na sua legislação após 2007 e o crescimento do orçamento para a área foram decorrentes dessa busca pela institucionalização da educação básica na Capes e na comunidade acadêmica e científica como um todo.

A Capes consolidou seu nome ao investir na indução, no fomento e na avaliação. Nos primeiros anos, a DEB privilegiou a indução e o fomento, mostrando à comunidade acadêmica e gestora da educação básica seu potencial de ação. A plataforma *on line* que divulgará e compartilhará a produção decorrente dos programas, por motivos alheios à diretoria, ainda não pode ser concretizada, mas a partir de 2012, iniciou-se um movimento de avaliação externa dos programas que passará a ser rotina no cotidiano da DEB.



Figura 5. Ciclo de ação da Capes

A diretoria trabalha principalmente com editais. Posto que há limite orçamentário, a seleção por meio de editais confere transparência e publicidade aos investimentos feitos e reconhece o mérito das propostas elaboradas pelas instituições, tornando-se um modo de operar democrático. Comissões *ad hoc*, formadas por especialistas em áreas afins e nomeadas por portaria, garantem que o processo seletivo seja feito de maneira idônea.

A periodicidade no lançamento dos editais dos programas e o incentivo à construção de redes colaborativas e de propostas interdisciplinares permitem que as instituições de educação superior aperfeiçoem o desenho de novas propostas de investigação e de trabalho, gerando uma dinâmica de aprimoramento recíproco e contínuo, com impactos positivos na educação brasileira. Os Projetos Especiais representam uma exceção no uso de editais por seu caráter diferenciado e, via-de-regra, por se caracterizarem como projetos-piloto que, uma vez avaliados, podem se transformar em editais que estendam a proposta a novas instituições.

e. Vinculação da DEB com o Planejamento Estratégico da Capes e com o PNPG

No marco legal da ampliação de sua missão, em 2010 a Capes elaborou um Planejamento Estratégico que serviu de referência às ações da DEB.

Já no estabelecimento da **missão** da Capes, percebe-se o papel da diretoria: “*Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica (grifo nosso) e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.*”

A valorização e o olhar sistêmico sobre o papel da educação, da ciência e da tecnologia no país estão presentes na **visão**: “*Ser a instituição transformadora da qualidade da educação, da ciência e da tecnologia para uma sociedade moderna e inovadora.*”

Os objetivos identificados no Mapa Estratégico da Capes, decorrentes do Planejamento, são:

1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
2. Promover a inovação e desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
3. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
4. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento do País.

Do ponto de vista da educação básica, a Capes comprometeu-se a:

1. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;
2. Estimular e induzir a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;
3. Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais da educação básica;
4. Estimular e induzir a integração da pós-graduação com a educação básica
5. Fomentar e induzir a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público.

Observa-se claramente a vinculação da DEB a todos os pontos elencados no Planejamento Estratégico da Capes e essa vinculação não acontece por acaso: a diretoria participou ativamente da elaboração desse documento que foi o primeiro a formalizar a inserção da formação de professores da educação básica no âmbito da atuação da agência, após a mudança da lei.

O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 dedicou um capítulo à Educação Básica e trouxe um conjunto de recomendações à DEB:

- Ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica, nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação e o Observatório da Educação Escolar Indígena.
- Ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, em especial no que se refere às ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica- PARFOR;
- Ampliação dos editais destinados à valorização e à formação dos profissionais do magistério da educação básica, como PIBID, PARFOR, Prodocência, Novos Talentos, entre outros.
- Estímulo ao desenvolvimento de estudos visando à formatação do ensino de ciências na Educação Básica, instrumento fundamental para a construção da cidadania.

Em agosto de 2013, diante da Comissão de Acompanhamento do PNPG, a DEB combinou cada recomendação com as ações em andamento. As informações apresentadas nos próximos capítulos deste Relatório mostrarão que a diretoria atendeu a todas as recomendações propostas, em números e qualidade de seus programas.

Assim, as ações induzidas, fomentadas e desenvolvidas pela DEB guardam estreita relação com as leis que amparam a ação da Capes, com seu Planejamento Estratégico e com o Plano Nacional de Pós-Graduação que dedica um capítulo especial à educação básica.

f. Instituições e parcerias da DEB

Em 2013, a DEB alcançou o número de 311 instituições parceiras, somados todos os programas sob responsabilidade da Diretoria. Algumas participam de todos; outras, todavia, como é o caso das privadas, não podem concorrer, ainda, a todos os programas, por força de limites nos editais. Ver IES no **ANEXO I** – IES Participantes de Programas da DEB.

Das 311 IES parceiras, 102 são federais, 41 estaduais, 18 municipais e 150 são comunitárias ou privadas.

Na região Norte, há um total de 28 IES; na Nordeste, 61; na região Centro-Oeste, 23; na Sudeste, 131 e na Sul, 68. Em percentuais, 9% estão na região Norte, 20% na Nordeste, 7% na Centro-Oeste, 42% na Sudeste e 22% na região Sul.

Em 13 estados (AC, AM, AP, RO, RR, BA, CE, AL, PB, RN, SE, MS, SC), a DEB tem parceria com o total das IES públicas ali sediadas. Em 7 estados (PA, MA, PI, DF, GO, MT, RS), apenas uma não é alcançada pelos programas da diretoria. Na região Norte, 81% das IES públicas participam dos programas; na Nordeste, 73%, na Centro-Oeste, 84% e na Sul, 85%. Na região Sudeste é onde há maior participação de instituições privadas nos programas, em especial devido à inclusão dos bolsistas Prouni no Pibid: 64%, contra 36% de públicas. Os maior volume de recursos, todavia, é destinado às públicas.



Gráfico 1. DEB: IES parceiras por região, 2013

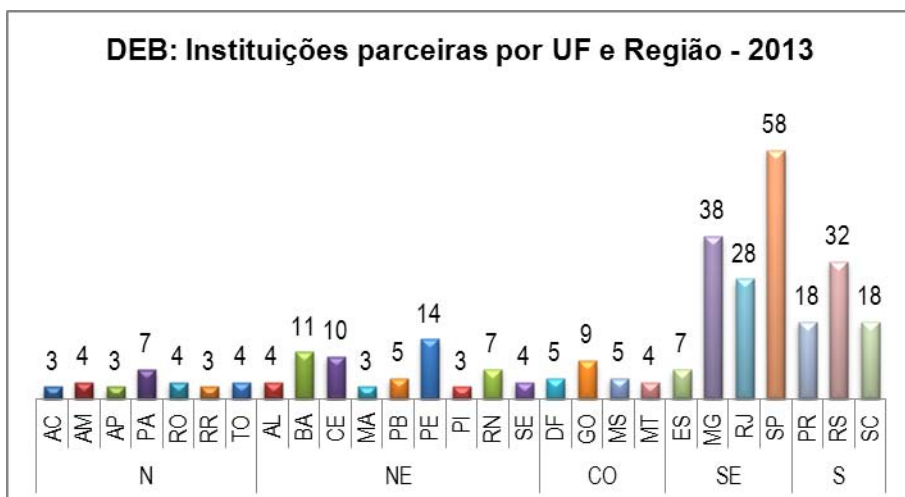


Gráfico 2. Distribuição das IES parceiras por região e estados, 2013

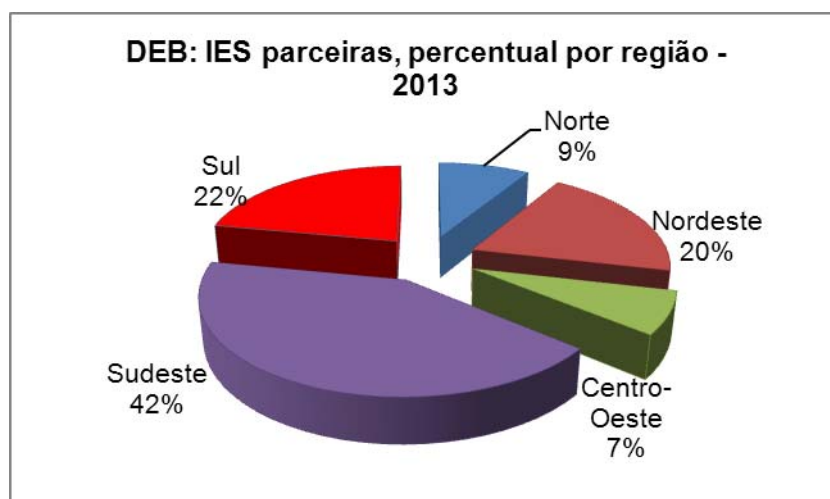


Gráfico 3. IES parceiras, distribuição percentual por região, 2013

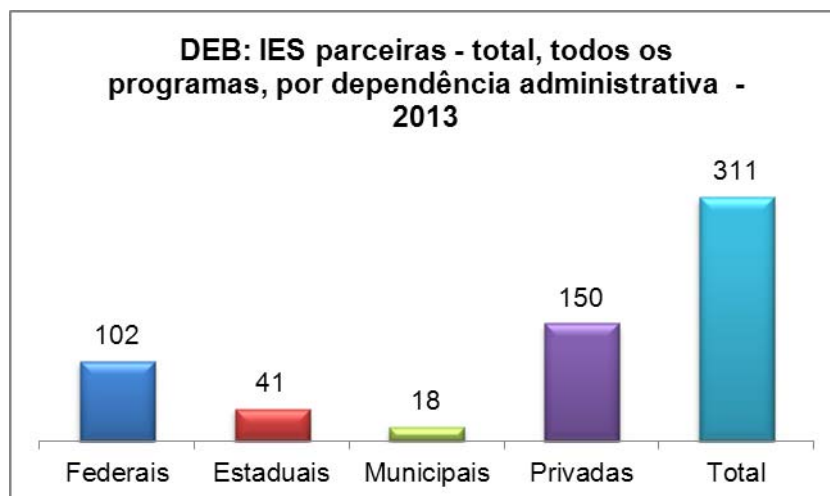


Gráfico 4. IES parceiras - total, todos os programas, por dependência administrativa, 2013

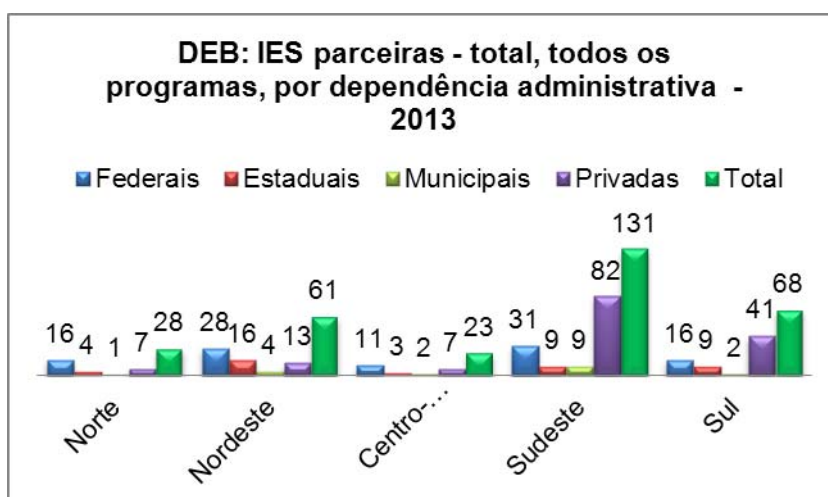


Gráfico 5. DEB: IES parceiras, todos os programas, 2013

A Tabela discriminando as informações anteriores está a seguir:

Tabela 1. DEB: Distribuição das IES parcerias por estado, região e esfera administrativa, 2013

Região	UF	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas
N	AC	3	2	0	0	1
	AM	4	2	1	0	1
	AP	3	2	1	0	0
	PA	7	4	1	0	2
	RO	4	2	0	0	2
	RR	3	2	1	0	0
	TO	4	2	0	1	1
NE	AL	4	2	2	0	0
	BA	12	6	4	0	1
	CE	10	4	3	0	3
	MA	3	2	1	0	0
	PB	5	3	1	0	1
	PE	15	4	1	4	5
	PI	3	2	1	0	0
	RN	7	3	3	0	1
	SE	4	2	0	0	2
CO	DF	5	3	0	0	2
	GO	9	3	1	2	3
	MS	5	3	1	0	1
	MT	4	2	1	0	1
SE	ES	7	2	0	1	4
	MG	38	17	2	0	19
	RJ	28	8	4	0	16
	SP	62	4	3	8	43
S	PR	20	4	7	0	7
	RS	25	8	1	0	23
	SC	25	4	1	2	11
Total		311	102	41	18	150

As 311 IES parceiras podem ter vários grupos envolvidos com os diferentes programas². No caso do Observatório da Educação, por exemplo, em uma mesma IES, podem participar vários programas de pós-graduação (ver capítulo V, sobre o Observatório da Educação).

Nos gráficos e tabelas a seguir, apresenta-se a quantidade de parcerias, por programa e sua distribuição por região. A soma alcança 1.032 parcerias, ampliando a capilaridade dos programas e abrindo espaços para importantes ações de sinergia de atividades formativas. O detalhamento dos números será encontrado nos capítulos sobre cada um dos programas.



Gráfico 6. N° de parcerias por programas, 2013



Gráfico 7. Distribuição das parcerias, por região, 2013

² Optou-se por utilizar o termo “parcerias”, considerando que uma mesma instituição pode abrigar mais de um projeto educacional ou de pesquisa gerenciados pela DEB/CAPES. Isso ocorre nos programas: Observatório da Educação (94 instituições abrigando 240 grupos de pesquisa), Life (105 instituições abrigando 126 projetos de implementação de laboratórios interdisciplinares), Prodocência (88 instituições abrigando 115 projetos de melhoria das licenciaturas), Novos Talentos (61 instituições abrigando 101 projetos de apoio à educação básica) e Projetos Especiais (34 instituições abrigando 37 parcerias). Nos casos do Parfor, do Pibid e do Pibid Diversidade, o número bruto apresentado no gráfico 6 equivale ao número de instituições participantes, bem como ao número de projetos institucionais. No total, 311 instituições abrigam 1.032 diferentes parcerias, conforme Anexo I deste relatório.

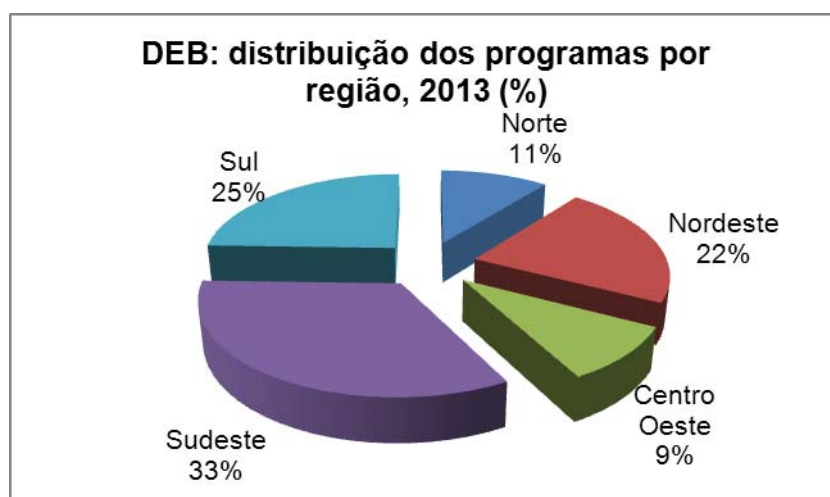


Gráfico 8. Distribuição percentual dos programas, 2013, por região

Tabela 2. DEB: IES participantes e parcerias, por UF e região, 2013

DEB 2013		IES	Programas/Parcerias
N	AC	3	5
	AM	4	17
	AP	3	9
	PA	7	42
	RO	4	9
	RR	3	14
	TO	4	14
NE	AL	4	16
	BA	11	54
	CE	10	30
	MA	3	12
	PB	5	23
	PE	14	34
	PI	3	16
	RN	7	28
SE	4	14	
CO	DF	5	22
	GO	9	25
	MS	5	26
	MT	4	25
SE	ES	7	13
	MG	38	101
	RJ	28	79
	SP	58	151
S	PR	18	73
	RS	32	110
	SC	18	70
Total		311	1.032

Tabela 3. DEB: Distribuição de parcerias por programa e por região, 2013

	Parfor	Pibid	Pibid Diversidade	Observatório da Educação	Prodocência	Novos Talentos	LIFE	Projetos Especiais	Total
N	16	28	5	19	15	9	14	5	110
NE	26	56	12	33	34	19	35	12	227
CO	5	21	5	24	12	16	11	4	98
SE	23	115	3	96	28	31	39	10	344
S	26	66	7	68	26	27	27	6	253
Total	96	285	32	240	115	101	126	37	1.032

g. A DEB no Sistema de Disseminação de Informações (SDI), da Capes

O crescimento da DEB no período 2009-2013 pode ser atestado nos números apresentados neste Relatório e nos relatórios extraídos do [Sistema de Disseminação de Informações](#) – SDI da Capes.

Com base no SDI, em 2013 o Pibid foi o segundo maior programa de bolsas da Capes. O Parfor e o Observatório da Educação aparecem entre os 12 maiores, conforme extrato abaixo. Para uma diretoria nova, trata-se de um resultado a ser considerado do ponto de vista de potencial de impacto de mudança na formação de professores.

Tabela 4. Principais programas Capes e da DEB (bolsas/ano) em 2013

Programa	Bolsistas
PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL	67.639
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCENCIA - Pibid	62.070
UAB	35.942
CSF GRADUAÇÃO SANDUÍCHE	14.149
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Parfor	13.683
PROGRAMA DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA	11.156
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2013	10.109
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS IES	8.012
PROGRAMA DE SUPORTE À PÓS-GRADUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES (MÓDULO TAXAS)	6.316
PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA 2012	4.397
OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO - Obeduc	3.319
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA	3.302

Fonte: SDI/Capes

Ao conceder bolsas nos programas que fomenta, a DEB estabelece uma cota fixa por IES. No entanto, pode haver rotatividade de bolsistas. Exemplificando: se um coordenador de área do Pibid afasta-se da universidade para um pós-doutorado, a bolsa que era ocupada por ele deve ser concedida a outro coordenador. O mesmo acontece quando um licenciando do Pibid completa o curso: sua bolsa é repassada a outro licenciando.

Portanto, se considerarmos a rotatividade de bolsistas ao longo de um ano, teremos números superiores às concessões feitas. Isso, porém, não significa superposição ou duplo pagamento, mas diferentes CPFs que passaram pelos programas, em diferentes períodos de tempo.

Por programa, segundo o SDI, é a seguinte a evolução de bolsas pagas, por CPF:

Tabela 5. DEB: evolução de bolsistas por CPF, 2009-2013

Programa	Quantidade de Bolsistas por CPF				
	2009	2010	2011	2012	2013
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid	3.544	18.166	32.188	57.252	62.070
Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - Parfor	*	*	8.047	13.016	13.912
Observatório da Educação - Obeduc			1.540	1.785	3.319
Programa Nacional Olimpíadas de Química			292	340	429
Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas					579
Residência Docente no Colégio Pedro II				90	230
Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua Inglesa nos EUA				534	1.075
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Portuguesa e Ciências em Portugal					168
Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Francesa na França					31
Programa de Integração da Ciência - Pontos de CTI-EB					124
Programa Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica		23	34	11	11
Total	3.544	18.189	42.101	73.028	81.948

* O Parfor era pago pelo FNDE.

Fonte: SDI/Capes

h. Processos de trabalho da DEB

As inúmeras atividades decorrentes da implementação e da gestão dos programas envolvem a equipe da DEB em um fluxo contínuo de ações que demandam ritmo intenso de trabalho e globam vários processos, como mostra, de modo sucinto, a ilustração a seguir.

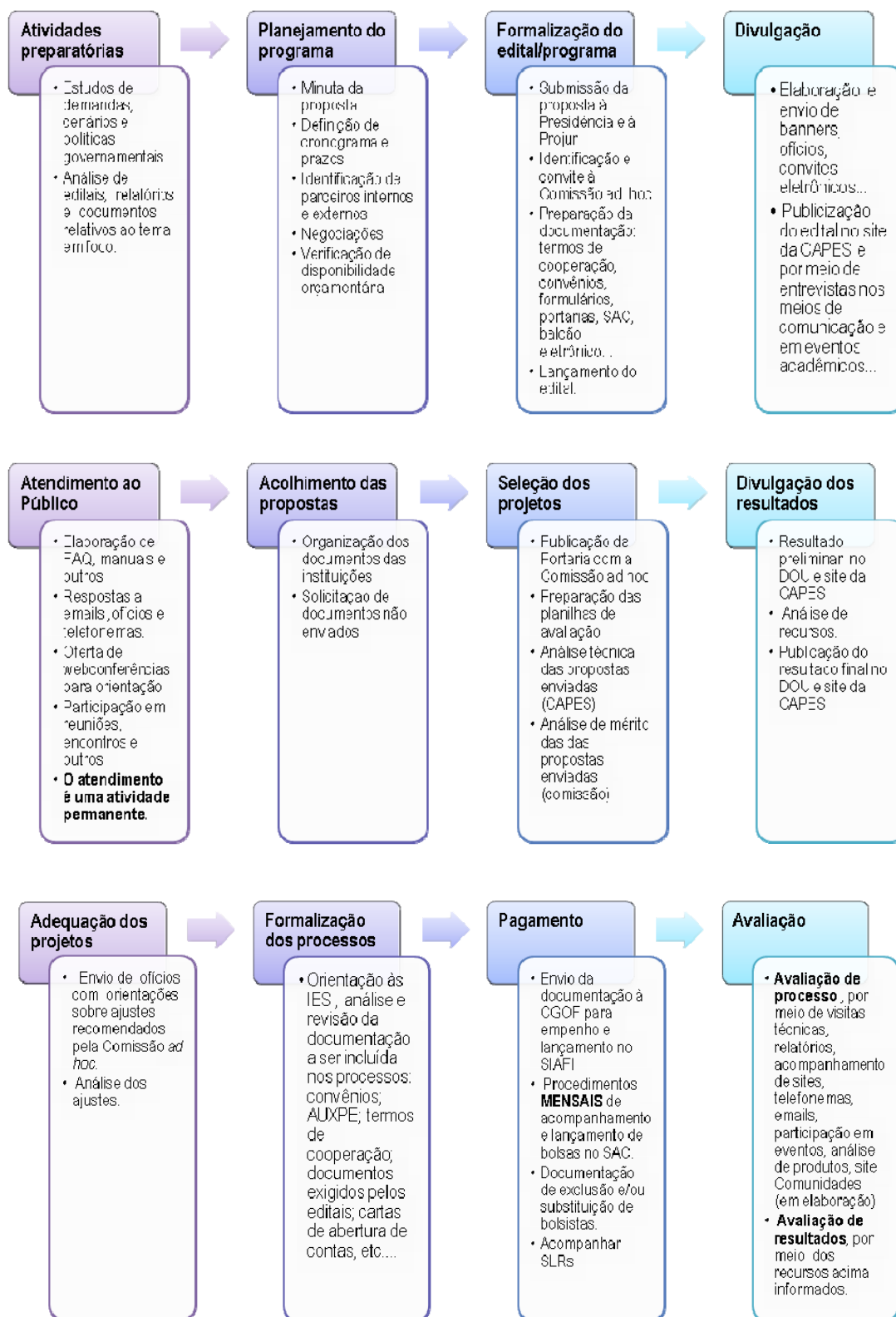


Figura 6. Processos de trabalho da DEB

Nas próximas páginas, são apresentados os programas desenvolvidos pela DEB, no período 2009 a 2013, para preservar a memória dos cinco primeiros anos da educação básica na CAPES.

2. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- Pibid



O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência³ – Pibid é um programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica.

O Pibid oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas - e por supervisores - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades.

O diálogo e a interação entre licenciandos, coordenadores e supervisores geram um movimento dinâmico e virtuoso de formação recíproca e crescimento contínuo.

A figura a seguir ilustra a dinâmica do Pibid.

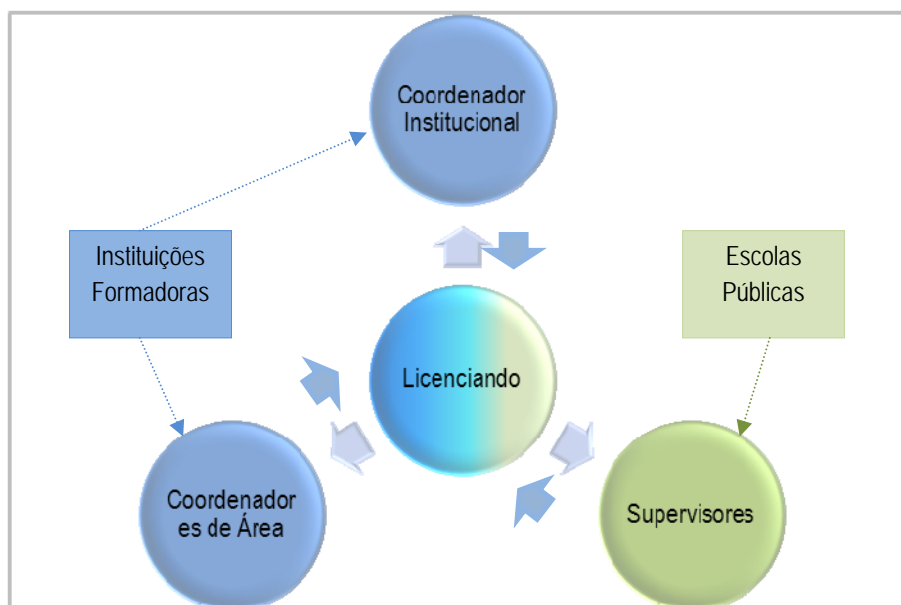


Figura 7. Pibid: Desenho do programa

Ao ser lançado, em 2007, a prioridade de atendimento do Pibid eram as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio – dada a carência de professores nessas disciplinas. No entanto, com os primeiros resultados positivos, as políticas de valorização do magistério e o crescimento da demanda, a partir de 2009, o programa passou a atender a toda a Educação Básica, incluindo educação de jovens e adultos, indígenas, campo e quilombolas. Atualmente, a definição dos níveis a serem atendidos e a prioridade das áreas cabem às instituições participantes, em diálogo com as redes de ensino e verificada a necessidade educacional e social do local ou da região.

³Optou-se por apresentar em caixas de textos, dispostas ao longo do item 3 deste relatório, os relatos de coordenadores institucionais, bolsistas de iniciação à docência, supervisores e coordenadores de área devido à importância desses relatos para compreensão do impacto do Pibid para formação de professores.

O Pibid se diferencia do estágio supervisionado por ser uma proposta extracurricular, com carga horária maior que a estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação - CNE para o estágio e por acolher bolsistas desde o primeiro semestre letivo, se assim definirem as IES em seu projeto. A inserção no cotidiano das escolas deve ser orgânica e não de caráter de observação, como muitas vezes acontece no estágio. A vivência de múltiplos aspectos pedagógicos das escolas é essencial ao bolsista.

A substituição das portarias que regulamentavam o Pibid pelo Decreto 7.219/2010 sinalizou a preocupação do Ministério da Educação com a institucionalização do programa, com sua consolidação e com sua continuidade na agenda das políticas públicas educacionais. A proposta é a de que o Pibid, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – Pibic, que valorizou a ciência nas universidades, seja uma política de Estado voltada para formação de professores.

O acompanhamento que a Capes faz do Pibid levou esta agência a propor às instituições participantes a concorrerem em edital simplificado, a partir de 2012. A manutenção ou o crescimento dos projetos institucionais tem como base os relatórios apresentados, com resultados já alcançados, justificativa e planilha com previsão de atendimento. Tal prática evitará os lapsos de tempo e as lacunas no trabalho pedagógico decorrentes de procedimentos operacionais demorados que acabam por atrasar a prática dos alunos.

Em 2013 foi construída, por meio de consulta pública aos coordenadores do programa, a nova portaria de regulamentação do Pibid. Essa portaria dá ênfase à perspectiva pedagógica da formação, convidando as instituições a elaborarem seus projetos primando pela excelência pedagógica e pela diversificação das práticas formativas para a profissionalização dos futuros professores. Também, no mesmo ano, foi lançado o Edital do Pibid 2013, que se alinhou à nova Portaria de Regulamentação e selecionou projetos de IES pública e privadas sem fins lucrativos de todo país. Outra novidade do edital foi a abrangência do programa que passou a atender, também, licenciandos do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Ministério da Educação, e que estudam em IES privadas.

2.1. Histórico dos editais Pibid:

- Edital MEC/CAPES/FNDE nº 01/2007 - para instituições federais de ensino superior - IFES;
- Edital CAPES nº 02/2009 - para instituições federais e estaduais de ensino superior;
- Edital CAPES nº 18/2010 para instituições públicas municipais e comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos;
- Edital Conjunto nº 2/2010 CAPES/Secad - para instituições que trabalham nos programas de formação de professores Prolind e Procampo.
- Edital nº1/2011, para instituições públicas em geral - IPES.
- Edital nº 11/2012 CAPES, de 20 de março de 2012: para instituições de Ensino Superior que já possuem o Pibid e desejam sua ampliação e para IES novas que queiram implementar o Pibid em sua instituição.
- Edital nº 61/2013 CAPES, de 02 de agosto de 2013: para instituições públicas, comunitárias e privadas com bolsistas do ProUni;
- Edital nº 66/2013 CAPES, de 06 de setembro de 2013: Pibid-Diversidade.

2.2. Princípios pedagógicos e objetivos do Pibid

Os princípios sobre os quais se constrói o Pibid estão de acordo com estudos de NÓVOA (2009)⁴ sobre formação e desenvolvimento profissional de professores e são:

1. formação de professores referenciada no trabalho na escola e na vivência de casos concretos;
2. formação de professores realizada com a combinação do conhecimento teórico e metodológico dos professores das instituições de ensino superior e o conhecimento prático e vivencial dos professores das escolas públicas;
3. formação de professores atenta às múltiplas facetas do cotidiano da escola e à investigação e à pesquisa que levam à resolução de situações e à inovação na educação;
4. formação de professores realizada com diálogo e trabalho coletivo, realçando a responsabilidade social da profissão (NEVES, 2012)⁵.

O Pibid, fundamentado em princípios pedagógicos claros e contemporâneos, possibilita que diferentes sujeitos estejam envolvidos com a formação dos professores que atuarão na educação básica. A figura a seguir esboça o desenho metodológico do programa.



Figura 8. Pibid: Desenho estratégico/interacionista do programa

O processo de modificação e (re)construção de uma nova cultura educacional que se pretende alcançar com o Pibid é pautado em pressupostos teórico-metodológicos que articulam teoria-prática, universidade-escola e formadores-formandos. Assim, o programa considera como eixo orientador da formação a interação profícua de diferentes saberes sobre a docência: conhecimentos prévios e representações sociais – manifestados principalmente pelos alunos das licenciaturas –, o contexto, vivências e conhecimentos teórico-práticos dos professores em exercício na educação básica; e, por fim, os saberes da pesquisa e da experiência acadêmica dos formadores de professores, lotados nas instituições de ensino superior. Essa interação enriquece o processo formativo da docência

⁴NOVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. *Revista Educacion*. Madrid: 2009.

⁵NEVES. C.M.C. A Capes e a formação de professores para a educação básica. In *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. Suplemento 2, volume 8, março de 2012. Educação Básica: Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência, p. 353-373.

com a finalidade de aperfeiçoar os elementos teórico-práticos para o magistério e possibilitar que o trabalho dos futuros professores seja mobilizado pela ação-reflexão-ação (SCHON, D., NUNES, L. 2006; 2000; PIMENTA, S., 1999)⁶.

O Pibid, nessa vertente, tem como princípio a modificação das concepções dos sujeitos que estão implicados no processo: licenciandos, professores da educação básica e professores das IES. Para tanto, as atividades são organizadas de modo a valorizar a participação desses sujeitos como protagonistas de sua própria formação, tanto na escolha das estratégias e planos de ação, como, também, na definição e na busca dos referenciais teórico-metodológicos que possam dar suporte à constituição de uma rede formativa.

Com as concepções afetadas a partir do diálogo, da interação e da socialização dos saberes, dos modos de pensar, dos modos de agir e reagir à própria formação de maneira proativa e dinâmica, os alunos da licenciatura poderão ter suas representações sobre o exercício da docência modificadas pela reflexão-ação. Nessa linha, a formação ganha um componente não mais pautado apenas na instrumentação para docência e, sim, na orientação reflexivo-crítica do trabalho docente desencadeada pelo pensar a ação, pela proposição e embate de ideias, pelo protagonismo, pelo reconhecimento do valor da interatividade de diferentes sujeitos na formação.

Além do mais, a rede de colaboradores que se forma a partir do Pibid possibilita que não apenas as concepções dos alunos das licenciaturas sejam afetadas, mas, igualmente sejam tensionados os paradigmas dos formadores (professores da educação básica e das IES). O intuito, neste caso, é que se estabeleça um movimento e uma “crise” nesses paradigmas, de modo a fazer com que sua própria prática seja questionada, ressignificada e compreendida em um novo cenário que valoriza elementos da rotina escolar, da ação possível e transgressora dos discursos que desmantelam a escola e geram imobilismos nas práticas didático-pedagógica dos professores.

Esse movimento, tão caro ao Pibid, provoca além da formação inicial, a formação continuada dos docentes da educação básica e das IES. Novas formas de “olhar” a escola, de interagir com o campo da atuação docente e de valorizar o inovador em educação - mesmo que esse inovador seja o aprimoramento de abordagens e propostas já defendidas em outras épocas – têm pautado o programa.

Defende-se uma ação que modifique os saberes, inove as práticas didático-pedagógicas e que problematize a formação na e para escola, na busca de elementos teóricos objetivos, propositivos e transformadores da realidade educacional brasileira. A cultura escolar, neste sentido, poderá ser modificada a partir dos próprios sujeitos que comungam, reproduzem e (de)formam essa cultura.

Esses são princípios norteadores do programa que tem como objetivos:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências

⁶SCHON, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: ARMED, 2000.

NUNES, L. J. R. A reflexão na prática docente: alguns limites para a sua efetivação. *OEI – Revista Iberoamericana de Educación*, 2006.

PIMENTA, S. G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e

VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

VII – contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão de instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

Esses objetivos foram traçados a partir do reconhecimento do bem mais precioso da escola e da formação: os alunos e os professores da educação básica, com suas diferenças, características e peculiaridades. O Pibid, portanto, é uma ação voltada para o humano, para as práticas que cultivem os valores sociais, éticos, estéticos e educacionais da sociedade brasileira.

2.3. Referências legais

- Portaria Normativa nº 38, de 12/12/2007, publicada no DOU de 13/12/2007: institui o Pibid.
- [Chamada Pública](#) MEC/CAPES/FNDE nº 01/2007, publicada no DOU, em 13/12/2007: primeiro edital do Pibid.
- [Portaria nº 122](#), de 16/09/2009, publicada no DOU de 18/09/2009: dispõe sobre o Pibid no âmbito da CAPES.
- [Edital nº02/2009](#), de 25/09/2009, amplia o Pibid à instituições públicas estaduais.
- Portaria nº 1.243, de 30/12/2009, reajusta os valores das bolsas de participantes de programas de formação inicial e continuada de professores.
- [Portaria nº 72](#), de 09/04/2010, estende o Pibid às públicas municipais e às instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos.
- Portaria nº 136, de 1º/07/2010: altera modalidade de aplicação de dotação orçamentária referente ao Pibid.
- [Edital nº18/2010](#) CAPES, publicado no DOU nº 69, Seção 3. pág. 18 de 13/04/2010- Pibid para instituições públicas municipais e comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos.
- [Decreto nº 7.219](#), de 24 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid.
- [Edital Conjunto CAPES/SECAD](#) - Pibid Diversidade, de 22 de outubro de 2010: lança o Pibid para alunos dos cursos de licenciatura dos programas da SECAD, Prolind e Procampo.
- [Portaria nº 260](#), de 30 de dezembro de 2010 - Aprova as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid.
- [Edital nº 1/2011](#) CAPES, de 03 de janeiro de 2011: convida instituições públicas de Ensino Superior a participarem do Pibid.

- [Edital nº 11/2012](#) CAPES, de 20 de março de 2012: para IES que já possuem o Pibid e desejam sua ampliação e para IES novas que desejem implementar o Pibid em sua instituição.
- [Portaria nº 96/2013](#) CAPES, de 18 de julho de 2013: Aprova as novas normas do Pibid.
- [Edital nº 61/2013](#) CAPES, de 02 de agosto de 2013 para seleção das instituições que participarão do Pibid a partir de 2013.
- [Edital nº 66/2013](#), de 06 de setembro de 2013, para instituições que trabalham com educação escolar indígena, do campo e quilombolas – Pibid-Diversidade.

2.4. Participantes

Na configuração atual, podem participar do Pibid instituições públicas de ensino superior – federais, estaduais e municipais – e instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas e privadas sem fins lucrativos, participantes de programas estratégicos do MEC, como o REUNI, o ENADE, o Plano Nacional de Formação para o Magistério da Educação Básica – Parfor e UAB. Os editais definem as instituições que podem participar em cada edição.

Em 2013, além dessas instituições, participaram, também, os alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni) das instituições privadas com fins lucrativos. A ampliação do público deve-se ao reconhecimento que esses alunos das licenciaturas desenvolvem sua formação com o financiamento público, na mesma medida que os alunos que estudam em IES estaduais, federais e municipais. O ProUni tem o objetivo de dar acesso à formação superior, em IES privadas, a uma parcela da população — que não conseguiu ingressar nas universidades públicas, em boa parte pela baixa oferta dessas no campo das licenciaturas. Ademais, os dados mostram que cerca de 70% dos professores são oriundos de instituições privadas. Portanto, esse investimento do Estado justifica-se pelo impacto desses professores na rede pública. Ressalta-se, porém, que as instituições privadas com fins lucrativos participam do programa com a contrapartida de inserir todo o recurso de custeio no desenvolvimento das ações do Pibid na IES. A responsabilidade da Capes, portanto, é apenas com o pagamento das bolsas diretamente aos beneficiários.

São quatro os perfis de alunos e professores que podem concorrer às bolsas oferecidas pelo Pibid, como informado a seguir.

- Os bolsistas de iniciação à docência são alunos matriculados em cursos de licenciatura das instituições participantes e são o foco do Pibid.

Os orientadores: Além dos alunos de licenciaturas, a equipe do projeto é composta por educadores que orientam os licenciandos no seu processo de formação, seja na IES, seja na escola pública onde exercem a prática. Os educadores podem atuar como:

- Coordenador institucional: docente responsável pela coordenação do projeto no âmbito da IES e interlocutor da CAPES;
- Coordenadores de área: docentes das IES responsáveis pela coordenação e desenvolvimento dos subprojetos, nas áreas de conhecimento que participam do programa. Em IES com elevado número de bolsistas, podem ser definidos coordenadores de área de gestão de processos educacionais, que atuam como coordenador adjunto, apoiando o coordenador institucional para garantir a qualidade do projeto e o bom atendimento aos bolsistas;
- Supervisores: professores das escolas públicas, onde acontece a prática docente, designados para acompanhar os bolsistas de iniciação à docência.

Com a credibilidade alcançada pelo Pibid, tem sido registrada a participação de inúmeros colaboradores – ex-bolsistas de iniciação e professores das IES e das escolas públicas, inclusive diretores e coordenadores pedagógicos que, mesmo sem bolsa, participam de atividades formadoras planejadas pelas instituições.

A lista de instituições participantes do Pibid, incluídas as selecionadas pelos editais lançados em 2013, encontra-se no **ANEXO III**, deste Volume. No **ANEXO IV** destacam-se as instituições que desenvolvem o Pibid Diversidade.

2.5. Financiamento

De acordo com o Decreto que o regulamenta, o Pibid repassa um recurso de custeio para as instituições e efetua o pagamento diretamente aos bolsistas, por meio do SAC – Sistema de Auxílios e Concessões, da Capes, nas seguintes modalidades de bolsas:

I – iniciação à docência (estudantes de licenciatura regularmente matriculados, com dedicação mínima de trinta horas mensais ao Pibid) – R\$ 400,00;

II - coordenação institucional (professor da IES responsável perante a CAPES pelo projeto institucional, zelando por sua unidade e qualidade) – R\$ 1.500,00;

III - coordenação de área (professor da IES responsável pelo planejamento, organização, acompanhamento, orientação e avaliação dos bolsistas em sua área de atuação acadêmica e pela articulação e diálogo com as escolas públicas nas quais os bolsistas exercem suas atividades) – R\$ 1.400,00;

IV - supervisão (docente da escola pública de educação básica que integra o projeto institucional, responsável por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência) – R\$ 765,00.

O recurso de custeio baseia-se no número de bolsistas de iniciação à docência participantes do projeto institucional. A base de cálculo para o valor do recurso de custeio é de R\$ 750,00/ano por bolsista de iniciação à docência participante do projeto institucional, até o limite de R\$30.000,00 por subprojeto/ano.

Exceto as instituições privadas com fins lucrativos, todas as públicas e privadas sem fins lucrativos recebem recurso de custeio para realizar as atividades previstas no Plano de Trabalho encaminhado. As instituições privadas, por sua vez, entram com o valor de custeio como contrapartida para participarem do programa. A base para calcular o valor do custeio é a mesma, independente da natureza jurídica da IES.

Importa esclarecer que o Pibid trabalha com:

- Bolsas aprovadas ou concedidas: refere-se ao número de bolsas aprovadas (concedidas) por ocasião da avaliação do Projeto Institucional. O número representa o teto que foi concedido pela Comissão de Seleção às instituições e está relacionado ao orçamento aprovado para o programa (LOA).
- Bolsas ativas (indicador 548 no SIMEC): bolsas que estão sendo efetivamente pagas. O número pode ser menor do que as bolsas aprovadas devido a oscilações decorrentes de diversos fatores, entre os quais se destacam: prazos dos processos seletivos de bolsistas; trâmite da documentação na CAPES e nas IES; tempo de negociação com as redes estaduais e municipais para identificação e formalização de acordos para atuação nas escolas das redes; formaturas; desistências e evasão nas licenciaturas; baixo rendimento de bolsistas; lapsos de tempo entre as substituições. Os números e os valores das bolsas ativas são extraídos mensalmente do SAC - Sistema de Acompanhamento de Concessões, da Capes.

- Bolsistas por CPF: considerando a rotatividade de bolsas acima indicada, a Capes extrai do SAC o número de bolsistas por CPF para saber quantos licenciandos e educadores passaram pelo Pibid.

A execução orçamentária do Pibid – bolsas e custeio – nos quatro anos de seu desenvolvimento foi a seguinte:

Tabela 6. Pibid: Evolução dos recursos executados

Ano	Executado
2009	20.041.950,00
2010	80.398.941,22
2011	138.597.928,92
2012	219.084.614,74
2013	287.900.596,63
Total	746.024.031,51

2.6. Resultados do Pibid: números e impactos do período 2009-2013

Embora o primeiro edital do Pibid seja de 2007, o programa só começou a ser implementado de fato em 2009. Para permitir ao leitor uma visão histórica do programa, os números a seguir apresentados são de 2009 a dezembro de 2013. Esses quatro anos demonstram um forte crescimento do Pibid, fato que só foi possível pela qualidade e impacto que o programa vem gerando.

Chama-se atenção para o fato de que os dados da seleção do Edital 61/2013 serão colocados no próximo subtópico, considerando que a implementação das novas bolsas concedidas só pode ter início em 2014.

Os dados quantitativos mostram o Nordeste como a região com maior número de bolsistas e de IES participantes, o que não é uma situação comum nos programas educacionais, haja vista que as regiões Sul e Sudeste costumam ter maior número de participantes nos programas de educação, inclusive em outros financiados pela Capes.

Os dados qualitativos indicam o impacto do Pibid nos cursos de formação de professores, na autoestima dos seus agentes e sugerem que sua consolidação configura-se como uma ação do Ministério da Educação verdadeiramente estruturante para a valorização do magistério da educação básica.

2.6.1. O período 2009-2013 (dados dos Editais 2013, no próximo subtópico)

Os números a seguir apresentam a evolução de bolsas e participantes atuantes até dezembro de 2013, o que inclui os editais até 2012. Como informado, embora a seleção do edital 2013 tenha sido neste ano, a implementação das novas bolsas e IES só será efetivada em 2014.

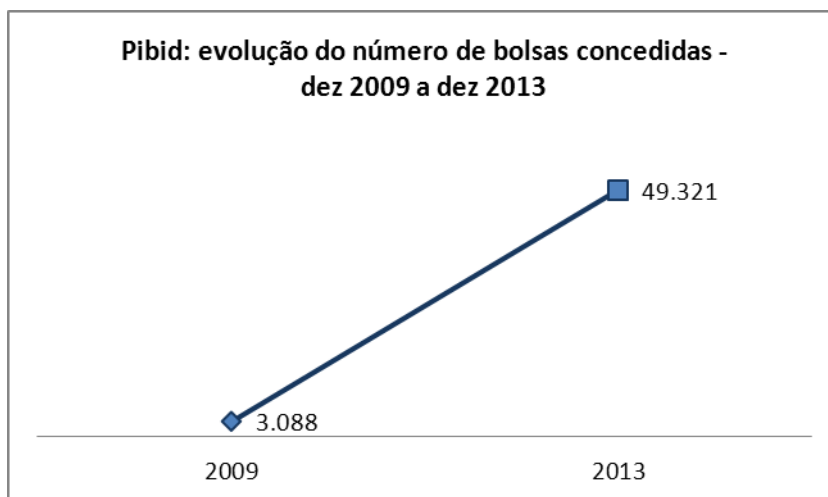


Gráfico 9. Pibid: evolução do número de bolsas concedidas e imlementadas no período 2009 a 2013

Tabela 7. Pibid: Todos os editais com total de bolsas aprovadas.

EDITAIS	2007	2009	2010	2011	2012	Acumulado com Edital 2007	Acumulado sem Edital 2007
Bolsista de Iniciação à Docência	2.326	8.882	2.441	10.526	18.221	42.396	40.070
Coordenador	259	557	165	1.039	1.241	3.261	3.002
Supervisor	503	1.167	414	1.727	2.941	6.752	6.249
Total	3.088	10.606	3.020	13.292	22.403	52.409⁷	49.321



Gráfico 10. Pibid: Bolsas concedidas por edital

⁷No ano de 2011 encerraram-se as concessões referentes ao edital 2007. Desse modo, optou-se por apresentar o total de concessões por modalidade (sem o quantitativo de 2007) e o acumulado de todos os editais.

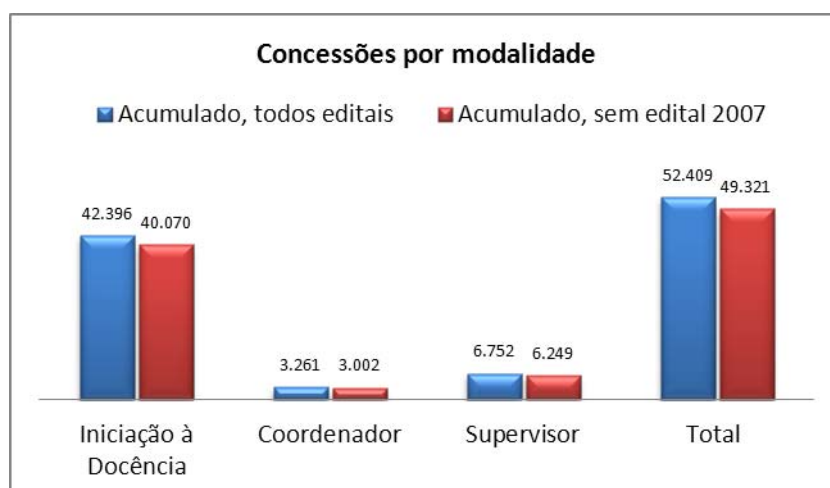


Gráfico 11. Pibid: Bolsas por modalidade

Tabela 8. Pibid: Nº de bolsistas por região e modalidade, 2013

Região	Bolsistas de Iniciação à Docência	Coordenadores e supervisores	Total
N	4.408	1.000	5.408
NE	11.789	2.489	14.278
CO	3.565	906	4.471
SE	10.931	2.569	13.500
S	9.399	2.265	11.664
Total	40.092	9.229	49.321

Tabela 9. Pibid: Nº de bolsistas por UF e modalidades, 2013

Região	UF	Coordenadores e supervisores	Bolsistas de Iniciação à Docência	Total
N	AC	82	354	437
	AM	258	1.156	1.417
	AP	69	330	402
	PA	240	1.048	1.293
	RO	84	355	442
	RR	174	679	856
	TO	93	486	582
NE	AL	148	543	694
	BA	693	3.182	3.885
	CE	360	1.623	1.989
	MA	129	679	810
	PB	196	895	1.095
	PE	311	1.302	1.623
	PI	287	1.787	2.077
	RN	264	1.272	1.540
SE	101	506	609	
CO	DF	76	360	438

	GO	334	1.224	1.565
	MS	303	1.214	1.521
	MT	193	767	964
SE	ES	137	580	720
	MG	1081	4.687	5.788
	RJ	413	1.617	2.041
	SP	938	4.047	5.012
S	PR	780	3.609	4.402
	RS	985	3.830	4.840
	SC	500	1.960	2.474
Total		9.229	40.092	49.321

Tabela 10. Pibid: Média entre bolsistas e IES, por região, 2013

Região	Bolsistas	IES	Média bolsistas/IES
N	5.408	21	258
NE	14.278	44	325
CO	4.471	17	263
SE	13.500	61	221
S	11.664	52	224
Brasil	49.325	195	253

2.6.1.1. As IES participantes

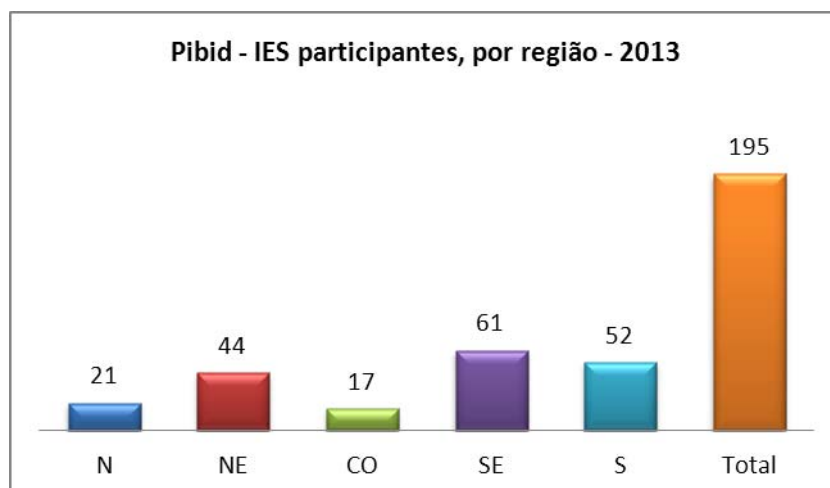


Gráfico 12. Pibid: Nº de IES participantes, por estado e região, 2013

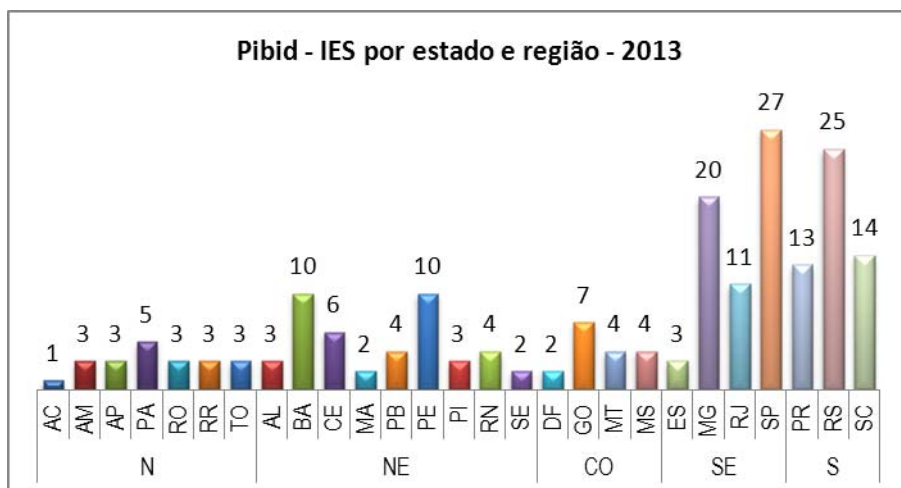


Gráfico 13. IES por estado e região, 2013

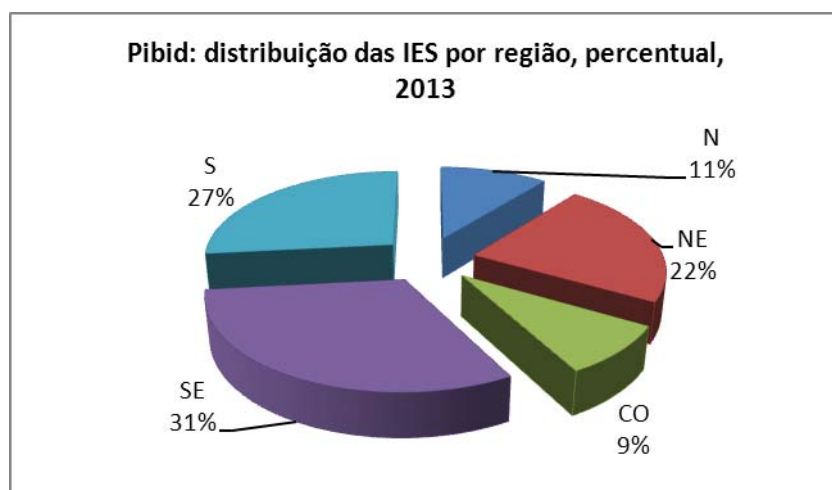


Gráfico 14. Pibid: distribuição das IES por região, percentual, 2013

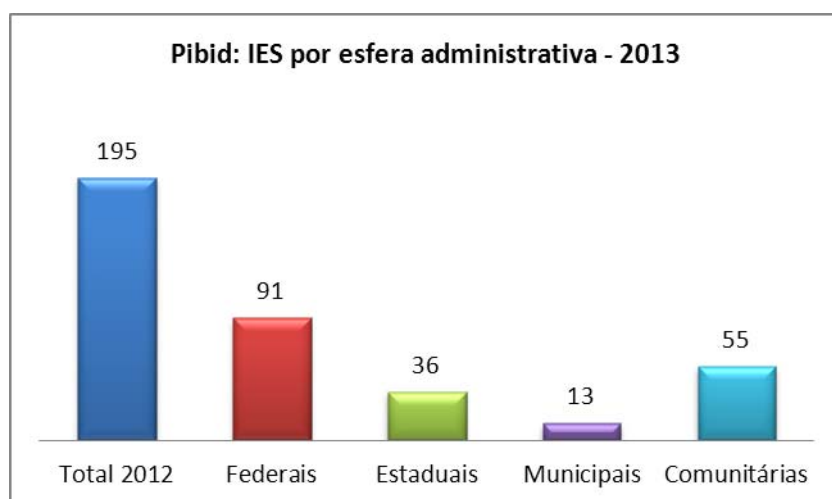


Gráfico 15. Pibid: IES participantes por esfera administrativa, 2013

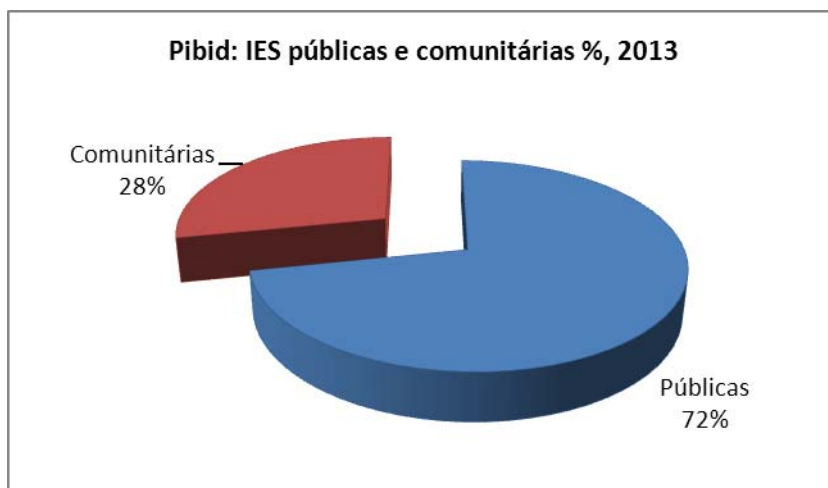


Gráfico 16. Pibid: percentual de distribuição entre IES públicas e comunitárias, 2013

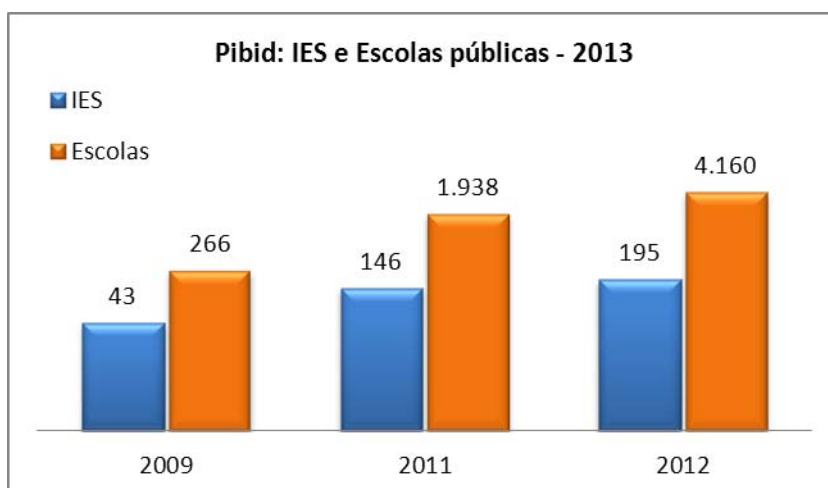


Gráfico 17. Pibid: Evolução do número de IES e escolas, 2009-2013

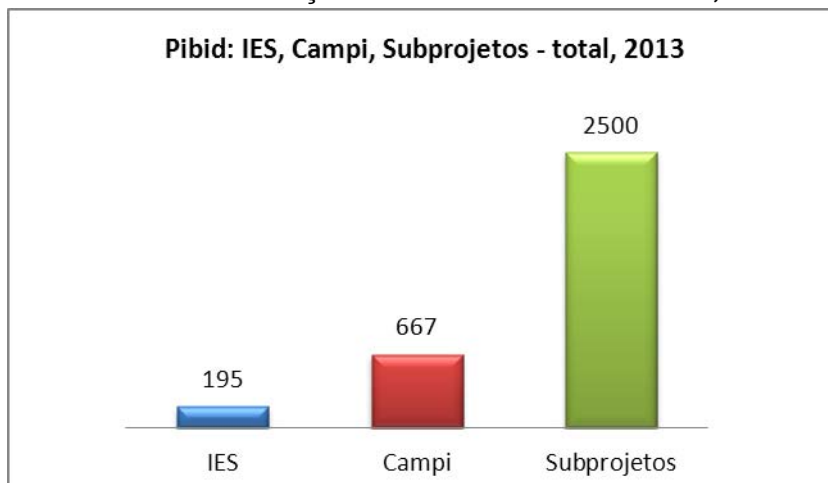


Gráfico 18. Pibid: Número de IES, campi e subprojetos, 2013

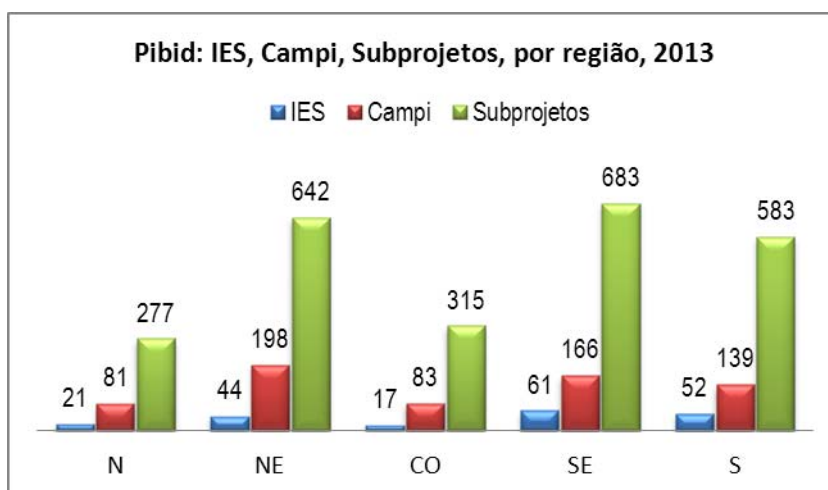


Gráfico 19. Pibid: IES, campi, subprojetos, por região, 2013

Tabela 11. Pibid: IES, campi e subprojetos, por UF, 2013

	IES	Campi	Subprojetos
Acre	1	2	18
Amapá	3	19	16
Amazonas	3	7	70
Pará	5	21	65
Rondônia	3	12	24
Roraima	3	8	53
Tocantins	3	12	31
Alagoas	3	9	40
Bahia	9	43	166
Ceará	6	33	95
Maranhão	2	16	39
Paraíba	4	14	54
Pernambuco	11	26	72
Piauí	3	26	84
Rio Grande do Norte	4	25	63
Sergipe	2	6	29
Distrito Federal	2	4	21
Goiás	7	37	125
Mato Grosso	4	23	103
Mato Grosso do Sul	4	19	66
Espírito Santo	3	12	37
Minas Gerais	20	63	289
Rio de Janeiro	11	21	112
São Paulo	28	70	245
Paraná	13	45	221
Rio Grande do Sul	25	60	240
Santa Catarina	14	34	122
Total	196	667	2.500

2.6.1.2. As áreas de conhecimento do Pibid

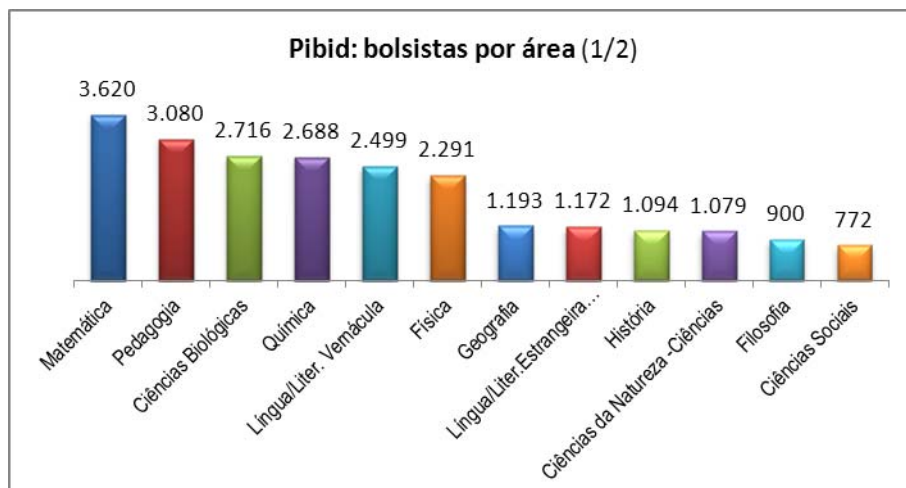


Gráfico 20. Pibid: Bolsistas por área de conhecimento 1/2.

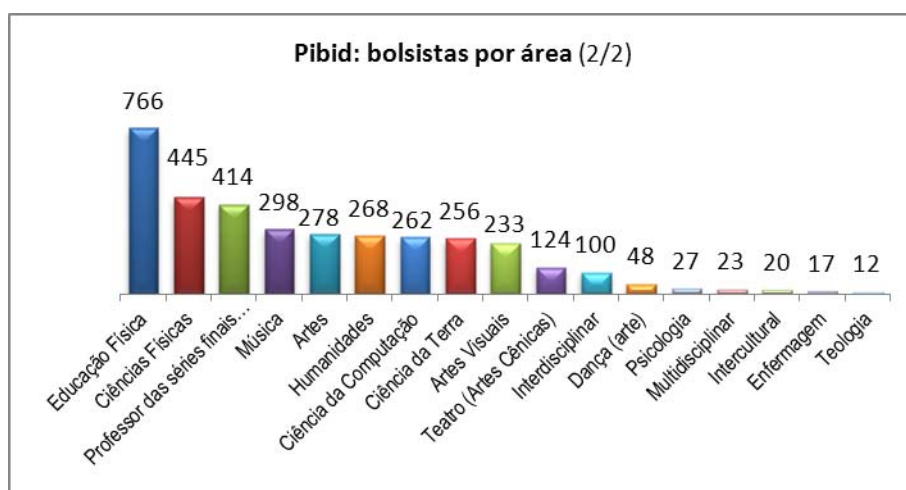


Gráfico 21. Pibid: Bolsistas por área de conhecimento 2/2.

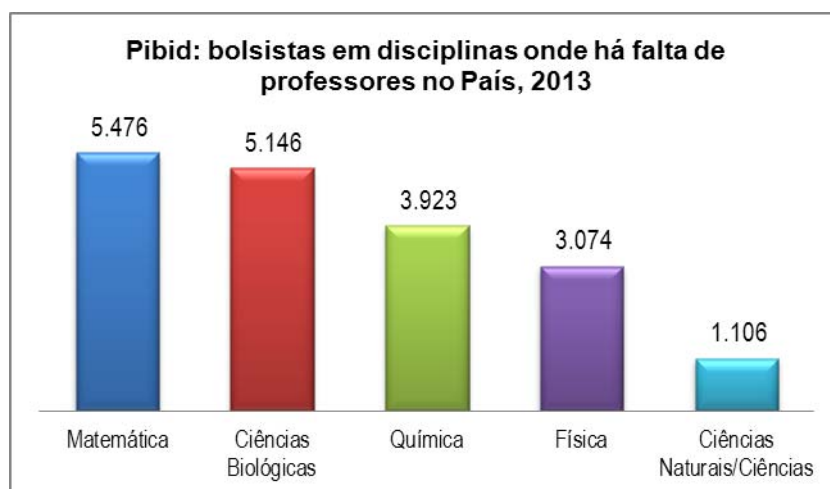


Gráfico 22. Pibid: bolsistas em disciplinas onde há falta de professores no País, 2013

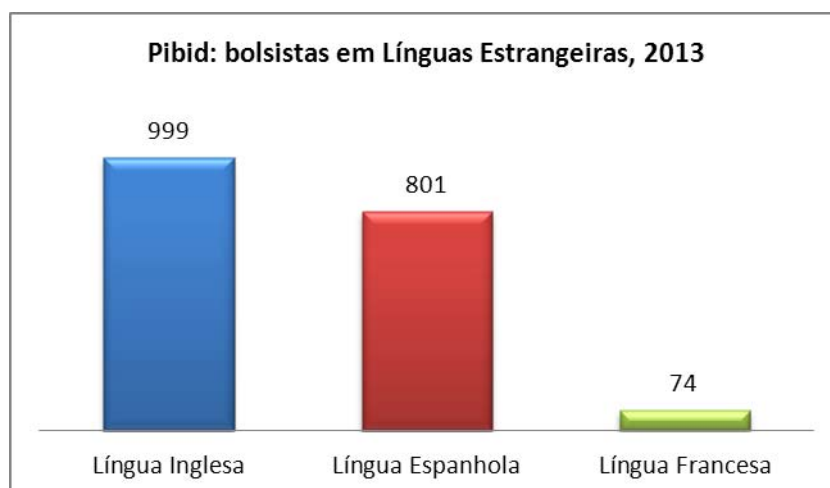


Gráfico 23. Pibid: bolsistas em Línguas Estrangeiras, 2013

2.6.2. Editais 2013: os novos números do Pibid

A partir da Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013, a CGV/DEB/CAPES lançou dois novos editais: [061, de 02 de agosto de 2013](#) e [066, de 06 de setembro de 2013](#). O primeiro edital foi universal para convocar as instituições a apresentarem suas propostas. Esse edital diferenciou-se dos demais por sua abrangência e alcance das instituições de ensino superior: públicas e privadas sem fins lucrativos e, ainda, alunos ProUni das instituições privadas. Esses alunos recebem financiamento público para realizarem seus estudos em instituições privadas cuja contrapartida para participar do programa foi o custeio das ações. A Capes, portanto, fomentará as bolsas dos membros dos projetos aprovados. O edital 066, de 06 de setembro de 2013 teve objetivo de convocar as instituições que possuem cursos de licenciatura intercultural, indígena e campo. Os editais foram publicados separadamente devido às especificidades destes cursos, bem como às características dos projetos a serem apoiados pelo Pibid-Diversidade.

Na sequência apresentaremos os dados dos dois editais, considerando que os programas Pibid e Pibid-Diversidade tem o mesmo foco: melhoria da formação praticada nos cursos de licenciatura em todo o país.

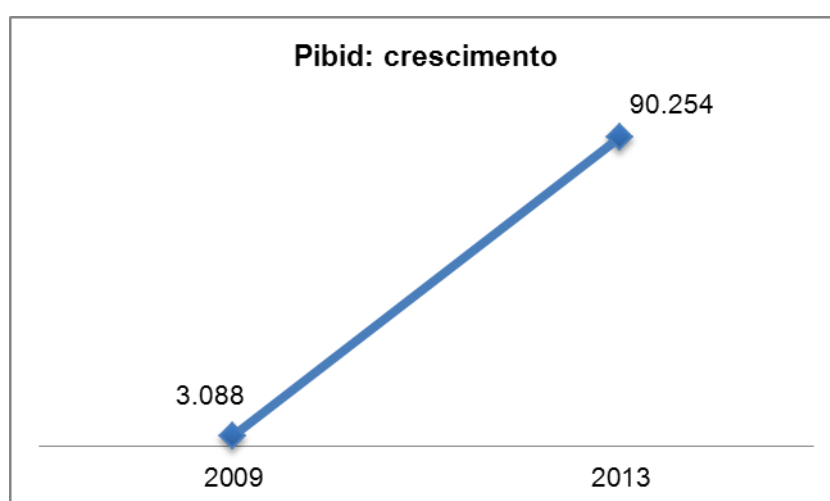


Gráfico 24. Crescimento do Pibid entre 2009 e 2013

Tabela 12. Resumo dos projetos aprovados no âmbito do Pibid e Pibid Diversidade

Resumo	Pibid	Pibid Diversidade	Total
Projetos Institucionais	284	29	313
Subprojetos	2.916	81	2.997
Bolsas	87.060	3.194	90.254
Escolas	5.398	<i>Sem informação</i>	5.398

Os editais selecionaram 313 projetos do Pibid e Pibid-Diversidade, conforme ANEXOS III e IV. A meta física era de alcançar, em 2013, o quantitativo de 75.000 concessões. Essa meta foi superada em mais de 15.000 bolsas que serão concedidas a partir de 2014.

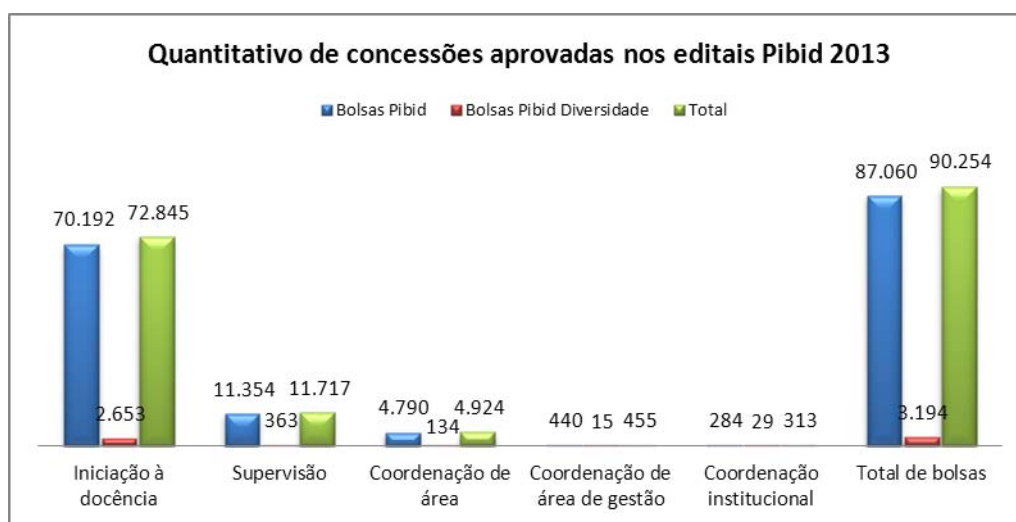


Gráfico 25. Quantitativo de bolsas aprovadas nos editais Pibid 2013

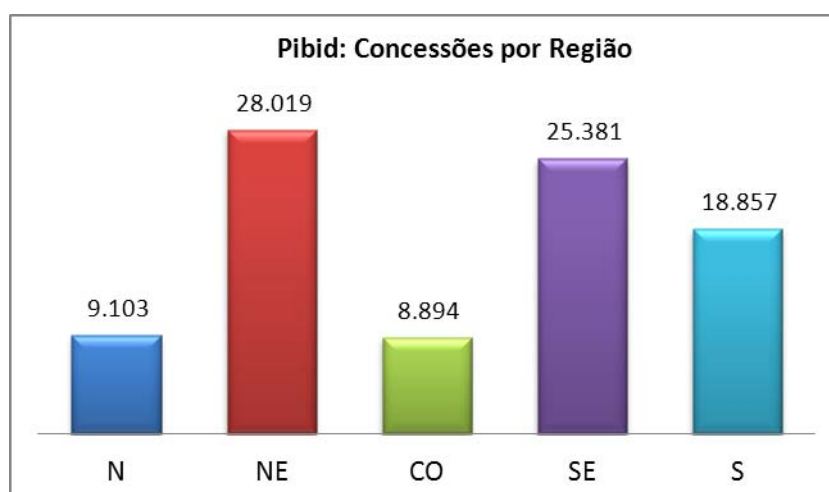


Gráfico 26. Quantidade de concessões por região

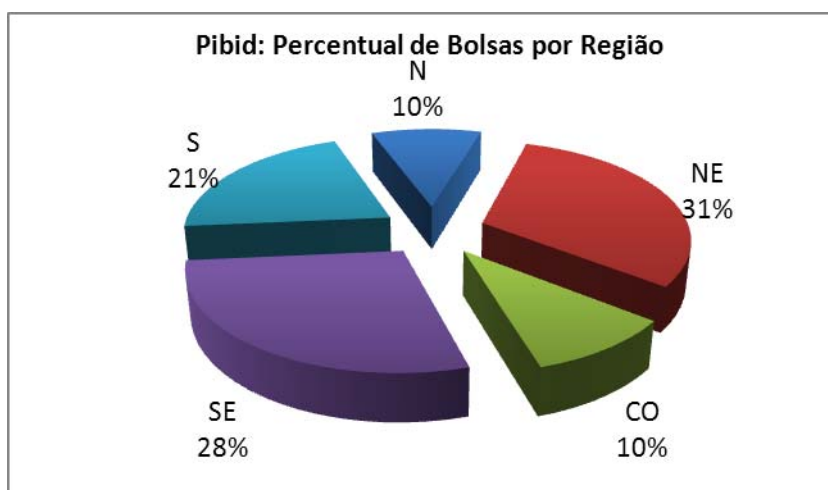


Gráfico 27. Percentual de concessões de bolsas por região

Tabela 13. Demonstrativo de concessões por UF, em ordem decrescente, 2013/2014

UF	Bolsas ID	Bolsas SUP	Bolsas CA	Bolsas GG	Bolsas CI	Total concessões	%
MG	8.289	1.465	539	49	39	10.381	12%
SP	7.565	1.200	542	49	53	9.409	10%
RS	5.878	1.050	423	44	32	7.427	8%
PR	5.436	906	397	36	20	6.795	8%
BA	5.557	907	372	31	12	6.879	8%
SC	3.716	631	242	26	20	4.635	5%
RJ	3.187	552	236	19	19	4.013	4%
PE	3.207	507	201	22	16	3.953	4%
CE	3.241	473	190	21	12	3.937	4%
PI	2.993	361	168	12	4	3.538	4%
GO	2.599	418	210	19	9	3.255	4%
AM	2.457	377	146	9	5	2.994	3%
MS	2.178	330	165	14	7	2.694	3%
RN	2.102	330	120	12	5	2.569	3%
MT	1.690	296	121	10	5	2.122	2%
PA	1.545	245	108	11	9	1.918	2%
AL	1.510	267	106	11	3	1.897	2%
PB	1.560	211	109	11	6	1.897	2%
MA	1.461	185	95	7	5	1.753	2%
SE	1.350	163	76	4	3	1.596	2%
ES	1.261	213	88	10	6	1.578	2%
AC	893	163	53	4	3	1.116	1%
RR	854	120	59	7	4	1.044	1%
TO	835	119	60	7	4	1.025	1%
DF	659	109	46	4	5	823	1%
RO	602	93	41	5	5	746	1%
AP	220	26	11	1	2	260	0%
Total	72.845	11.717	4.924	455	313	90.254	100%

Nos gráficos abaixo é possível observar o quantitativo de bolsas por categoria administrativa:

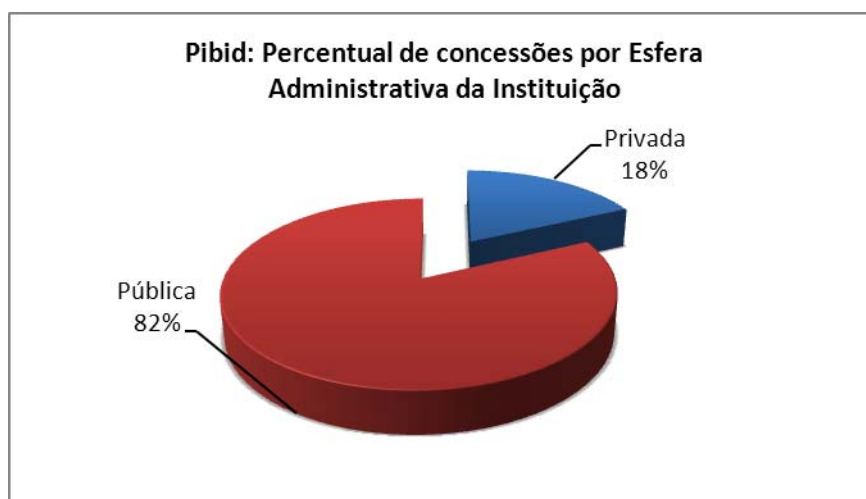


Gráfico 28. Percentual de concessões por esfera administrativa

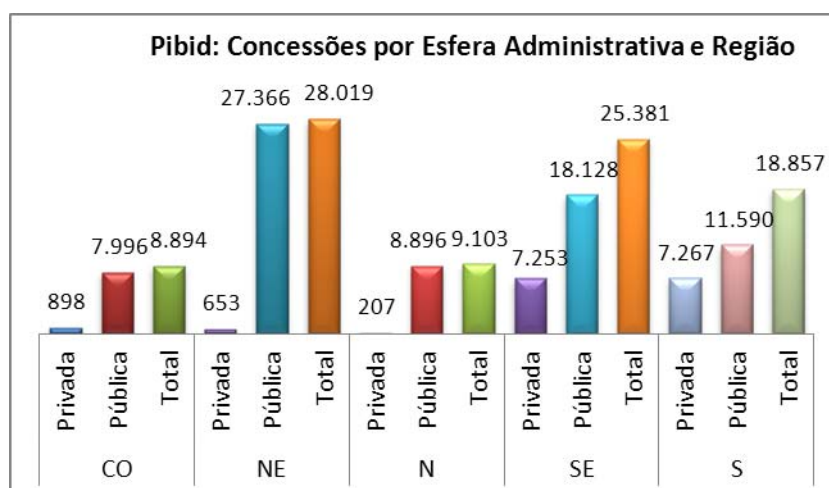


Gráfico 29. Concessões de bolsas por região e esfera administrativa

2.6.2.1. As IES dos Editais lançados em 2013

São 284 as instituições participantes do programa. Em 29 destas há também projetos institucionais do Pibid-Diversidade. A seguir, apresentam-se dados sobre as IES participantes.

Tabela 14. Pibid 2013/14: IES, Campi, subprojetos e bolsistas por região.

	IES	Campi	Subprojetos	Bolsistas
N	27	95	300	9.103
NE	56	232	780	28.019
CO	21	110	381	8.894
SE	114	243	849	25.381
S	66	175	687	18.857
Total	284	855	2.997	90.254

Tabela 15. Pibid 2013/14: Quadro-síntese: IES, campi, subprojetos e bolsistas, por UF

Região	UF	IES	Campi	Subprojetos	Bolsistas
N	AC	3	7	25	1.116
	AM	4	23	98	2.994
	AP	2	3	7	260
	PA	7	25	66	1.918
	RO	4	13	28	746
	RR	3	6	38	1.044
	TO	4	18	38	1.025
NE	AL	3	17	66	1.897
	BA	9	47	163	6.879
	CE	10	37	103	3.937
	MA	3	20	71	1.753
	PB	5	19	77	1.897
	PE	15	32	108	3.953
	PI	3	28	85	3.538
	RN	5	26	76	2.569
	SE	3	6	31	1.596
CO	DF	4	5	38	823
	GO	8	45	154	3.255
	MS	5	31	104	2.694
	MT	4	29	85	2.122
SE	ES	6	21	50	1.578
	MG	37	84	301	10.381
	RJ	19	33	139	4.013
	SP	52	105	359	9.409
S	PR	17	49	219	6795
	RS	32	84	304	7427
	SC	17	42	164	4635
Total		284	855	2.997	90.254

O mapa a seguir mostra a localização dos *campi* do Pibid, permitindo uma avaliação de sua abrangência.



Figura 9. Mapa dos campi do Pibid 2013/14

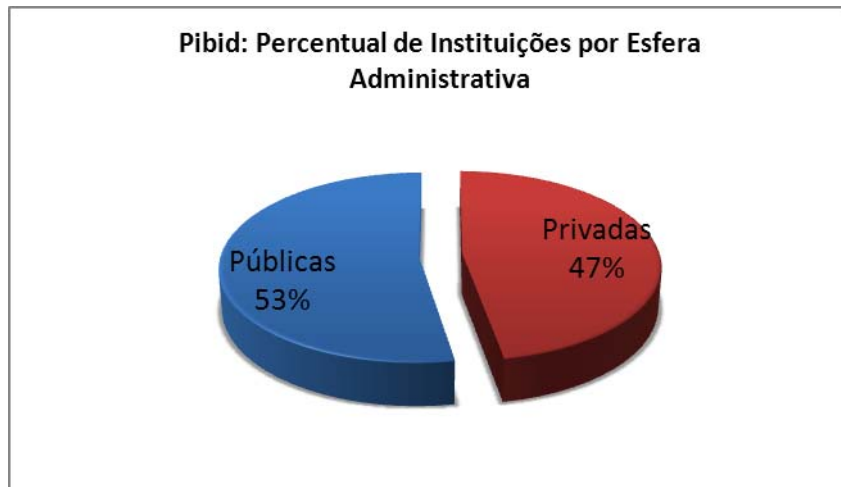


Gráfico 30. Percentual de IES por esfera administrativa

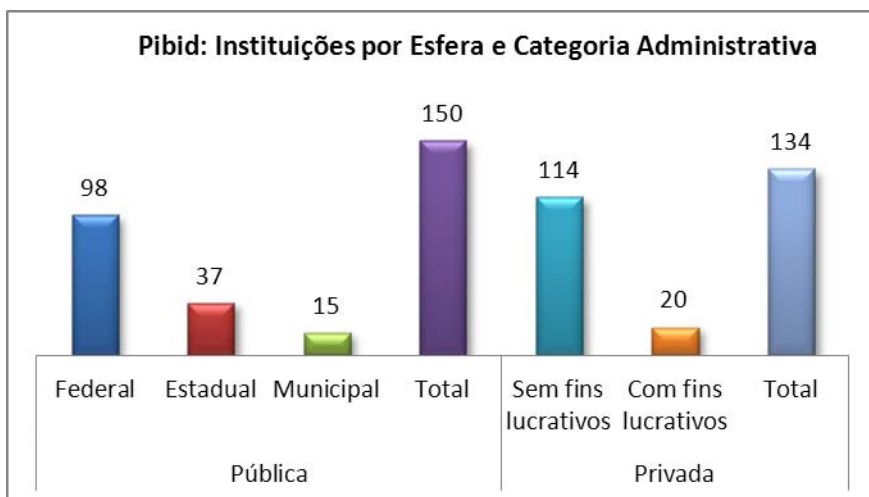


Gráfico 31. Quantidade de instituições por Categoria Administrativa

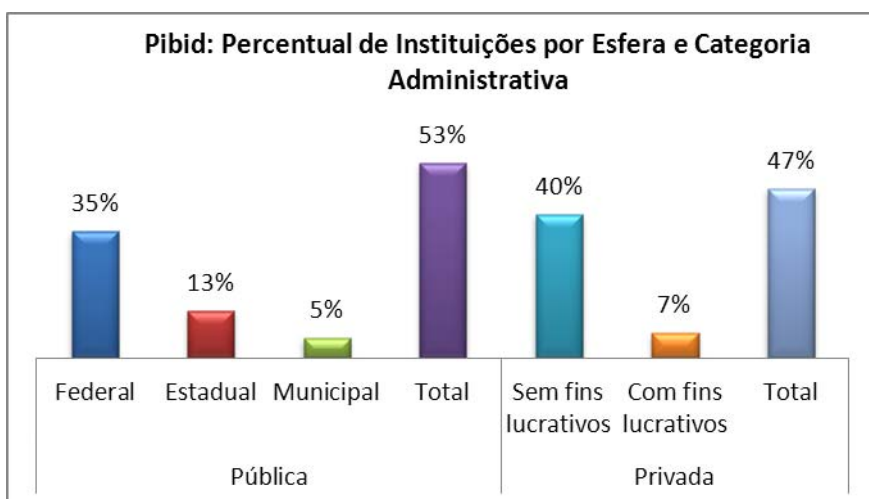


Gráfico 32. Percentual de IES aprovadas nos Editais 2013

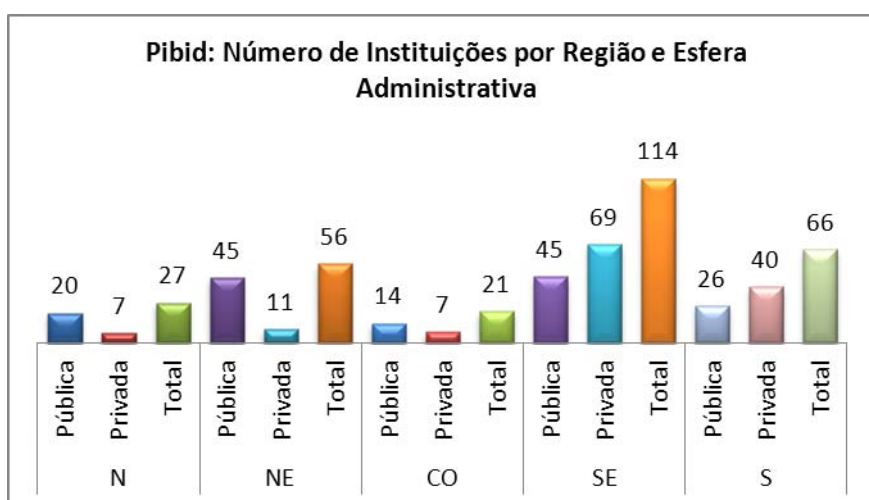


Gráfico 33. Número de IES por Região e esfera administrativa

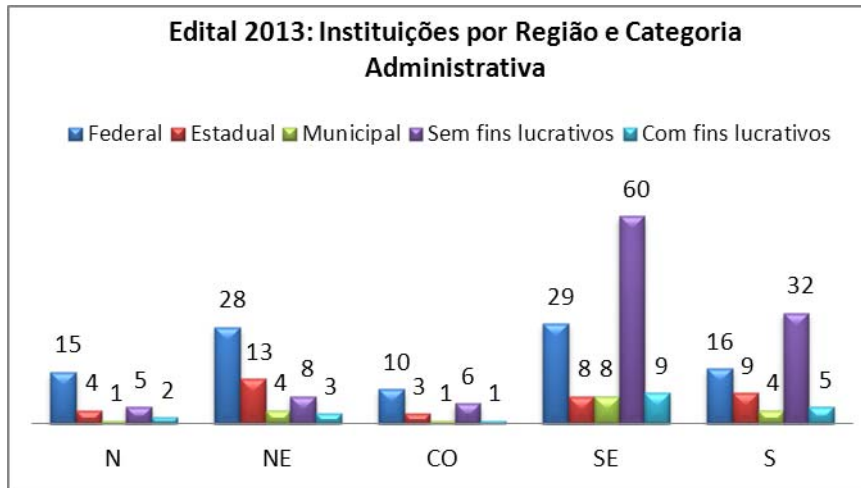


Gráfico 34. Instituições por Região e categoria administrativa

O Pibid está presente em todas as regiões e estados brasileiros, conforme os gráficos abaixo:

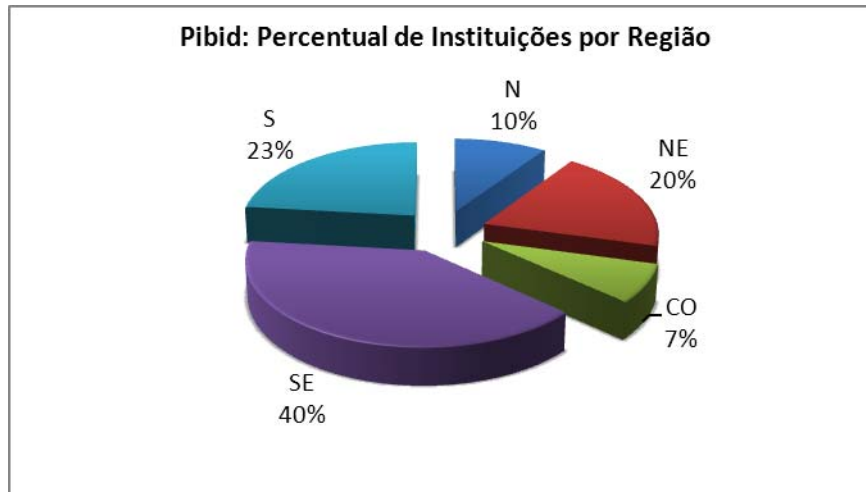


Gráfico 35. Percentual de instituições por região

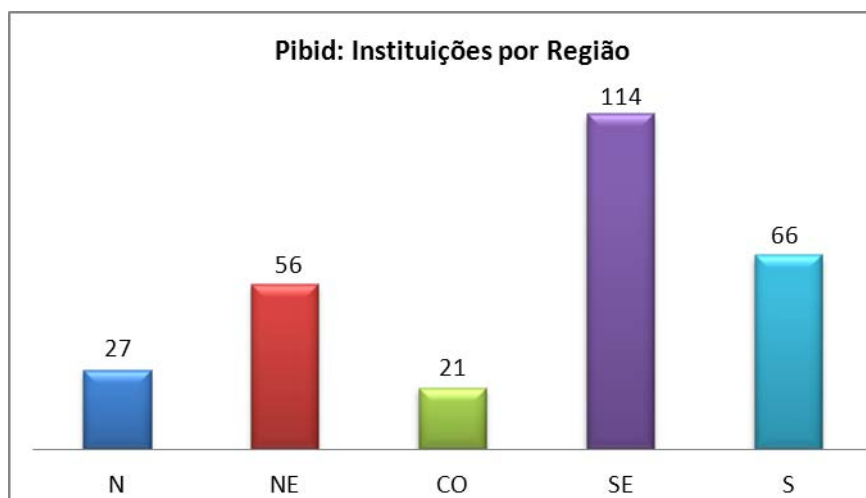


Gráfico 36. Número de instituições por região

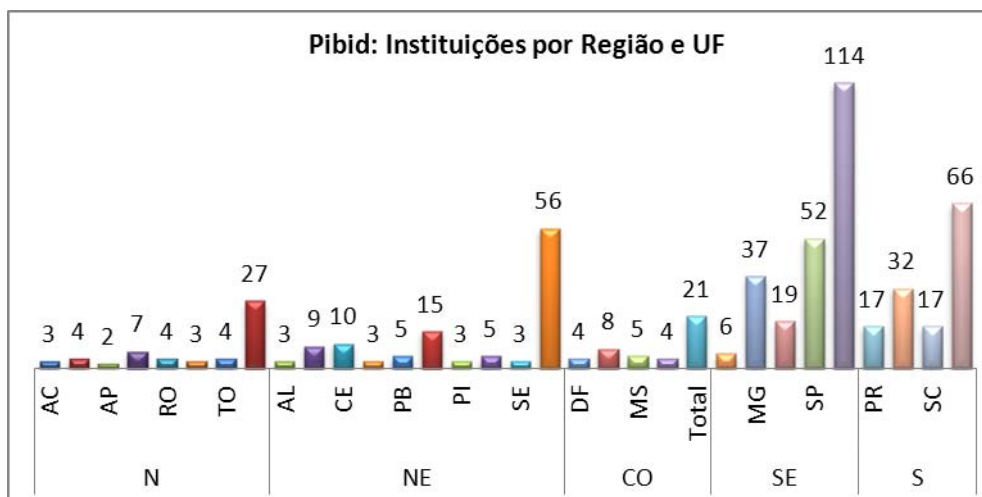


Gráfico 37. Instituições por região e UF

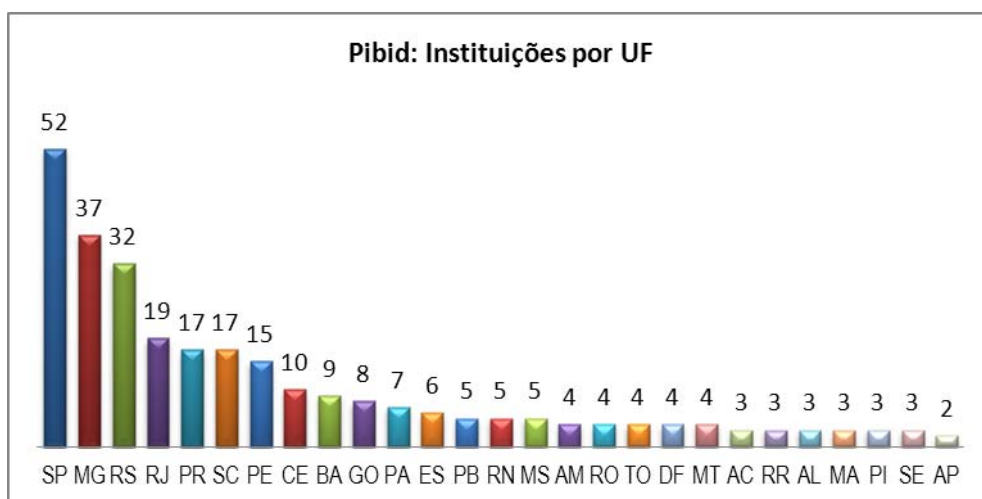


Gráfico 38. Quantitativo de IES participantes do Pibid, em ordem decrescente.

2.6.2.2. As áreas dos Editais lançados em 2013

As áreas que mais solicitaram concessões de bolsas do Pibid foram Pedagogia, Matemática, Biologia, Interdisciplinar, Letras e Química (todas acima de 5.000 solicitações), conforme gráficos que seguem:

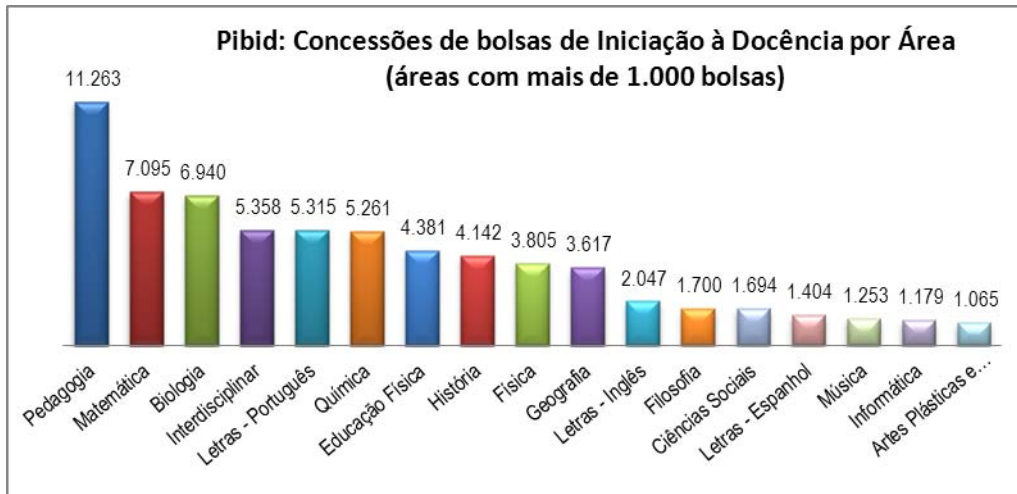


Gráfico 39. Áreas que demandaram concessões de mais de 1000 bolsas de iniciação à docência, editais 2013

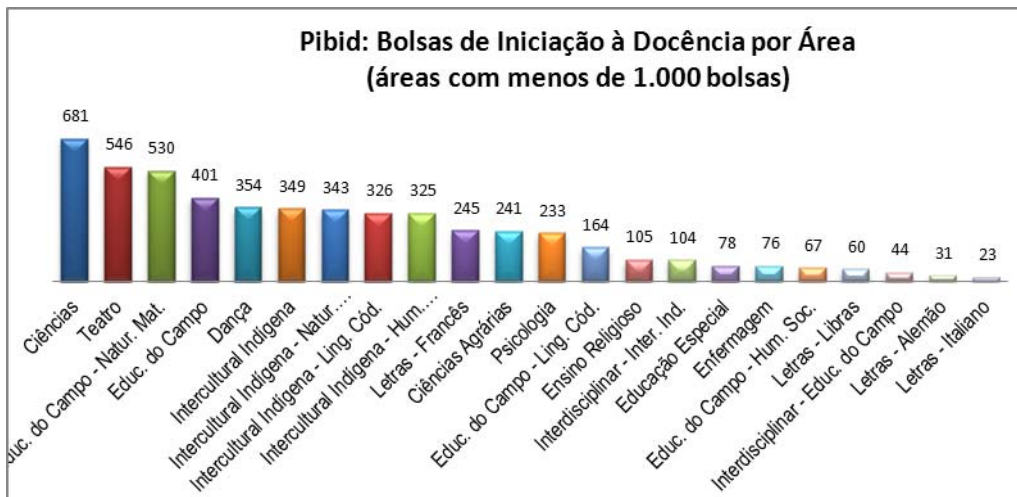


Gráfico 40. Áreas que demandaram concessões de menos de 1000 bolsas de iniciação à docência, editais 2013

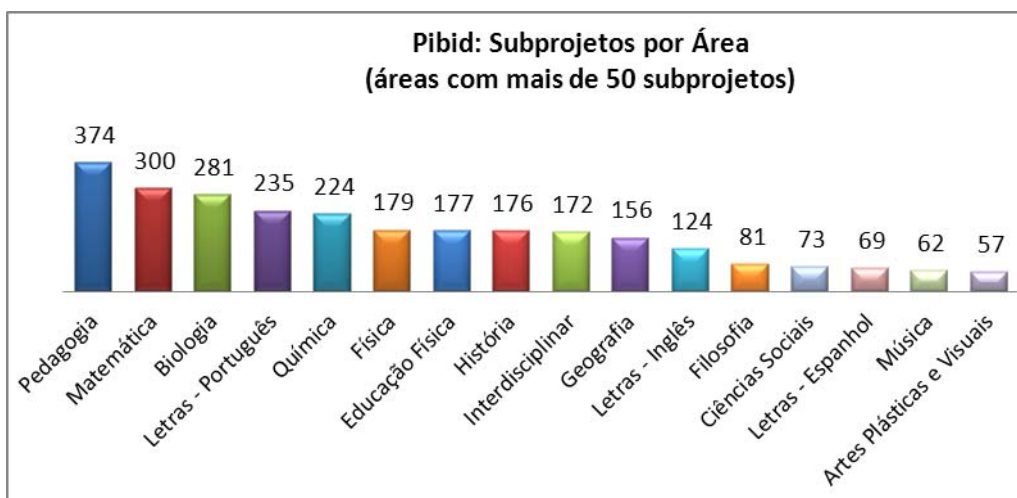


Gráfico 41. Áreas com mais de 50 subprojetos, editais 2013

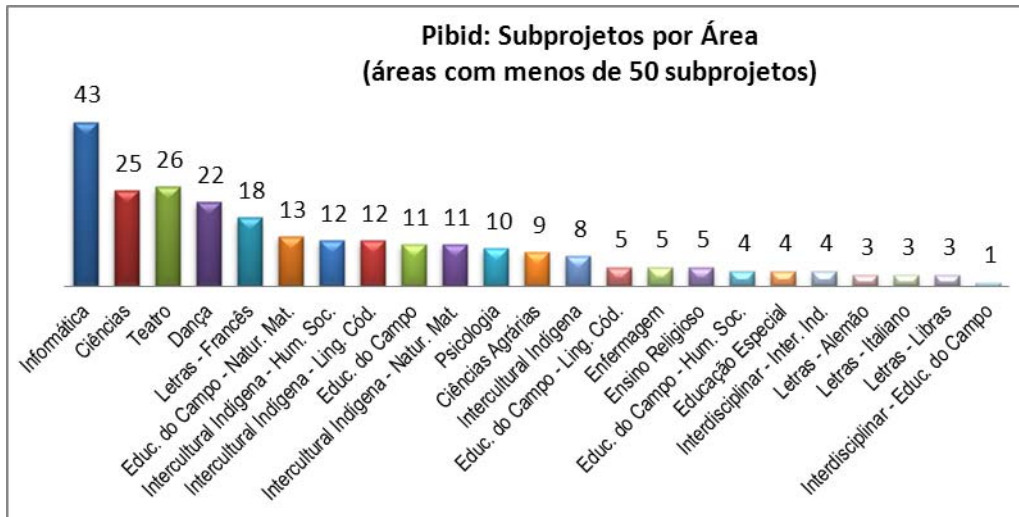


Gráfico 42. Áreas com mais de 50 subprojetos, editais 2013

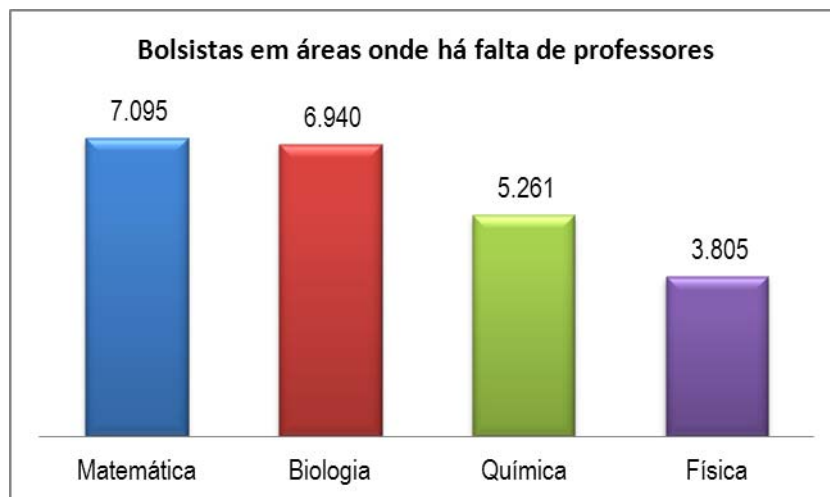


Gráfico 43. Número de bolsistas em áreas onde há falta de professores

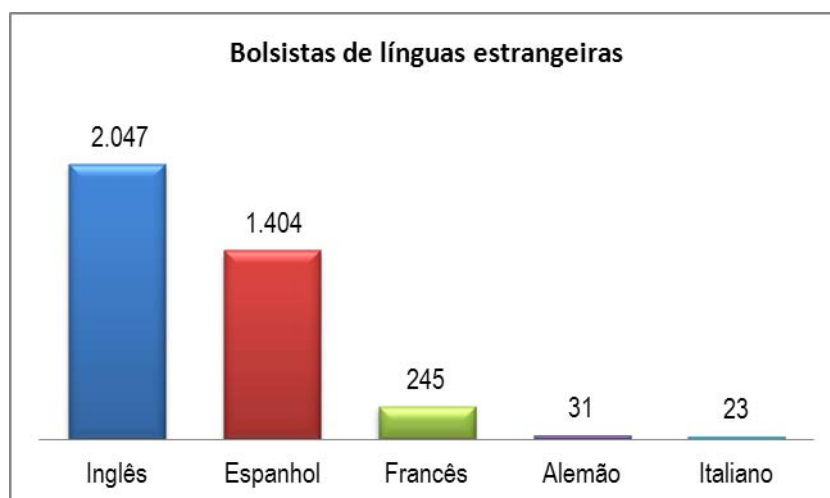


Gráfico 44. Bolsistas do Pibid em línguas estrangeiras

2.6.3. Acompanhamento e avaliação do programa em 2012 e 2013

Uma das metas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica é o acompanhamento e a avaliação de seus programas. Desse modo, em 2012 foram realizadas atividades cujo foco foi acompanhar o desenvolvimento do programa nas IES parceiras.

Entre as atividades de acompanhamento e avaliação estão: visitas técnicas às instituições, participação nos eventos promovidos pelos programas, levantamento de dados sobre os bolsistas e sobre os resultados alcançados pelo programa. Relevantes instrumentos utilizados para esse levantamento foram os formulários preenchidos pelos membros do programa e enviado por meio do *Google Drive*. Foram dois formulários encaminhados: um para os coordenadores institucionais e de gestão (formulário 01) e o outro para os coordenadores de área, supervisores e bolsistas de iniciação à docência (formulário 02).

As respostas a esses formulários foram analisadas pela Coordenação-Geral do programa, como, também, por consultores externos contratados em 2013 com esta finalidade.

Na sequência, apresentam-se avaliações decorrentes:

- a. da análise dos questionários enviados pelo Google Drive;
- b. da avaliação externa;
- c. da análise dos relatórios e acompanhamentos realizados.

2.6.3.1. Análise dos questionários pela CGV/DEB

- **A visão dos coordenadores institucionais e de gestão**

No formulário de acompanhamento enviado aos coordenadores institucionais e de gestão do Pibid foram priorizadas questões referentes ao impacto do programa, aos resultados alcançados e às propostas para o melhoramento e realinhamento da política pública.

Essas questões tinham como objetivo levantar e dar visibilidade ao impacto do Pibid nas IES, nos cursos de licenciatura e nas escolas participantes do programa, de modo a permitir à DEB avaliar alguns resultados e dar protagonismo aos coordenadores institucionais no realinhamento e melhoramento da política pública. Todas as respostas estão sendo consideradas nas avaliações do programa e na incorporação de novas estratégias de ação para o crescimento do Pibid em 2013 e 2014.

Na ocasião do envio do Questionário, 195 instituições de ensino superior possuíam o Pibid, abrigando 288 projetos institucionais. Todos os coordenadores receberam o formulário e 98% responderam no prazo solicitado. Desse modo, as respostas abaixo dizem respeito à quase totalidade dos projetos existentes nas IES, refletindo o compromisso e o envolvimento das instituições com o programa e a Capes. O quantitativo de respostas é maior que o número total de projetos existentes, ao todo 356 respostas, devido ao preenchimento e envio de mais de um formulário por alguns coordenadores institucionais de acordo com o número de campus de sua IES.

As respostas foram sintetizadas em gráficos e tabelas a seguir.

a) Sobre os impactos do Pibid nas escolas participantes

Quantitativo significativo dos coordenadores institucionais reconhece e destaca impactos positivos do Pibid nas escolas participantes do programa, em todo o Brasil.

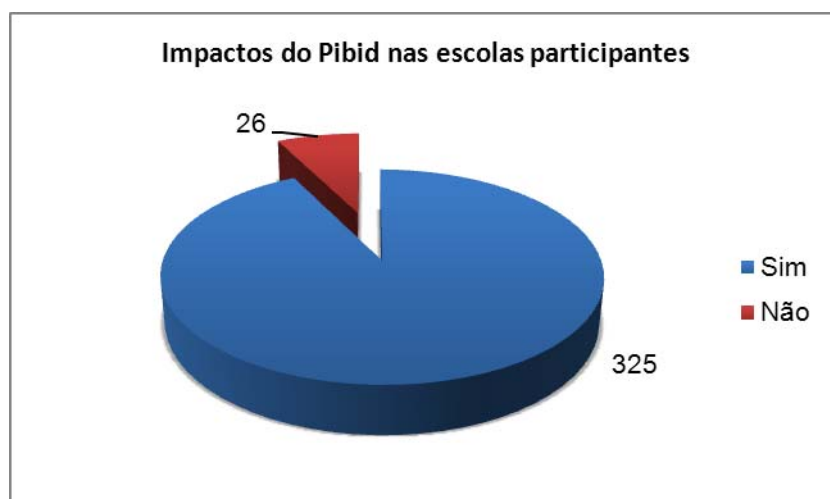


Gráfico 45. Pibid: impacto nas escolas participantes, na visão dos coordenadores

Os coordenadores institucionais mostraram que o Pibid, além de aumentar a qualificação da formação de professores, gera impactos diretos nas escolas de educação básica, conforme descrito na tabela a seguir.

Os impactos nas escolas, creditados ao Pibid, apontam para um cenário de mudanças positivas no tocante às escolas e à valorização do magistério da educação básica, foco desta Diretoria. Desse modo, tais impactos reforçam a proposição de que o Pibid tem sido uma importante política pública com alto potencial de melhoramento dos cursos de licenciatura, justamente por inserir a formação no interior da escola e enfatizar a complexidade da formação de professores no debate e nas ações voltadas à profissionalização dos professores que atuarão nas escolas de educação básica.

Esses impactos também destacam que as escolas participantes do programa têm se beneficiado com a presença dos bolsistas em seu interior, quer pela mobilização de diferentes atividades que problematizam a formação docente a partir de questões pertinentes à escola, quer pelo estreitamento da relação teoria-prática. As ações de revitalização dos espaços escolares e da capacidade didático-pedagógica da infraestrutura educacional contribuem para o estabelecimento de um senso ampliado do papel das instituições de ensino básico, atribuindo-lhe a característica de lugar privilegiado para a profissionalização dos docentes que, a posteriori, atuarão nelas.

Isso foi verificado nas respostas dos coordenadores institucionais que apontaram, entre outras questões, que a utilização dos espaços escolares foi potencializada a partir da presença dos bolsistas do Pibid nas escolas. Os trabalhos realizados no interior das escolas trazem benefícios para os laboratórios de ciências, de informática, bibliotecas e outros. Importante destacar que a utilização dos espaços escolares está associada a uma formação mais adequada dos profissionais que atuam na escola. Neste sentido, mesmo que as escolas possuam excelente infraestrutura, porém, com quadro docente com formação frágil, poderá haver um empobrecimento das práticas pedagógicas, em função da dificuldade de o professor lidar com o potencial da infraestrutura.

Tabela 16. Síntese da contribuição do Pibid nas escolas participantes do programa

Contribuição do Pibid nas escolas participantes do programa	Número de respostas
Otimização no uso de bibliotecas e espaços de leitura	248
Reabertura e melhoria da utilização de salas de mídias e informática	225
Reabertura e melhoria da utilização de espaços de produção artística (visual, musical, teatral, dança)	207
Reabertura e melhoria da utilização de laboratórios de ciências	205
Melhorias na utilização de espaços esportivos e de lazer	149
Reabertura e melhorias da utilização de brinquedotecas e espaços de convivência	129

a) Sobre o IDEB das escolas participantes do Pibid

De acordo com o Portal do Ministério da Educação⁸,

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (BRASIL, 2013)

O Pibid não tem como objetivo principal o melhoramento do IDEB das escolas brasileiras, todavia, segundo os coordenadores institucionais, em 40% das escolas participantes do Pibid houve um aumento nesse índice. Em amostragem, de 106 escolas o IDEB da 4ª série/5º ano apresentou a evolução abaixo.

Tabela 17. Evolução do IDEB de algumas escolas participantes do Pibid 4ª série/5º ano

Porcentagem da amostra (%)	Porcentagem de aumento do Ideb (%)
80	Até 25%
20	Entre 26% e 85%

A evolução do IDEB da amostra de 141 escolas de 8ª. série/9ºano é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 18. Evolução do Ideb de algumas escolas participantes do Pibid 8ªsérie/9º ano

Porcentagem da amostra (%)	Porcentagem de aumento do IDEB (%)
78	Até 25
19	Entre 26 e 100
3	Entre 100 e 200

⁸BRASIL, 2013. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

O aumento dos índices no IDEB das escolas participantes do Pibid revela a conjugação de esforços da própria instituição em melhorar suas avaliações educacionais. A presença dos alunos do Pibid nas escolas e no debate sobre esses indicadores de avaliação educacional auxilia os professores em formação no entendimento dos mecanismos de avaliação, bem como a importância, os impactos e os limites desses instrumentos.

Nesse sentido, em vários relatos dos coordenadores institucionais as temáticas: avaliação, IDEB, indicadores de qualidade da educação básica, entre outras têm sido pautados nas reuniões de estudo e preparação das atividades dos bolsistas do Pibid.

b) Sobre os impactos do Pibid nos cursos de licenciatura

Além da contribuição do Pibid nas escolas participantes do programas, os coordenadores institucionais também reconheceram melhorias nos cursos de licenciatura das IES.

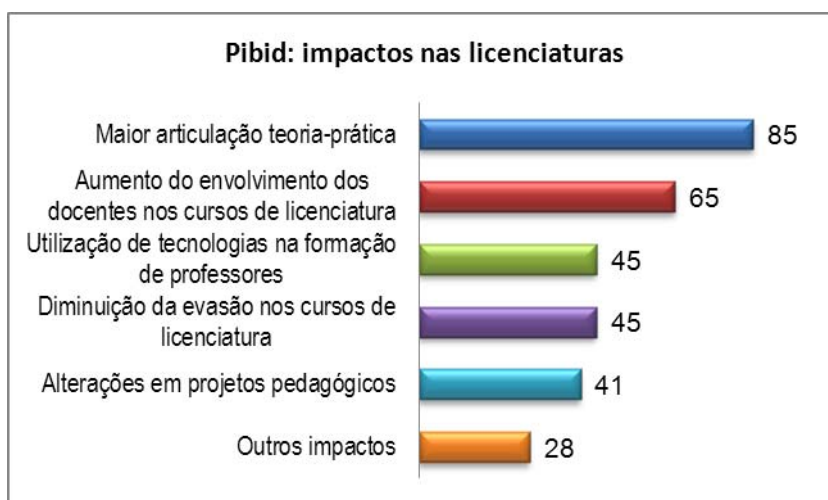


Gráfico 46. Principais contribuições do Pibid para os cursos de licenciatura

O gráfico destaca que a principal contribuição do Pibid para as licenciaturas é a maior articulação teoria-prática, problema enfrentado em diferentes cursos de graduação e, neste particular, nas licenciaturas. Tal fato, contribui para que o formando adquira conhecimentos próprios da docência no espaço de sua futura atuação profissional: a escola. Nesse sentido, o Pibid colabora significativamente que a formação de professores seja potencializada no espaço escolar, trazendo novos elementos para os cursos de licenciatura. Esses cursos também estão passando por modificações a partir do Pibid, seja na promoção de debates em torno dos projetos pedagógicos, seja no aumento da utilização de tecnologias para a formação de professores.

Vale ressaltar, também, que o Pibid tem contribuído como uma importante política de fixação dos alunos nos cursos, promovendo o maior interesse pela docência e diminuindo a evasão nos cursos. Isso foi destacado por 45% dos coordenadores institucionais do programa. A fixação dos alunos nos curso de graduação tem sido uma preocupação permanente das políticas públicas do Ministério da Educação, considerando o alto índice de evasão e abandono das IES brasileiras, especialmente, nos cursos de licenciatura. O Pibid, agindo como colaborador nesta fixação, é uma importante mecanismo de manutenção das licenciaturas e permanência dos cursos de formação docente.

c) Sobre o acompanhamento dos egressos do Pibid

Uma parcela importante das instituições participantes do Pibid possui instrumentos de acompanhamento dos egressos do programa. Desse modo, 43% dos coordenadores institucionais destacaram que os ex-alunos do Pibid estão:

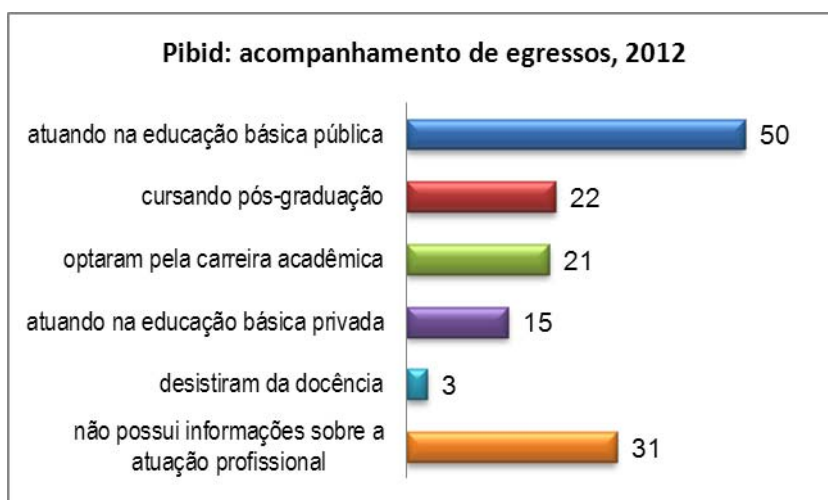


Gráfico 47. Acompanhamento dos egressos do Pibid

Ressalta-se o expressivo contingente de respostas que destacaram a inserção dos egressos do Pibid nas escolas de educação básica da rede pública, apesar da exigência de concurso público, o que nem sempre ocorre sistematicamente. Esse dado reafirma que o programa tem tido sucesso e alcance, tanto na qualificação dos professores, quanto em sua inserção na rede pública de ensino, justificando o investimento público no programa. Importante destacar, também, que uma parcela significativa tem buscado cursar a pós-graduação, obtendo boas colocações nos processos seletivos de programas de mestrado e doutorado.

Considerando que no Brasil a formação pós-graduada tem inserido seus egressos nas IES, destaca-se ser possível que os ex-bolsistas do Pibid atuando nas instituições possam melhorar o ensino dos cursos de graduação bem como promover a articulação da universidade com as escolas de educação básica - um impacto de longo prazo do programa. Vale ressaltar que pesquisas futuras poderão verificar esse pressuposto e o impacto da formação pelo Pibid nas IES.

d) Os coordenadores de área, supervisores e bolsistas de iniciação à docência

Do mesmo modo que fora aplicado questionário aos coordenadores institucionais e de gestão, os demais membros do programa – coordenadores de área, supervisores e bolsistas de iniciação à docência – responderam a questões específicas cuja finalidade foi conhecer o perfil dos bolsistas, suas percepções sobre o programa, bem como contribuições para melhoramento.

O link para acesso ao formulário foi encaminhado a todos os bolsistas ativos. Responderam 31.595 bolsistas de iniciação à docência, 4.559 supervisores e 2.778 coordenadores de área - números expressivos que resultam em 38.932 formulários respondidos. O somatório dos respondentes alcança 39.284, equivalendo a 79,64% do contingente de bolsistas – um percentual expressivo para qualquer pesquisa.

Os dados foram encaminhados a especialistas em formação de professores e tecnologia da informação e seu estudo subsidiará a avaliação externa do Pibid.

Esse formulário bem como outros que serão enviados ao longo de 2014 fazem parte da dinâmica de avaliação e acompanhamento dos trabalhos, dos resultados e dos impactos do programa para a formação de professores.

O primeiro formulário teve foco no perfil dos bolsistas de iniciação à docência e de sugestões para o melhoramento e realinhamento do programa que foram incorporados na nova regulamentação do programa estabelecida em 2013.

Corroborando com as pesquisas educacionais cujos resultados apontam para a predominância feminina na docência, a síntese do formulário revelou que esse contingente alcança 69% das bolsas concedidas, contra 31% de homens.

Tabela 19. Pibid: sexo dos bolsistas, 2012/2013

Sexo dos bolsistas	Porcentagem (%)
Feminino	69
Masculino	31

Tabela 20. Quantitativo de brancos, negros, pardos, mulatos, amarelos e indígenas no Pibid

Autodeclaração	Porcentagem (%)
Branco(a)	51
Negro(a)	11
Pardo(a)/Mulato(a)	35
Amarelo(a) (de origem oriental)	1
Indígena ou de origem indígena	2

Do total de formulários respondidos, 99% afirmam não ter nenhum tipo de deficiência ou necessidade especial. As necessidades especiais do 1% restante são de diferentes tipos: cegueira, surdez e dificuldades motoras.

Quanto à natureza jurídica das escolas de origem dos bolsistas do Pibid, a partir das respostas detectou-se que:

Tabela 21: Natureza jurídica das escolas de origem dos bolsistas do Pibid

Natureza jurídica da escola de origem	Porcentagem (%)
Pública	74
Privada	16
Pública/Privada	5
Não quiseram declarar	5

A grande porcentagem de bolsistas do Pibid oriundos da escola pública dá indícios de que as licenciaturas possuem predomínio desse grupo de estudantes. De certa forma, isso pode reverter positivamente para a formação dos professores considerando que os bolsistas já conhecem a realidade educacional do ensino público. Por outro lado, as representações sociais sobre a escola pública também são forte neste grupo, podendo marcar a maneira com que os bolsistas se aproximam da escola, interagem com ela e desenvolvem ali seus trabalhos.

Nesse sentido, a função dos professores supervisores e coordenadores é fundamental para colaborar no levantamento das representações sobre os saberes e práticas educativas que

estão no imaginário dos bolsistas do programa, de modo a possibilitar reflexões proativas e positivas sobre a escola pública brasileira e surtir efeito nas práticas dos futuros professores.

2.6.3.2. Avaliação externa do Pibid

Em 2013, uma das ações empreendidas para acompanhar o Pibid foi a publicação de edital da UNESCO para contratar consultores externos para avaliação do programa. Da contratação derivaram-se os seguintes produtos:

Produto 1 – Documento Técnico contendo a análise qualitativa das informações dos formulários respostas enviados pelos Coordenadores do Pibid, em 2012:

a) Analisar qualitativamente os formulários enviados pelos dirigentes do Pibid nas Instituições de Ensino Superior participantes do programa em resposta à consulta realizada por meio dos formulários Google-Drive pela Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério;

b) Produzir documento-síntese dos resultados obtidos pelos formulários de acordo com categorias analíticas que permitam agrupar as respostas das questões discursivas e abertas de modo a possibilitar o tratamento dos dados obtidos.

Produto 2 – Documento técnico contendo indicadores qualitativos e quantitativos de acompanhamento dos projetos e subprojetos do Pibid.

a) Avaliar os indicadores qualitativos e quantitativos já existentes e em uso pela Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério no monitoramento e avaliação do Pibid; b) Propor novos indicadores qualitativos e quantitativos que permitam melhor monitoramento e avaliação do Pibid;

Produto 3 – Avaliar a estrutura do Pibid e propor melhoramentos no desenho metodológico do programa com a finalidade de ajustes e realinhamentos na política pública.

a) Desenvolver análise crítica, a partir dos referenciais contemporâneos educacionais, das normas do programa e seu desenho metodológico;

b) Desenvolver proposta metodológica de padronização em Grandes Áreas e Áreas de Conhecimento que contemplem todos os projetos e subprojetos fomentados pelo Pibid, visando prepará-los para uma avaliação externa que será realizada por consultores *ad hoc*.

c) Apresentar proposta de melhoramento do programa, seu desenho estratégico e sua estrutura interna.

Seguido os trâmites impetrados no edital, foram analisados vários currículos de especialistas em formação de professores do Brasil. Desses, foram selecionadas duas professoras aposentadas: Prof^a. Dr^a. Bernardete A. Gatti e Prof^a. Dr^a. Marli E. D. A. André, ambas da Fundação Carlos Chagas de São Paulo. A avaliação foi dividida por região: Sul e Sudeste para uma consultora e Norte, Nordeste e Centro-Oeste para a segunda consultora.

O trabalho realizado gerou documentos que somam cerca de 500 páginas e discutem os dados do formulário, a política pública, seus realinhamentos, as perspectivas, os fundamentos, entre outros. Para este relatório de gestão, optou-se apresentar em linhas gerais a avaliação realizada pelas consultoras sem a riqueza de detalhamento presente nos produtos gerados.

a) Sobre os fundamentos teóricos utilizados no trabalho

As consultoras realizaram estudo sobre os fundamentos teóricos que deram suporte e orientaram a análise dos dados presentes nos formulários. Apontam as pesquisadoras:

“Pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, que investigou propostas curriculares de cursos de licenciatura em todo o Brasil (GATTI e NUNES, 2009), mostra que os cursos mantêm-se focados em modelos idealizados de aluno e de professor, com predominância dos estudos teóricos e das disciplinas de formação genérica em relação à formação para a prática docente. A relação teoria-prática é quase ausente nas dinâmicas curriculares, bem como estudos sobre a escola, o que indica uma formação de caráter abstrato e desarticulada do contexto de atuação do professor. As práticas educativas na escola e nas salas de aula são o cerne da educação escolar, portanto, do trabalho do professor. No entanto, elas não são adequadamente abordadas nas formações iniciais de professores. Nilda Alves (1992, p.64) ao discutir o conceito limitado de prática que se prende ao senso comum lembra que “...é preciso assumir que a prática é espaço/tempo de surgimento de conhecimentos vitais e de criação, não só de reprodução. “É, portanto, necessário dar à prática a dignidade de fato cultural, relevante para o desenvolvimento curricular pretendido.”

A perenidade do problema da formação – a desvinculação teoria-prática - é apontada pelas pesquisadoras como uma fragilidade dos cursos de formação de todo o país. O espaço da ação docente se distancia do espaço da formação, não sendo o primeiro mobilizador de saberes para a profissionalização dos professores. Este fato fica marcado nos documentos produzidos pelas consultoras que apontam ser o Pibid uma oportunidade robusta de fazer com que a produção cultural da escola seja apropriada pelos futuros professores – os alunos das licenciaturas que participam do programa.

Os pressupostos teóricos utilizados pelas consultoras indicam a necessidade de repensar os atuais modelos de formação *“a partir do diálogo com a realidade e as situações concretas do trabalho docente, bem como a urgência de superar a relutância de muitas instituições formadoras em reconhecer que esta nova epistemologia da formação de professores precisa ser incorporada ao discurso e às práticas formativas no ensino superior, adotando uma relação mais próxima e respeitosa com as escolas e comunidades docentes”*. Gatti, B.; André, M. Relatório de Avaliação qualitativa dos projetos Pibid implementados nas Instituições Brasileiras de Ensino Superior. CAPES/UNESCO, 2013.

b) Sobre os procedimentos metodológicos

As consultoras optaram por identificar um grupo de respondentes que pudessem compor uma amostra para análise, tendo em vista que tinham um universo de cerca de 38.000 respostas. Para as respostas abertas, o procedimento escolhido foi a análise de conteúdo, com elaboração de categorias analíticas definidas a partir das próprias falas dos respondentes. Algumas etapas da avaliação seguem descritas:

- 1 - seleção, a partir de uma amostra aleatória simples de um conjunto de respostas/registros para cada uma das questões, de modo a servir como base para a construção das categorias de análise, utilizando-se da metodologia de saturação (ir até onde as respostas passam a se repetir sistematicamente);
- 2 - criação de subconjuntos aleatórios independentes de respostas para cada uma das questões e por grupo de sujeitos respondentes, para as diferentes regiões do país – N, NE, CO, SE, S;
- 3 - análise e classificação dos subconjuntos de respostas de cada uma das questões e grupos/regiões, por meio das categorizações anteriormente construídas;
- 4 – tabulação das respostas às questões dos questionários, de acordo com as categorias de análise elaboradas.

Destacam-se a seguir algumas categorias de análise utilizadas pelas consultoras, estudando como os membros do programa avaliam o Pibid:

- Licenciandos:
 - ✓ Articular teoria e prática.

- ✓ Aproximar os licenciandos do contexto da escola básica desde o início do curso de licenciatura.
 - ✓ Proporcionar formação qualificada aos licenciandos.
 - ✓ Conhecer / usar metodologias aplicadas.
 - ✓ Questionar a qualidade das práticas formativas no âmbito da docência.
 - ✓ Estimular os licenciandos a buscar soluções, planejar e desenvolver atividades de ensino /pesquisa e elaboração de materiais didáticos.
 - ✓ Estimular os licenciandos para realizar pesquisa, participar de eventos científicos ou de cursos de pós-graduação.
 - ✓ Valorizar a docência por parte dos licenciandos.
 - ✓ Diminuir a evasão e estimular a permanência dos estudantes em uma área de conhecimento.
 - ✓ Melhorar a fala, a escrita e a comunicação dos alunos bolsistas.
- Professor-supervisor:
 - ✓ Articular teoria e prática.
 - ✓ Formação continuada qualificada dos docentes das escolas e estímulo à procura de novos conhecimentos.
 - ✓ Questionar a qualidade das práticas formativas no âmbito da docência.
 - ✓ Propiciar o amadurecimento tanto por parte dos bolsistas, do professor supervisor, como por parte dos alunos das escolas parceiras, que se sentiram motivados a ter curiosidade em relação aos conhecimentos de áreas específicas.
 - ✓ Valorizar e reconhecer o professor e seu trabalho na escola.
- Coordenadores de área:
 - ✓ Articular teoria e prática.
 - ✓ Questionar a qualidade das práticas formativas no âmbito da docência.
 - ✓ Aproximar os professores das IES do contexto escolar.
 - ✓ Aproximar o professor da IES dos licenciandos facilitando seu acompanhamento.
 - ✓ Buscar soluções, planejar atividades, experimentar metodologias, estimulando e preparando melhor os bolsistas.
 - ✓ Atualização pedagógica dos próprios professores das IES / formação continuada /ou novas tecnologias. Modificar a postura dos docentes do curso de licenciatura (postura, interesse, pontuações críticas, participação, interesse na associação teoria e prática docente).
 - ✓ Mediar as relações interpessoais.
 - ✓ Considerar "defasados" todos ou grande parte dos professores, rotulados como tradicionais, porém sem apresentar propostas inovadoras de ensino.
- Contribuições para IES/curso/escolas:
 - ✓ Proporcionar espaço de discussão sobre a prática docente e exercitar as práticas coletivas.
 - ✓ Desenvolver estratégias de ensino diversificadas.
 - ✓ Repensar o currículo das Licenciaturas e interligar saberes da ciência com a ciência da educação.
 - ✓ Desenvolver atividades interdisciplinares com reflexão de práticas cotidianas.
 - ✓ Recuperar da credibilidade da escola pública, reconhecendo-a como um importante espaço de formação.
 - ✓ Possibilitar o avanço nas pesquisas voltadas para o ensino.

- ✓ Fortalecer e valorizar as Licenciaturas.
- ✓ Promover o diálogo entre a IES e a escola.
- ✓ Ação compartilhada entre licenciandos, supervisores e professores da IES.

c) Alguns resultados da avaliação externa

Considerando que este relatório tem a finalidade de dar a conhecer aspectos gerais das políticas públicas, bem como as ações gestoras para o acompanhamento e a avaliação dos programas, optou-se por destacar em tabelas um panorama geral dos resultados alcançados pelas consultoras na análise das respostas dos participantes do programa. As tabelas apresentam qualitativamente esses resultados, sendo que no relatório produzido na avaliação, e disponível na Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB/Capes) cada item foi aprofundado com o devido tratamento analítico.

Nas tabelas a seguir são apresentados alguns fragmentos do relatório com impactos registrados e, para dar voz aos agentes do Pibid, transcrevem-se alguns relatos de coordenadores de área, supervisores, coordenadores institucionais e licenciandos analisados pelos avaliadores externos.

c.1. Análise do relato dos coordenadores de área

Tabela 22. Resultado da análise das respostas dadas pelos coordenadores de área

Os coordenadores de área concordam que o Pibid:
Colabora para a formação continuada ou atualização pedagógica dos docentes das IES
Aproxima a formação do Contexto da Escola Básica
Qualifica a formação dos licenciandos por meio do uso de metodologias aplicadas
Amplia o desenvolvimento de ações compartilhadas para o trabalho docente
Contribui para valorização a licenciatura e a profissão docente
Revitaliza a licenciatura
Contribui para formação dos docentes das IES
Estimula o fortalecimento do trabalho coletivo
Colabora para a formação continuada ou atualização pedagógica dos docentes das IES
Aproxima a formação do contexto da Escola Básica
Qualifica a formação dos licenciandos por meio do uso de metodologias aplicadas
Amplia o desenvolvimento de ações compartilhadas para o trabalho docente
Contribui para valorização a licenciatura e a profissão docente
Revitaliza as licenciaturas
Contribui para o desenvolvimento da pesquisa educacional e didática
Estimula a interdisciplinaridade
Aumenta da atratividade do magistério
Amplia os conhecimentos intelectuais dos professores da universidade, supervisores e alunos da licenciatura

Tabela 23. Relatos de coordenadores de área sobre o Pibid

Área/Estado	Relato
Computação, PA	<i>O PIBID veio valorizar o curso de Licenciatura em computação e ajudou na nota 4 no reconhecimento do curso, o curso valorizado, valoriza a instituição.</i>
Letras, RS	<i>O PIBID é um Programa que (1) valoriza a formação nas licenciaturas; (2) valoriza e reconhece o trabalho de professores da educação básica e (3) promove o diálogo entre a Universidade e as escolas de educação básica. Por tudo isso, entendo que ele fomenta a efetiva relação teoria e prática o que contribui sobremaneira para a formação dos licenciandos e para nossa (como docentes, coordenadores de subprojetos) formação continuada.</i>

Ciências Sociais, AL	Com a implantação do PIBID Ciências Sociais, alguns alunos de Licenciatura puderam ter mais clareza sobre o campo de trabalho de um cientista social, em Alagoas. Também significa a efetividade de um apoio ao Curso, uma vez que esta Licenciatura não gozava de muito prestígio dentro do ICS (vejam as publicações e os grupos de pesquisa deste Instituto), da mesma forma que ocorre em muitas outras universidades brasileiras.
Física, MS	As atividades desenvolvidas com os alunos permitem uma proximidade maior com a problemática do ambiente escolar de nível médio, possibilitando verificar os pontos positivos e negativos das estratégias/metodologias de ensino abordadas nas disciplinas do curso de licenciatura. O desenvolvimento de atividades colaborativas com docentes em ação e futuros docentes tem propiciado a busca por novos referenciais e principalmente a reflexão sobre o papel desempenhado no processo de formação.
Filosofia, SC	O PIBID tem um importante papel na formação dos alunos de licenciatura, proporcionando também uma experiência extremamente valiosa com os alunos do Ensino Médio, ao mesmo tempo em que serve como um incentivo à investigação pedagógica e filosófica. Do ponto de vista do Coordenador, também o PIBID mostra-se útil na medida em que possibilita um trabalho integrado junto com os bolsistas no desenvolvimento de material didático, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de pesquisar novas metodologias de ensino.
Geografia, SE	Foi observado maior empenho em atividades que demandavam criatividade e autonomia dos licenciandos quanto ao planejamento dos temas e conteúdos a serem desenvolvidos em projetos de ensino nas escolas por meio de Mini Cursos e Oficinas Temáticas de Geografia, o que tem demandado trabalho de planejamento semanal intenso. Também foi evidente que o trabalho permanente (encontros semanais na escola dos licenciandos com um mesmo grupo de alunos em período extra turno) foi imprescindível para o melhor acompanhamento dos licenciandos do desenvolvimento cognitivo e social dos alunos ao longo de 4 meses de ações semanais.
Biologia, MG	Outra vertente importante é a valorização das licenciaturas, com realização de eventos científicos da área, aumento da produção científica dos docentes na área de ensino, aumento da procura pelos cursos de licenciatura e diminuição da evasão.
Pedagogia, RJ	Observo, em diálogo com os gestores institucionais da instituição e com outros coordenadores de área dos subprojetos, que o PIBID vem proporcionando ao licenciandos, aos supervisores, aos coordenadores de área, a possibilidade de contribuir para uma maior visibilidade das Licenciaturas no âmbito do quadro de formação dos profissionais na Universidade.
Física, GO	As aprendizagens ocorrem dentro de uma cultura escolar, envolta em valores e só respeitando estes, é que se consegue ensinar. Não respeitar essa cultura escolar é um erro das políticas públicas que não reproduzimos no PIBID do subprojeto de Física. No entanto, trata-se de um trabalho que absorve grande quantidade de tempo e os resultados não são verificados de imediato. A relação entre a Escola e Universidade tem sido ampliada e melhorada com o PIBID. No entanto, muitas vezes a Universidade se comporta de forma, digamos, muito pedante, como se soubesse como resolver todos os problemas. Essa postura precisa ser mudada em benefício de um reconhecimento da necessidade de uma parceria genuína, na qual a cultura na qual a escola está inserida seja considerada verdadeiramente pela universidade e seja articulada com a Universidade. Esse é um ponto que esperamos poder construir via PIBID.

c.2. Análise do relato dos supervisores

Foram analisadas, também, as respostas dos professores supervisores do Pibid. De modo geral, essas análises incidiram sobre as linhas dispostas na tabela abaixo.

Tabela 24. Resultado da análise das respostas dadas pelos supervisores ao questionário

Os supervisores concordam que o Pibid promove:
Conhecimento e uso de novas práticas didático-pedagógicas nas escolas públicas
Formação continuada dos professores da educação básica
Atualização teórico-prática
Envolvimento e participação em grupos de pesquisa educacional e didática
Trocas de experiências didático-pedagógicas
Participação em congressos científicos
Conhecimento da realidade escolar e dos problemas educacionais
Melhoria no planejamento de atividades didáticas
Qualificação do processo formativo dos licenciandos e dos supervisores
Aproximação do conhecimento acadêmico e do conhecimento científico
Ampliação da reflexão sobre a prática didático, com a inserção de novas questões não abordadas nos cursos de licenciatura
Melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens, trazendo benefícios para a escola e

para os alunos da educação básica
Integração entre universidade e escola
Dinamização das aulas dos supervisores, de seu planejamento para o exercício da docência e de sua formação
Melhoria da qualidade dos cursos de licenciatura

Na sequência são apresentados alguns relatos dos supervisores que estão contidos no relatório de avaliação do programa.

Tabela 25. Relatos dos supervisores sobre o Pibid

Área de atuação do supervisor, UF	Relato
Matemática, PE	<i>Avaliar o Pibid vai além do julgamento das vivências oportunizadas pelos trabalhos concluídos, em desenvolvimento e do esforço diário daquilo que queremos realizar na escola. Na verdade, consiste em uma mudança profissional, na aquisição de novos comportamentos e avanço na construção de minha formação. O Pibid também refletiu na atitude tanto do supervisor como do aluno bolsista e também professor colaborador, pois está havendo uma interação com o alunado em busca de uma melhor aprendizagem.</i>
Pedagogia, RS	<i>O Pibid é uma grande oportunidade para os bolsistas terem o primeiro contato com a sala de aula, adquirindo experiência e é também uma grande oportunidade para enriquecer o currículo dos supervisores e bolsistas, dando oportunidade para continuarmos a frequentar cursos de especialização e aperfeiçoamento contribuindo assim para realizar um trabalho de qualidade nas escolas.</i>
Artes, BA	<i>Considero o PIBID uma excelente forma de vincular a Universidade às práticas da Escola de nível Fundamental e Médio, oportunizando ao bolsista vivenciar o cotidiano das salas de aula, complementando sua formação e ampliando sua experiência de aprendizagem. Para os supervisores considero relevante como aprimoramento de sua formação continuada como educador, trazendo uma nova reflexão para suas práticas e atualização do processo ensino-aprendizagem.</i>
Português, SP	<i>Considero positiva, porque me incentiva a ser um professor reflexivo sobre a minha prática profissional e preocupado com a formação de novos docentes dentro do Projeto.</i>
Biologia, MG	<i>Hoje a escola tem expectativas que antes não existiam, podemos dar aos estudantes uma condição um pouco mais favorável aos estudos que antes. Pois a partir do Pibid podemos ter aulas práticas, visita a universidade, intervenções dinâmicas do grupo. Isso pode ser simples para muitos estudantes, mas na minha instituição é quase um outro mundo que o Pibid proporciona e com isso dá ao estudante uma nova perspectiva de vida, onde ele vê a escola com outros olhos.</i>
Licenciatura Intercultural, RO	<i>O Pibid Diversidade tem contribuído para minha formação profissional nas dimensões prática e teórica. Ao acompanhar e supervisionar os estudos, leituras e reflexões dos alunos a partir das referências indicadas pela coordenação, tenho me apropriado de conceitos e categorias teóricas novas, o que tem me possibilitado uma maior compreensão do contexto da educação intercultural. Por sua vez, as visitas às comunidades dos alunos me puseram em contato com a realidade das escolas indígenas, bem como possibilitaram-me compreender ainda mais as especificidades da educação escolar indígena, e isso tem impactado minhas ações enquanto professor.</i>
Química, RJ	<i>Por outro lado, na escola, as atividades realizadas pelos bolsistas aproximam mais os conteúdos de Química do cotidiano dos alunos, fazendo, dessa maneira, aumentar o interesse dos alunos por essa disciplina.</i>
Educação Física, MT	<i>Um projeto de suma importância para todos os envolvidos, em especial aos bolsistas, pois o envolvimento desses bolsistas nas atividades desenvolvidas os incentivarão a assumir carreira docente e conseqüentemente contribuirão para a elevação da qualidade do ensino público. Para supervisores e coordenadores é uma oportunidade de nos manter num processo de conhecimento contínuo, em forma de elaboração de artigos, leitura, avaliação, enfim atividades estas, fundamentais para uma boa formação continuada.</i>
Filosofia, AC	<i>A importância do PIBID incentiva os alunos o gosto pela leitura de forma interpretativa e crítica de textos literários e filosóficos, desperta também observações que norteiam os problemas ocorridos no meio do alunado, que eles tenham uma visão diferente e saibam o seu papel perante a comunidade em que vivem.</i>

c.3. Análise do relato dos coordenadores institucionais

Os coordenadores institucionais do Pibid também foram inquiridos. As linhas gerais presentes na tabela abaixo foram analisadas e emergiram do relato desses professores.

Tabela 26. Resultado da análise das respostas dadas pelos coordenadores institucionais do Pibid

Os coordenadores institucionais concordam que o Pibid:
Intensifica o diálogo entre a universidade e escola
Eleva a autoestima dos licenciandos e dos professores da educação básica
Contribui para modificar as formas tradicionais do estágio supervisionado
Valoriza a licenciatura na comunidade acadêmica
Diminui a evasão nas licenciaturas
Aumenta o interesse das redes de ensino na formação de professores
Melhora a prática pedagógica dos supervisores
Contribui para o uso de tecnologias nas escolas de educação básica e na formação de professores
Colabora na reorganização dos conteúdos curriculares e nas práticas didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas
Aumenta o interesse dos professores e gestores educacionais na formação dos futuros docentes
Aumenta a procura pelos cursos de licenciatura
Colabora para o aumento da procura dos professores da educação básica pela pós-graduação
Dinamiza as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos curriculares
Apoia pedagogicamente as atividades dos docentes das escolas envolvidas
Envolve os alunos na dinâmica escolar e na compreensão do cotidiano das escolas públicas

A seguir, registram-se alguns relatos de coordenadores institucionais destacados no documento de avaliação. Pela quantidade e extensão dos textos, optou-se por apresentar apenas um relato por região, todavia, o documento de avaliação apresenta número expressivo de depoimento dos coordenadores institucionais.

Tabela 27. Relatos dos coordenadores institucionais sobre o Pibid

Região	Relato
Norte	<i>Não há dúvidas de que este programa é a melhor política pública direcionada para a Ed. Básica dos últimos anos, pois o professor da rede é muito valorizado ao receber a bolsa. Em nossa IES as licenciaturas passaram inclusive a ser oferecidas na modalidade presencial após nossa inserção no PIBID e alguns cursos que já não eram mais ofertados, cujas turmas estavam nos últimos períodos, passaram a ser. Ganhamos um novo status na universidade. Nosso reitor tem um carinho muito especial pelo PIBID e sempre somos convidados para falar dele nos conselhos e reuniões com os prefeitos e secretarias. Hoje, as prefeituras agendam horário com a reitoria para solicitar PIBIDs nas suas escolas, o que nos dá um bom fôlego na instituição. Além disso, as licenciaturas passaram a veicular nas mídias, especialmente na rádio e na TV, notícias sobre as bolsas do PIBID, divulgando os cursos de licenciatura, aumentando assim a procura por eles. No que diz respeito à formação dos licenciandos, muitos deles declaram que não saberiam como entrar na sala de aula se não tivessem passado pelo PIBID e que este programa foi fundamental para que ele soubesse como agir no estágio, indicando que o estágio precisaria ter uma dinâmica como a do PIBID. O PIBID trouxe a valorização dos cursos de licenciatura, principalmente na instituição; aumentou a autoestima dos acadêmicos; proporcionou a educação continuada dos supervisores e coordenadores; fortaleceu a formação do licenciando por meio da vivência prática precoce concomitante com a teoria, na maioria dos casos.</i>
Nordeste	<i>Numa rápida pesquisa realizada nas escolas participantes do PIBID/UE, os gestores apontaram os seguintes avanços ou impactos: 1) aulas mais dinâmicas; 2) alunos mais participativos; 3) desenvolvimento de projetos de ensino que incentivam os professores para a realização de atividades didáticas mais interativas; 4) a presença de alunos universitários na escola desperta o interesse dos alunos da educação básica para a continuidade dos estudos e para a vida acadêmica; 5) planejamento significativo das atividades escolares; 6) os alunos têm demonstrado melhoria na qualidade da aprendizagem da leitura e escrita; 7) os alunos têm demonstrado mais interesse pelas aulas.</i>
	<i>... Alguns alunos/as do ensino médio têm se mostrado bastante interessados/as em relação, por exemplo, à disciplina de Física (fato ressaltado pelos professores da disciplina), em decorrência das ações que foram desenvolvidas neste ano de 2012: aulas experimentais,</i>

Centro-Oeste	<i>monitoria de Física e mostra de experimentos. Percebe-se que com o Pibid, nas escolas teve-se maior interesse e envolvimento por parte dos professores nas atividades como feira de Ciências, mostras e outras e nas aulas do dia-a-dia. A aprendizagem dos/as alunos/as teve uma melhora significativa além do envolvimento deles/as em diversas atividades relacionadas não só ao ensino de Química como em todas as disciplinas. A escola parceira acredita no trabalho desenvolvido pelo PIBID e como avanço tem permitido maiores intervenções no processo pedagógico. Existe uma abertura para o desenvolvimento de ações e projetos dentro e fora da escola. A comunidade escolar se envolve com o programa.</i>
Sudeste	<i>Pudemos realizar feira científica e tecnológica com apoio do Pibid; realização de experimentos e aulas práticas no laboratório da universidade; aumentou a motivação dos alunos para as aulas; favoreceu a execução de projetos, a integração da escola com a universidade, a aquisição de materiais para as práticas pedagógicas, maior utilização dos recursos pedagógicos da escola (data show, vídeo, som..), revitalização de espaços (biblioteca, laboratórios), atendimento diferenciado aos alunos, incentivo a formação continuada dos professores, incentivo a leitura e a escrita e houve melhor participação do alunos nas aulas.</i>
Sul	<i>Melhoria nas práticas pedagógicas dos docentes das escolas envolvidos no programa, com a adoção de práticas didáticas inovadoras (práticas de laboratório, desenvolvimento de projetos didáticos, materiais didáticos mais estimulantes, produções e atividades que envolvem maior participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, etc.), maior compromisso com a escola e estudantes, melhoria na autoestima dos docentes; - Maior envolvimento e estímulo dos estudantes da educação básica em relação às áreas curriculares envolvidas no programa, em função da melhoria na qualidade das aprendizagens; - estudantes da educação básica que nunca pensaram em ingressar na Universidade sentem-se estimulados a isso a partir da relação que estabelecem com os bolsistas de iniciação à docência; - a prática de planejamento, muitas vezes inexistente ou realizada de forma individual, passou a reunir, no mínimo, supervisores e professores colaboradores e bolsistas de iniciação à docência.</i>

c.4. Análise do relato dos bolsistas de iniciação à docência

As consultoras analisaram os relatos de bolsistas de iniciação à docência de diferentes estados e regiões. A tabela apresenta impactos que foram identificados.

Tabela 28. Resultado da análise das respostas dadas pelos bolsistas de iniciação à docência

Os bolsistas de iniciação concordam que o Pibid:
Possibilita vivenciar a escola e a sala de aula
Permite conhecer e desenvolver metodologias diversificadas
Promove o conhecimento da realidade das condições do trabalho docente
Amplia a visão para várias possibilidades e problemáticas relacionadas ao ato de ensinar
Permite planejar, preparar e aplicar ações pedagógicas em sala de aula
Favorece a aquisição de uma nova visão sobre a relação professor-aluno e professor-disciplina
Permite verificar dificuldades e facilidades para o ensino
Promove a compreensão da profissão docente
Aperfeiçoa e melhora a profissionalização para a prática didática
Oportuniza a aquisição de instrumentos e saberes para a ação docente
Coloca a escola pública no protagonismo da formação de professores
Enriquece as experiências em tecnologias educacionais
Possibilita crescimento profissional

Na sequência são apresentados alguns relatos dos bolsistas de iniciação à docência que estão contidos no relatório de avaliação do programa.

Tabela 29. Relatos dos bolsistas de iniciação à docência sobre o Pibid

Área do bolsista de iniciação à docência	Relato
<i>Ciências Biológicas</i>	<i>O Pibid é um excelente programa que mistura sonhos, prática e realidade de uma forma única. Com o passar dos dias me sinto mais atraída e estimulada a exercer a profissão de professora. A convivência com os alunos em sala de aula me deixa mais envolvida com uma realidade que se aproxima e mais capaz para enfrentar dificuldades e obstáculos que possam vim futuramente. Sem falar do interesse dos alunos que aumenta a cada dia com esse direcionamento que o programa nos oferece.</i>
<i>Artes Visuais</i>	<i>Com essa experiência, aproximação, com os alunos em sala de aula, temos mais segurança para assumir uma turma posteriormente. Podemos vivenciar todas as etapas em sala de aula, digo, desde a elaboração dos planejamentos até a execução destes, e assim também seus percalços, fazendo com que tenhamos mais segurança.</i>
<i>Ciências Sociais</i>	<i>O Pibid é importante para instituição e para o meu curso não só por todas as possibilidades de aproximação do universo escolar que ele nos proporciona, mas também o de conhecermos o verdadeiro trabalho de professor.</i>
<i>Matemática</i>	<i>O PIBID é um projeto que pode contribuir muito tanto para minha formação acadêmica quanto profissional. Por meio desta bolsa, posso ter um contato direto com a sala de aula e desenvolver atividades e práticas pedagógicas nas escolas públicas aprimorando o meu conhecimento e aperfeiçoando-me para que quando me graduar, tornar-se uma profissional qualificada e experiente na área da educação, sendo mais uma a contribuir com a melhoria da qualidade nas escolas e conseqüentemente a elevar o índice do IDEB.</i>
<i>Química</i>	<i>O PIBID trouxe a Instituição de Ensino novas possibilidades de refletir a prática pedagógica, buscando incorporar a esse contexto questões ligadas à importância do preparo do professor; do planejamento de aulas; das formas de condução de uma atividades; etc. De uma forma geral, o PIBID proporcionou a licenciatura uma nova maneira de estabelecer vínculo com a educação básica, de forma reflexiva planejada.</i>
<i>História</i>	<i>O PIBID é, a meu ver, um projeto de suma importância para qualquer aluno de licenciatura. No caso do meu curso (História), tem muita importância para uma formação mais qualificada, pois o nosso curso é muito voltado apenas para atividades de leitura e debates de bibliografias dentro da sala de aula, além de avaliações que mais nos preparam para a pesquisa do que para a docência. Portanto o PIBID tem um papel fundamental na nossa formação, pois nos dá a oportunidade de ter contato com a sala de aula, trabalhar na construção de projetos que visem a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas e, acima de tudo, nos insere em atividades que vão além da sala de aula e da simples leitura de bibliografias e pesquisas, nos proporcionando os primeiros contatos com o nosso futuro ofício.</i>

O documento de avaliação aponta ainda algumas considerações sobre o programa, dos quais se destacam dois fragmentos.

- 1. Analisando os depoimentos dos coordenadores de área, dos professores supervisores e dos coordenadores institucionais do PIBID observa-se que há muitas convergências. De modo geral eles expressam um julgamento muito positivo sobre o programa, chegando, em muitos casos a afirmar: é a melhor política pública direcionada para a Educação Básica nos últimos anos...ou... é a melhor política para incremento da licenciatura... Ou ainda: O PIBID é certamente uma das mais significativas políticas públicas de indução e de fortalecimento da formação docente já implantadas no Brasil. São expressões fortes, carregadas de emoção, de quem vive intensamente o programa e reconhece seu valor.*
- 2. Consta-se que o Pibid vem possibilitando, na visão de todos os envolvidos com sua realização, um aperfeiçoamento da formação inicial de docentes para a educação básica. Em particular destacamos a apreciação dos Licenciandos que participam deste Programa os quais declaram reiteradamente em seus depoimentos como o Pibid está contribuindo fortemente para sua formação profissional em função de propiciar contato direto com a realidade escolar nos inícios de seu curso, contato com a sala de aula e os alunos, possibilitando-lhes conhecer de perto a escola pública e os desafios da profissão docente.*

A avaliação externa do programa mostra que a política pública tem sido exitosa para os diferentes atores e tem alcançado seu propósito de valorizar a formação de professores, o protagonismo da escola e os cursos de licenciatura.

2.6.3.3. Avaliação dos relatórios anuais dos projetos apoiados

Em Relatórios de Gestão da DEB, a partir de depoimentos, questionários e relatórios anuais dos projetos das IES, foram feitas sínteses sob vários pontos de vista. É interessante verificar que há sintonia com os resultados da avaliação externa.

Embora redundante, optou-se por manter esse registro, uma vez que esse Relatório consolidado 2009-2013 pode ser ponto de partida para análises mais aprofundadas do programa, por mestrados, doutorandos e especialistas em políticas públicas, como, de fato, já vem ocorrendo.

Todos esses dados mostram a preocupação da DEB em acompanhar o Pibid e apoiar seu aperfeiçoamento seja na gestão interna, seja no apoio às IES. Em síntese, destacam-se os seguintes impactos:

1) Do ponto de vista das licenciaturas:

- a) diminuição da evasão e aumento da procura pelos cursos de licenciatura;
- b) integração entre teoria e prática, ação e reflexão;
- c) aproximação entre instituições de ensino superior – IESs e escolas públicas de educação básica;
- d) valorização das licenciaturas na comunidade acadêmica e científica;
- e) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- f) revisão de currículos das licenciaturas;
- g) inserção de novas metodologias e tecnologias educacionais na formação de docentes;
- h) sinergia com o Prodocência, Observatório da Educação, Parfor e outros programas que valorizam a formação e o exercício da docência;
- i) realização de eventos interdisciplinares para aprimoramento das licenciaturas;
- j) realização de eventos entre Pibids, envolvendo instituições do estado, região, áreas afins.

2) Do ponto de vista dos bolsistas de iniciação à docência:

- a) formação contextualizada e comprometida com o alcance de resultados educacionais;
- b) melhoria no desempenho acadêmico;
- c) descoberta do espaço de autonomia que o professor tem na escola;
- d) adoção de atitudes inovadoras e criativas;
- e) definição pelo exercício do magistério por parte de alunos que fizeram licenciatura como opção secundária;
- f) aprovação de ex-bolsistas em concursos públicos, em cursos de especialização e em mestrados;
- g) contratação de ex-bolsistas pela direção das escolas onde atuaram;
- h) produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros produtos educacionais;
- i) crescente participação de trabalhos de bolsistas do Pibid em eventos acadêmicos e científicos no país e no exterior;
- j) adoção de linguagens e tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano da escola e da própria formação (uso de ferramentas como Google Maps, abertura de laboratórios de Ciências e Informática então fechados nas escolas etc).

- 3) Do ponto de vista dos coordenadores de área:
- motivação e oportunidade de formação continuada e de desenvolvimento profissional;
 - elevação da auto-estima e reconhecimento entre os pares;
 - diálogo com as escolas onde os futuros professores trabalharão;
 - revisão de projetos pedagógicos das disciplinas;
 - adoção de novas linguagens e tecnologias da informação e da comunicação e incentivo à inovação na formação de professores;
 - produção, publicação e apresentação de artigos científicos sobre formação de professores.
- 4) Do ponto de vista dos supervisores:
- motivação e oportunidade de formação continuada e de desenvolvimento profissional;
 - incentivo à continuidade de estudos: matrícula de supervisores em cursos de especialização, mestrado profissional e outros;
 - elevação da auto-estima e reconhecimento entre os pares;
 - diálogo com as instituições formadoras;
 - renovação da prática pedagógica no cotidiano das escolas.
- 5) Do ponto de vista das escolas públicas participantes:
- incentivo à mudança e à inovação;
 - elevação do desempenho dos alunos e motivação dos professores;
 - elevação do IDEB;
 - bolsistas Pibid como inspiração para alunos das escolas públicas que buscam cursos superiores que não estavam em seu projeto de vida;
 - demanda por mais bolsistas Pibid;
 - apoio a vestibulandos e preparação para o ENEM;
 - uso, renovação e adequação de laboratórios de Física, Ciências, Química, Informática;
 - revitalização de bibliotecas;
 - feiras de ciências, mostras de literatura e outras.

2.6.4. Gestão do Pibid

2.6.4.1. Orientações às IES participantes

O crescimento do programa tem induzido que todos os processos internos sejam revistos, bem como as normativas e as orientações para as instituições parceiras de modo a auxiliá-las no gerenciamento dos projetos apoiados pela Capes. Esta tem sido uma preocupação constante da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica: construir manuais, instruções e alternativas para otimizar o trabalho interno e externo dos projetos.

No Pibid foram construídos diferentes Manuais, disponíveis no site da Capes.

- **Orientações para troca de coordenador institucional**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Orientacoes-para-coordenadores-troca-de-coordenador-institucional.pdf>

- **Orientações para remanejamento de rubrica**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Orientacoes-para-coordenadores-remanejamento.pdf>

- **Orientações encerramento dos projetos – Pibid**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Orientacoes-encerramento-dos-projetos-PIBID-11122013.pdf>

- **Manual de Devolução de Bolsa – GRU**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Manual-Devolucao-Bolsa-Pibid-GRU-1792013.pdf>

- **Manual de Orientações para Execução de Despesas do Pibid - Elaboração do Plano de Trabalho**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2212014-Manual-OEDP-EPT.pdf>

- **Manual de Concessão de Bolsas do Pibid**

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/422014-Manual-CBP.pdf>

Além dos manuais que foram produzidos, também, estão sendo preparadas videoconferências que auxiliarão os coordenadores do Pibid na organização das propostas no primeiro semestre de 2014.

Outro importante avanço na gestão do programa é a utilização do Sistema Integrado Capes - Sicapes (Sistema Capes) para todas as etapas de submissão das propostas em 2013. Desse modo, desde a inscrição, análise das propostas, divulgação do resultado, interposição de recurso, disponibilização dos pareceres etc, foram veiculados por meio do Sicapes.



Figura 10. Tela do Sistema Integrado Capes (Sicapes), 2013

O Sicapes representou um avanço para o processo de seleção do programa, pois reuniu em um único lugar todas as etapas: desde a análise técnica até a inserção do Plano de Trabalho, mantendo o histórico da submissão de cada proposta. O sistema monitorou o certame e permitiu que os gestores acompanhassem em tempo real toda participação das IES no Edital 2013 e na implementação das propostas aprovadas.

A página eletrônica do Pibid tem sido outra ferramenta importante na divulgação das informações do programa, compondo, com o Sicapes e o Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC) veículos de comunicação da Capes com as instituições parceiras para a gestão do programa.

2.6.4.2. Novo regulamento do Pibid: Portaria nº 96, de 18 de julho de 2013

Em 2013, a equipe da CGV/DEB promoveu diversos encontros internos para discutir o novo regulamento do programa. O objetivo foi ressaltar os aspectos pedagógicos do Pibid e prepará-lo para expansão que ocorreu no final de 2013. Também, o novo regulamento voltou-se para a institucionalização do programa nas IES, de modo a garantir a manutenção da excelência nas ações desenvolvidas pelos projetos apoiados pela Capes.

A minuta, discutida no evento, foi aberta à consulta pública em maio e junho de 2013. Foram compiladas sugestões de todas as instituições que participam do programa, por meio da contribuição de cerca de 2.500 coordenadores de área do programa. As sugestões foram reunidas por IES que encaminharam para os representantes regionais finalizarem a compilação das contribuições e, na sequência, enviarem à Capes.

Todas as contribuições foram lidas pela equipe da Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério que, por sua vez, incorporou tais sugestões respeitando a legislação vigente e as diferentes nuances dos programas.

Desse modo, em 2013, a [Portaria 260, de 30 de dezembro de 2010](#) é modificada para dar ênfase aos aspectos pedagógicos do programa. As novas regras do programa, [Portaria 96, de 18 de julho de 2013](#), dá maior ênfase à dimensão e característica da iniciação à docência, entre as quais, no Art. 6º.:

I – estudo do contexto educacional envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliers, secretarias;

II – desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o processo de ensino-aprendizagem;

III – planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (escolas de educação básica e IES a eles agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do aluno em formação;

IV – participação nas atividades de planejamento do projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas;

V – análise do processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos ligados ao subprojeto e também das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI – leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais para o estudo de casos didático-pedagógicos;

VII – cotejamento da análise de casos didático-pedagógicos com a prática e a experiência dos professores das escolas de educação básica, em articulação com seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII – desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas e instrumentos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos didáticos;

IX – elaboração de ações no espaço escolar a partir do diálogo e da articulação dos membros do programa, e destes com a comunidade.

X – sistematização e registro das atividades em portfólio ou instrumento equivalente de acompanhamento;

XI – desenvolvimento de ações que estimulem a inovação, a ética profissional, a criatividade, a inventividade e a interação dos pares.

O objetivo de a Capes apresentar sua compreensão sobre as dimensões da iniciação à docência é contribuir para que as instituições executoras do programa possam ordenar suas ações de modo a manter a equidade e a excelência nas ações nas diferentes IES e, ainda, respeitando a autonomia dos projetos propostos. Por esse motivo, a consulta pública foi realizada para que o debate sobre esse e outros aspectos da nova portaria ocorra nacionalmente e com a maior participação possível dos membros do programa. Esse documento destaca, também, a importância de os projetos do Pibid, incluir aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos centrais da formação dos professores, bem como questões socioambientais, éticas e a diversidade como princípios de equidade social, que devem perpassar transversalmente todos os subprojetos.

A Portaria 96, de 18 de julho de 2013, reforça o trabalho já desenvolvido pela Capes em prol da valorização da formação de professores, do estreitamento das relações entre as IES e as redes de ensino, da institucionalização do Pibid e da manutenção de princípios pedagógicos claros que possam nortear as ações dos projetos que estão sendo executados pelas instituições parceiras.

Importante destacar que esta normativa também direciona questões operacionais do programa, do ponto de vista de uma reorganização interna de modo a aperfeiçoar a gestão do programa em torno de um único regulamento para os projetos que terão vigência a partir de 2014. Assim, a Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, orientou as instituições a encerrarem a vigência de todos os projetos dos editais 2009, 2010, 2011 e 2012. A partir daí todas as IES submeteram suas propostas ao novo certame, em 2013, cujo regimento – construído coletivamente –, direcionará a sistemática de gestão interna e externa dos projetos aprovados.



Figura 11. : Página eletrônica do Pibid no site da Capes

2.6.4.3. Visitas técnicas e participação em eventos do Pibid

Ao longo de 2013 foram realizadas várias visitas às IES que desenvolvem o Pibid. O objetivo dessas visitas foi, além de fazer o acompanhamento das atividades, socializar a abrangência das ações desenvolvidas na Capes e que têm como foco a melhoria da formação docente e a valorização do magistério.

2.6.4.4. Eventos do Pibid na Capes

Uma das estratégias de acompanhamento do programa é a de promover Encontros Nacionais, com os objetivos de proporcionar a troca de experiências e boas práticas entre as instituições de educação superior participantes, avaliar os resultados alcançados e discutir propostas de melhoria na gestão do programa.

Foram realizados os seguintes eventos:

- Em 2009, foi realizado o I Encontro Nacional do PIBID, nos dias 28 e 29 de outubro.
- O II Encontro Nacional de Coordenadores Institucionais do Pibid, realizado nos dias 27 a 29 de setembro de 2011. O evento integrou as comemorações dos 60 anos da Capes e reuniu cerca de 200 participantes das 146 instituições participantes no programa.
- Em 2013, foi realizado o III Encontro de Coordenadores do Pibid, com a participação de cerca de 250 professores que gerenciam o programa nas IES. O tema do encontro foi: "Pibid: Investindo na ética, na excelência e na equidade da Formação de Professores do País"

O objetivo do evento foi a troca de experiências entre as instituições participantes do Pibid e a promoção de diálogo entre estas e a Capes, com vistas à institucionalização do programa como política pública prioritária de formação de professores. Foram tratados temas como o modelo do programa e o alinhamento das ações entre as IES.

No evento foi ressaltada a importância de o Pibid não perder o foco pedagógico da formação. Nesse sentido, a minuta da nova portaria que regulamenta o programa foi discutida com os coordenadores institucionais que colaboraram na construção do documento que foi publicado no ano de 2013.



Figura 12: Composição da mesa de abertura do III Encontro do Pibid, maio 2013

Dos diversos aspectos debatidos no evento destaca-se a criação do Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Pibid – ForPibid. A proposta deste fórum é congrega os coordenadores do programa em torno de questões de interesse institucional, de modo a auxiliar na consolidação do programa, na proposição de estratégias de melhoria da política pública e em sua institucionalização nas IES de todo o país. O evento possibilitou um espaço de trocas e diálogos entre os coordenadores institucionais do Pibid e deu início ao fórum que foi organizado pelos representantes regionais no III Encontro Nacional do Pibid, promovido pela UFTM em Uberaba, no mês de dezembro de 2013.

2.7. O Pibid na Web.

Há muitos sites, blogs, comunidades do Pibid na Web, mostrando uma geração de professores que está mais familiarizada com a produção e o uso de tecnologias contemporâneas. O número de 992.000 resultados no buscador Google mostra o dinamismo das instituições participantes. Importa lembrar que esse número não inclui as novas IES que foram selecionadas pelos editais 2013.



Figura 13. Pibid: 992.000 resultados no Google, em 20/02/2014

2.8. Perspectivas para o Pibid em 2014

As perspectivas do Pibid para o ano de 2014 incluem desde a organização interna dos processos até sua preparação para a expansão. Desse modo, internamente, o programa passará por uma reorganização na gestão, de modo que a Capes possa avançar na análise dos relatórios de cumprimento de objeto e na socialização dos resultados do programa. Para tanto, a equipe tem preparado diferentes manuais internos de gestão, cuja finalidade é aperfeiçoar a operacionalidade dos processos, a agilidade nas respostas e o trabalho dos analistas e assistentes.

A equipe promove reuniões periódicas para discutir o melhoramento dos procedimentos internos, a eficiência dos mecanismos de gestão, o acompanhamento e a avaliação dos processos. Os manuais já produzidos em 2013 serão revisados em 2014 e visam socializar e instruir os servidores quanto à rotina do programa, ao atendimento das instituições e os prazos para repasses de recursos e pagamento de bolsas. Esta etapa é fundamental para a orientação contínua e sistemática que a equipe tem dado aos coordenadores do programa.

No ano de 2014, também, será publicado novo edital, cujo foco é atender a demanda das IES quanto ao crescimento do programa em 2015 para alcançar a meta de 100.000 concessões de bolsas. Igualmente, em 2014, pretende-se traçar estratégias de acompanhamento e avaliação em loco, por meio da construção de indicadores de avaliação dos projetos em vigência. Um importante marco para a construção desses indicadores foi a avaliação realizada pelos consultores externos que apontaram diferentes caminhos para o debate sobre uma avaliação contínua do programa.

Importante destacar que em 2014 pretende-se acompanhar a experiência pioneira do Pibid nas instituições privadas que possuem estudantes do Programa Universidade para Todos. O

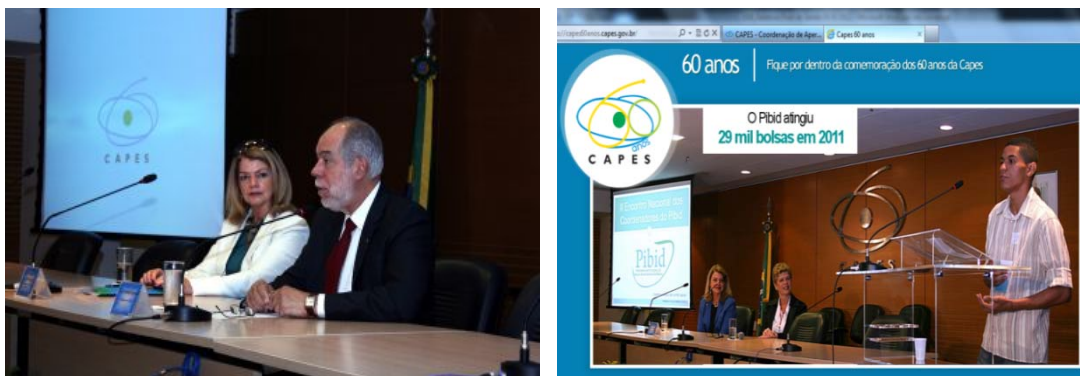
objetivo é que a partir desse acompanhamento o programa possa beneficiar novos estudantes das licenciaturas – ProUni.

Planeja-se, para o Pibid, que o ano de 2014 seja marcado pela participação democrática na gestão do programa, no processo de avaliação, no melhoramento operacional, na organização interna dos processos, na avaliação qualitativa e no acompanhamento dos projetos vigentes. Prevê-se, ainda, a análise do cumprimento de objeto dos processos encerrados em 2013, alinhando-os às regras do novo Edital.

2.9. Alguns registros e fotos do programa



Figuras 14. Turmas de Pibid da FURG e da PUC/RS



Figuras 15. Encontros Nacionais do Pibid na Capes, 2011 e 2013



Figuras 16. Bolsistas em ação no DF e no PIBID



3. Apoio ou parceria em Programas de outras diretorias e órgãos

Há um conjunto de programas em que a DEB atua não como gestora nem protagonista, mas como apoiadora ou parceira de outras diretorias da Capes ou outros órgão do MEC, sempre que demandado. Na sequência, apresentam-se algumas dessas parcerias.

3.1. Programa de Apoio a Eventos no País – Paep

O Programa de Apoio a Eventos no País – Paep está sob responsabilidade da Diretoria de Bolsas no País – DPB e visa impulsionar a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, por meio da concessão de auxílio financeiro às comissões organizadoras.

Na origem, o programa era voltado apenas a eventos de pós-graduação. A partir de 2010, o edital passou a contemplar também instituições que trabalham com formação de docentes da educação básica.

Importa ressaltar a sinergia do Paep com outros programas da DEB, em especial, Pibid e Observatório da Educação. O crescimento do Pibid, por exemplo, tem gerado seminários de âmbito estadual, regional e nacional ou grandes eventos que unem áreas de conhecimento, com o apoio do Paep.

Já no primeiro ano de acolhimento de propostas de educação básica, a demanda por eventos relacionados à educação básica surpreendeu. Em 2010 foram homologadas 76 propostas com estimativa de público de 143.488 pessoas; em 2011, foram acolhidos 122 pedidos, com alcance potencial de 162.620 pessoas; em 2012, 133 eventos foram recomendados e em 2013, 224.

3.2. Britannica on line

Em colaboração com a Coordenação-Geral do Portal de Periódicos, a DEB articulou o projeto *Britannica on line*, um portal para crianças de seis a onze anos, que cursam o ensino fundamental. Essa proposta sinaliza uma abertura do Portal de Periódicos a professores da educação básica.

Em 2013, a DEB continuou atuando em parceria com o Portal de Periódicos, buscando o aperfeiçoamento contínuo do projeto e motivação para o uso do [Portal](http://escola.britannica.com.br/). (<http://escola.britannica.com.br/>)

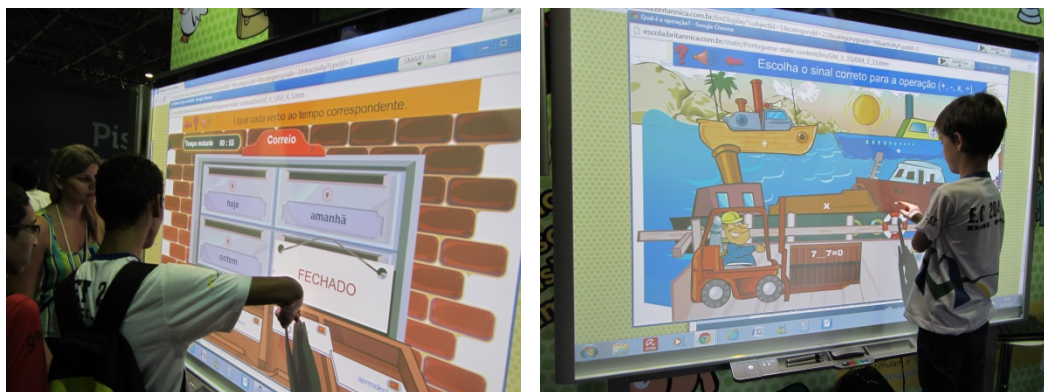


Figura 17. Portal Britannica on Line, no stand da Capes, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, 2013

3.3. Revista Brasileira de Pós-Graduação

Em 11 de julho de 2012, data do aniversário da Capes, foram lançados três volumes da Revista Brasileira de Pós-Graduação que tratam da relação pós-graduação/educação básica.

Os textos mostram como os programas coordenados pela DEB, mesmo em um espaço de tempo curto, estão realmente promovendo a aproximação entre pós-graduação e educação básica, além de gerarem produção de conhecimento e disseminação de boas práticas. As obras sinalizam, também, o potencial de impacto e de aceitação da nova missão da Capes: a formação de professores da educação básica.

- **RBPG 16**

Trata da articulação entre a pós-graduação e a educação básica e abre espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes, como também para a discussão dos desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização do docente; e promove a inserção da temática em círculos nacionais especializados.

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 1**

O Suplemento 1 aborda o tema "Políticas Públicas e Diversidade Cultural", engloba 11 artigos apresentados em duas seções: "Políticas, Sociedade e Educação" e "Diversidade Cultural: Educação Indígena".

- **RBPG – Educação Básica – Suplemento 2**

O Suplemento 2 da RBPG destaca o tema "Ensino de Ciências e Matemática e a Iniciação à Docência", e apresenta 11 artigos organizados em duas seções: "Ensino de Ciência e da Matemática: formação e práticas" e "PIBID: experiências e reflexões".

Volumes encontrados em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/>

3.4. Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) é gerenciado pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A DEB atuou em algumas reuniões no Brasil e em Portugal e na contratação de uma avaliação externa do programa, atuando como parceira sempre que demandada.

Os dados do PLI são encontrados na DRI.

3.5. Estratégias de Comunicação

Desde 2009, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social – ACS, da Capes, a DEB buscou ampliar sua estratégia de comunicação com seus parceiros. Assim, complementou o tradicional envio de documentos impressos com a comunicação *on line* direcionada a reitorias, pró-reitorias, dirigentes municipais e estaduais, com foco especial na Undime e Consed, e a potenciais parceiros e formadores de opinião. Em decorrência dessa ampliação, cresceu a submissão de propostas aos editais, como mostram os dados em cada programa.

Em 2012 e 2011, novas marcas e banners foram criados, para sinalizar uma revitalização dos programas e promover sua divulgação em eventos científicos e educacionais.

A parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed e com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime tem levado a DEB a participar dos eventos desses dois indispensáveis parceiros nos programas de formação e valorização de professores da educação básica.

3.6. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Desde 2010, por iniciativa da DEB, a CAPES conquistou um espaço na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI.

Em 2013, a DEB esteve presente ao longo de todo o evento. O stand da Capes destacou-se graças ao apoio do Prof. Dr. Eloi Teixeira César, diretor do Centro de Ciências da UFJF, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e coordenador do programa Novos Talentos. Os equipamentos financiados pelo programa, com as orientações da equipe do prof. Eloi e de servidores da Capes foram um incentivo às crianças e jovens que circularam nos pavilhões da feira.



Figura 18. Fotos do stand da Capes na SNCT 2013

3.7. Parceria DEB - FNDE

Em 2011, a DEB procurou a Secretaria Executiva do MEC e o FNDE, solicitando que os mesmos equipamentos que fossem distribuídos nas escolas de educação básica da rede pública fossem também enviados aos cursos de formação de professores.

A estratégia visa assegurar que os professores, em especial os participantes do Parfor e do Pibid, saibam, desde seu processo de formação, operar e utilizar pedagogicamente esses recursos didáticos que contribuem para tornar mais lúdico, contemporâneo e efetivo o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, evita-se cobrar do professor o uso de recursos e metodologias que não estiveram presentes em sua formação e garante-se que os investimentos do MEC nas escolas públicas sejam aproveitados pelos alunos e professores.

Sensível à questão, a Secretaria Executiva autorizou e o FNDE repassou, em 2012, para as instituições públicas participantes do Parfor e do Pibid dois computadores interativos do Proinfo por IES.

Em 2013, coleções do Catálogo Raisonée, de Cândido Portinari também foram enviadas, incluindo os Lifes. A parceria precisa ser estendida ao programa de tablets, ao Programa Nacional de Biblioteca Escolar e Programa Nacional do Livro Didático, buscando sinergia entre a formação e a prática do professor da escola pública.

4. Acompanhamento e Avaliação dos Programas

Além das tradicionais atividades de análise de relatórios parciais e de cumprimento de objeto, a DEB adota como forma de acompanhamento dos programas que fomenta visitas *in loco*, atendimento por email e telefonemas, orientações por webconferência, participação em eventos locais, estaduais, regionais e a realização de seminários nacionais. Ademais, a DEB colocou-se a atribuição de buscar apoio para o desenvolvimento de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das ações que executa com o propósito de:

- acompanhar e avaliar quantitativa e qualitativamente os programas;
- conhecer e dar visibilidade às produções de cada instituição;
- oferecer um espaço de compartilhamento de experiências, materiais educacionais e boas práticas;
- permitir às instituições autoavaliação e benchmarking;
- integrar programas e ações;
- ampliar o diálogo interinstitucional;
- aperfeiçoar os indicadores educacionais dos programas.

Em 2010-2011, a DEB já havia feito uma pré-proposta no Moodle. Todavia o crescimento dos programas e do número de usuários potenciais levou os especialistas em TI a desaconselharem o uso do Moodle, dadas suas limitações. A imagem a seguir ilustra a página inicial do ambiente.



Figura 19. Imagem do ambiente Comunidades no Moodle.

Em 2012, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI sugeriu a migração para a plataforma Google, de modo a facilitar o acesso de todos os parceiros. A navegabilidade e o uso da nuvem na Internet levaram a essa sugestão e iniciou-se o processo de migração do Moodle para o Google.

No entanto o trabalho ainda não pode ser completado. O desafio atual é receber o apoio da DTI para possibilitar o uso do portal Comunidades pelos servidores e gerentes da DEB e

pelos coordenadores, bolsistas e demais participantes diretos e indiretos dos programas, concretizando, assim, os objetivos que levaram à sua construção.

Com a consolidação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação de seus programas, a DEB poderá integrar suas ações, ampliando seu alcance, gerando sinergia e promovendo impactos educacionais positivos na educação brasileira.

A logomarca que identifica o Portal Comunidades, sugere o mapa do Brasil com um conjunto de objetos que representam os diversos programas da Capes, gerando um movimento dinâmico de renovação da formação de professores da educação básica.



Figura 20. Logomarca do Portal Comunidades, no Google



Figura 21. Portal Comunidades: página inicial

é o segundo maior programa de bolsas da Capes. Com a implementação das 90.254 bolsas em 2014, passará a ser o maior.

A Capes mantém intenso diálogo com as IES, em especial com as pós-graduações, com as Fundações de Amparo à Pesquisa e as associações científicas e de pesquisa. A DEB ampliou esse diálogo incluindo pró-reitorias de graduação e extensão, Fóruns Estaduais de Formação Docente, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação – Consed, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, entidades e associações ligadas ao magistério e instituições formadoras de opinião.

- Avaliação de processo:

Além das atividades relatadas no primeiro parágrafo deste capítulo, o acompanhamento contínuo dos programas e dos projetos e a avaliação das frequências de ocorrências levam a DEB a propor um conjunto de ações que resolvem situações, previnem problemas, evitam a vulnerabilidade e mitigam riscos. Nesse contexto, a DEB liderou a redação da Lei nº 12.695/2012 e elaborou, em conjunto com a DED, a proposta de normatização das bolsas de educação básica da Capes.

A diretoria trabalha constantemente na intensificação da comunicação com os beneficiários de seus programas e projetos visando melhorar os controles dos recursos repassados e a repassar. Uma ferramenta que tem permitido a aproximação DEB/beneficiários é o uso do Google Drive cujos formulários têm mostrado excelentes resultados. Por meio dessa ferramenta, são enviados aos beneficiários da DEB questionários nos quais são pesquisadas questões referentes ao desenvolvimento dos programas, aos recursos disponíveis – utilização/ percentual de execução, necessidades futuras etc. Essa estratégia de controle tem permitido acompanhar resultados, estabelecer um melhor fluxo de caixa dos recursos, evitar a devolução de recursos não aplicados pelos beneficiários ao final do ano fiscal e monitorar aqueles que estão com dificuldades de implementar os programas e projetos, e, nesse caso, intervir de forma preventiva.

- Avaliações externas.

Outro mecanismo que tem mostrado bons resultados são as avaliações externas dos programas implementados pela DEB. Uma amostra de turmas do Parfor teve seus projetos pedagógicos avaliados por meio de consultores da UNESCO no ano de 2012.

Em 2013, foi realizada uma avaliação quanti e qualitativa do Pibid, por consultores da Fundação Carlos Chagas, especialistas em formação de professores. A base do trabalho foram aproximadamente 20.000 formulários de respostas enviados, por meio do Google Drive, pelos beneficiários do programa (coordenadores, supervisores e bolsistas de iniciação à docência). Além de avaliarem os resultados alcançados pelo programa, os consultores propuseram indicadores que permitirão um melhor acompanhamento técnico-pedagógico.

Destaque-se que o maior risco ao trabalho da Capes é a ausência de bons planos de carreira do magistério e as condições de trabalho em muitas escolas da rede pública. De um modo geral, os planos existentes não contemplam adequadamente o reconhecimento da formação docente e não atraem jovens para a carreira do magistério. Os programas fomentados pela Capes visam modificar as representações sociais a respeito do papel do professor da educação básica. A aproximação e o diálogo da Capes com o Consed e a Undime e com a Secretaria de Articulação dos Sistemas Educacionais, do MEC, revelam-se estratégicos para apoiar a construção de planos de carreira que valorizem o docente e sua formação.

5. Novos Programas em análise na DEB

Os programas a seguir listados estão em discussão na DEB. Alguns já poderiam estar em andamento, caso os recursos financeiros acompanhassem o crescimento da diretoria.

- **Programa Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil:** Edital de fomento à formação de professores para a educação infantil, considerando a necessidade e as normas em vigor para a expansão da oferta.
- **Programa de Bolsa de Iniciação Júnior:** Edital de chamada a alunos do Ensino Médio para se incorporarem ao Pibid, aos Novos Talentos, às ações de formação das Olimpíadas de Matemática e Química e a outros programas, com o objetivo de atraí-los para a docência e a ciência, a partir de ações de monitoria orientada pelos participantes dos programas citados.
- **Programa Residência Docente:** Expansão do projeto-piloto do Colégio Pedro II a Colégios de Aplicação e outras instituições de referência na Educação Básica. Essa ação insere-se na tendência atual de acompanhar e orientar o professor nos anos iniciais da carreira, etapa em que acontece alto percentual de abandono. A exemplo da residência médica, o programa é indutor da permanência na carreira e de formação continuada do professor, a partir de ações concretas e transformadoras do processo de ensino e aprendizagem.
- **Programa Escolas Afilhadas** – Consiste na adoção de escolas da rede pública de educação básica por programas de Pós-Graduação, especialmente em áreas de Física, Química, Matemática e em outras onde há falta de professores. Reconhecimento do trabalho dos programas de pós na Avaliação Trienal.
- **Programa de Complementação Pedagógica, *on line*,** em rede nacional, para bacharéis e profissionais já formados (engenheiros, químicos, médicos, economistas...) que queriam dar aulas em escolas públicas de ensino médio. O curso combinaria a formação *on line* com a prática nas escolas, concomitantemente. A formação deve trazer temas inovadores, como a contribuição da neurociência para a compreensão dos adolescentes e dos jovens, uso qualificado das TICs na educação e outros. A elaboração dos módulos seria feita por nomes nacionalmente reconhecidos.
- **Programa de Fomento a Projetos Escolares** – Edital para seleção de propostas de escolas públicas de educação básica, organizadas individualmente ou em rede, para apoio à realização de projetos que se configurem como um conjunto de ações intencionalmente planejadas, com caráter pedagógico, científico ou cultural, visando alcançar objetivos educacionais para o coletivo da escola.

Essas e outras propostas serão debatidas e construídas com o CTC – EB e dependem de recursos adicionais e novos servidores.

6. Orçamento e Execução - Período de 2009 a 2013

O orçamento da DEB vem crescendo a cada ano, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 30. Evolução da Execução Orçamentária da DEB

Ano	Execução DEB (R\$)	Dif(t=1,t)	Crescimento (t,t+1)
2009	44.811.805,39		
2010	178.967.895,29	134.156.089,90	299,38%
2011	283.190.183,90	104.222.288,61	58,24%
2012	439.807.162,10	156.616.978,20	55,30%
2013	500.798.764,92	60.991.602,81	13,87%

Em 2013, em função do contingenciamento orçamentário e recolhimento de recursos com PI detalhado, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento da DEB. Em face dessa situação, muitos programas não puderam ser implementados em sua plenitude e alguns não chegaram a ser iniciados.

Nos principais programas da DEB foram investidos:

Tabela 31. Recursos investidos na DEB - Período 2009-2013

DEB*	2009	2010	2011	2012	2013	Totais
Parfor	12.394.341,09	70.914.408,33	110.987.220,82	162.895.436,02	171.919.765,09	529.111.171,35
Pibid	20.041.950,00	80.398.941,22	138.597.928,92	219.084.614,74	287.900.596,63	746.024.031,51
Obeduc	8.195.310,63	5.851.075,25	18.863.568,37	16.676.004,54	22.687.483,34	72.273.442,13
Prodocência	4.180.203,67	6.729.426,08	2.431.199,85	2.470.474,44	36.200,00	15.847.504,04
Novos Talentos	-	7.788.894,45	2.798.072,00	4.330.579,63	3.265.992,04	18.183.538,12
Projetos Especiais	-	6.329.639,03	9.512.193,94	15.664.809,77	14.133.778,29	45.640.421,03
Life	-	-	-	14.314.025,20	0,00	14.314.025,20
Outras despesas (AAE, diárias, passagens etc)	-	955.510,93	-	4.371.217,76	854.949,53	6.181.678,22
Totais	44.811.805,39	178.967.895,29	283.190.183,90	439.807.162,10	500.798.764,92	1.447.575.811,60

* Os totais não incluem os valores inscritos em restos a pagar não processados.

• Breve histórico das Ações Orçamentárias

Na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o período de 2009 a 2011, o Programa que ancorou o trabalho da DEB foi o 1448- Qualidade na Escola. Nele, estavam incluídas a Ação 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid; a Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica e a Ação 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica, todas sob responsabilidade da CAPES/DEB.

Em 2009, a Ação 6333 foi executada pelo FNDE, mas a partir de 2010, a CAPES tornou-se a unidade gestora dessa ação utilizada na execução dos recursos de custeio do Parfor. A Ação 20CY – Cooperação Internacional para a Educação Básica - cabe à DRI.

No Programa 1061, Brasil Escolarizado, Ação 0A30, foram pagas as bolsas do Parfor.

No Programa 1449, Estatísticas e Avaliações Educacionais, a Ação 4000 foi utilizada pelo INEP para repassar os recursos de custeio do Observatório da Educação – OBEDUC em editais que são fruto da parceria CAPES/INEP.

No Programa 1375, Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, por meio da Ação 4019, que está sob responsabilidade da DPB, custearam-se Editais do Programa Projetos Especiais - **Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Olimpíadas Científicas** – e recursos de capital para o Observatório da Educação.

Tabela 32. DEB: Programas e Ações do Orçamento, 2009-2011

Programa 1448 – Qualidade na Escola
• 009U – Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid
• 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
• 6333 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica
• 20CY – Concessão de Bolsas de Cooperação Internacional para o aprimoramento dos profissionais da Educação Básica
Programa 1061 - Brasil Escolarizado
• 0A30 - Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais
• 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais
Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
• 4019 – Fomento à Pós-Graduação

O PPA 2012 – 2015 trouxe alterações significativas em relação à estrutura adotada pelos planos plurianuais anteriores. Na nova lógica proposta, o Plano Plurianual não deveria espelhar o orçamento, mas sim ser um instrumento de formulação, gestão e implementação das políticas públicas. Para a operacionalização do plano, diversas Ações orçamentárias de órgãos federais foram fundidas e agrupadas em Programas temáticos que reuniram políticas públicas afins. Isso levou a uma redução significativa no número de Ações.

No âmbito da Capes, as ações voltadas à educação básica e que operacionalizam o trabalho da DEB e da DED, foram ancoradas pelo **Programa 2030- Educação Básica**, por meio das Ações **20RO** – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica – e **20RJ** – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Na sequência, são apresentadas informações orçamentárias referentes ao período de 2008 a 2013.

a) Ano de 2008

Como já informado, na gestão 2007-2008, não foram feitos investimentos, conforme indica extração do SIAFI, atualizado em: 31/12/2008 às 17:31:18 h, a seguir.

Tabela 33. Investimentos DEB em 2008

PT Projeto/Atividade	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (LEI)	Créditos Suplementares	Créditos Reduzidos	Dotação Autorizada	Empenhado	Destques Concedidos	Empenho Liquidado	Empenho a Liquidar	Crédito Disponível
009U - CONCESSAO DE BOLSA DE INICIACAO A DOCENCIA - PIBID		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00
		39.000.000,00	0	-38.400.000,00	600.000,00	0	0	0	0	600.000,00

b) Ano de 2009

No ano de 2009, a redação do orçamento não atendia adequadamente ao trabalho da diretoria. Somente o Pibid possuía recursos alocados na Capes; Prodocência e Observatório da Educação recebiam recursos descentralizados da SESu e INEP, respectivamente. Para viabilizar a operacionalização dos Programas Prodocência, Novos Talentos, Observatório da Educação e os Projetos Especiais, em 2010, depois de inúmeros esforços junto à Subsecretaria de Planejamento e Gestão do MEC, foi incluída a ação 20CV que permitiu à DEB assumir, com recursos próprios, os referidos programas. A medida deu mais visibilidade aos recursos aplicados.

Em 2009, a DEB investiu os recursos a seguir indicados, por programa.

Tabela 34. Investimentos DEB em 2009.

DEB – Execução 2009	R\$
Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor	12.394.341,09
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid Edital 2007	20.041.950,00
Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência*	4.180.203,67
Programa Observatório da Educação - Edital 2006**	1.269.501,05
Programa Observatório da Educação - Edital 2008**	4.230.122,38
Programa Observatório da Educação Escolar Indígena	2.695.687,20
Total executado em 2009	44.811.805,39

* Inclui repasse da SESu/MEC, parceira do programa.

** Inclui repasse do INEP, parceiro do programa.

c) Ano de 2010

Em 2010, a DEB executou programas com recursos das Ações 009U e 20CV e das Ações da CAPES 0A30 e 6333. Contou, também, com recursos descentralizados do INEP e da SECAD para o Observatório da Educação e Observatório da Educação Escolar Indígena. O FNDE foi parceiro no pagamento das bolsas e custeio do Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, referentes ao ano de 2010.

Tabela 35. Investimentos DEB em 2010

Programa	Ação	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	% Execução
1448	009U	111.462.000,00	80.398.941,22	72,13%
1448	20CV	49.860.000,00	32.788.477,97	65,76%

1448	6333	15.554.200,00	7.780.476,10	50,02%
1061	0A30	58.000.000,00	58.000.000,00	100,00%
	Total	234.876.200,00	178.967.895,29	66,73%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

* Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos editais: Novos Talentos, Prodência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Observações sobre o pagamento do capital do Observatório da Educação:

1) O capital do Observatório da Educação foi pago na ação 4019, pois não houve liberação de cota financeira na 20CV no final do ano de 2010;

2) Capital do Observatório da Educação pago na 4019 - Despesa Empenhada - R\$ 628.432,25, Despesa Liquidada - R\$ 560.832,25, Valor Pago - R\$ 491.125,25, Empenho a liquidar - R\$ 67.600,00;

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados nos programas da DEB, em 2010.

Tabela 36. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2010.

Ação	Programa DEB	Despesas Empenhadas
20CV	Projetos Especiais - Bolsas	58.100,00
20CV	Projetos Especiais - AUXPE	843.721,00
20CV	Projetos Especiais - Fomento	5.427.818,03
	Projetos Especiais - Total	6.329.639,03
20CV	Prodência - AUXPE	4.715.687,55
20CV	Prodência - Fomento	517.287,44
20CV	Prodência - Convênios (Capital)	1.496.451,09
	Prodência - Total	6.729.426,08
009U	Pibid - Bolsa	68.693.201,04
009U	Pibid - AUXPE	6.224.825,68
009U	Pibid - Fomento	2.118.649,50
009U	Pibid - Convênios	3.362.265,00
	Pibid - Total	80.398.941,22
20CV	Observatório da Educação - AUXPE	1.815.754,69
20CV	Observatório da Educação Indígena - AUXPE	3.406.888,31
20CV	Observatório da Educação - AUXPE (Capital)	628.432,25
	Observatório da Educação - Total	5.851.075,25
20CV	Novos Talentos - AUXPE	7.788.894,45
	Novos Talentos - Total	7.788.894,45
20CV	Despesas diversas (AAE e outros)	955.510,93
	Despesas Diversas - Total	955.510,93
20CV	Parfor - Convênios (Capital)	5.133.932,23
0A30	Parfor Bolsas	58.000.000,00
6333	Parfor - Fomento	987.094,36
6333	Parfor - Convênios	6.793.381,74
	Parfor - Total	70.914.408,33
	Total geral	178.967.895,29

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2010, Extração: 10/01/2011.

- **Sobre a execução em 2010**

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U - R\$ 111.462.000,00 -, foram empenhados R\$80.398.941,22, o que representou 72,13%.

Os valores não executados nessa Ação referem-se a bolsas e custeio de instituições de educação superior - IES que atrasaram o início dos trabalhos, seja devido ao período eleitoral, seja por questões de articulação com as secretarias de educação e com as escolas que recebem os bolsistas do Pibid. Entre as 33 instituições comunitárias que foram aprovadas pela Comissão que avaliou os projetos, seis tiveram pendências com a União e não puderam firmar convênio. É importante ressaltar que a CAPES somente repassa os recursos quando todos os documentos obrigatórios estão devidamente assinados e entregues. Com todos esses fatores, os recursos de AUXPEs, convênios e bolsas não começam a ser pagos de forma simultânea. Esses lapsos de tempo, que fogem à governabilidade da CAPES, geram uma perda de execução orçamentária.

Há que se considerar que o Pibid é um programa novo (o Edital de 2007 começou efetivamente a ser pago em 2009) e já representa o segundo maior volume de recursos para bolsas da CAPES. Ressalte-se, ainda, que na graduação muitos professores não tinham experiência de trabalho com a CAPES, tendo sido o Pibid seu primeiro projeto institucional fora do âmbito da docência. Esta Diretoria considera que a experiência adquirida nesses dois anos pelas 124 IES participantes e o trabalho de padronização de procedimentos técnico-administrativos deve contribuir para elevar a tempestividade da execução orçamentária em 2011.

A Ação 20CV começou a ser utilizada em 2010 e sua finalidade é "*Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica*". Nessa Ação incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB.

A dotação autorizada foi de R\$49.860.000,00. Por solicitação da DEB, uma parte do recurso de custeio foi remanejada para capital (R\$ 10.160.000,00). Somente em outubro foi confirmado esse remanejamento. Segundo dados extraídos do SIAFI, em 10 de janeiro de 2011, foram empenhados R\$ 32.788.477,97, um percentual de 65,76%. Como os editais do Prodocência, Observatório da Educação e Novos Talentos só puderam ser publicados em meados do ano e os resultados foram divulgados em outubro, houve uma retenção dos recursos, com início dos pagamentos acontecendo no final do ano. Em alguns casos, as instituições atrasaram o envio da documentação e não chegou a ser firmado o convênio em 2010 (por exemplo, as 14 instituições estaduais e 3 municipais do Prodocência). Esses fatos geraram impacto na execução orçamentária.

Considerando-se que a 20CV é uma Ação orçamentária nova; que os programas estão em consolidação e expansão; que já existe o desdobramento de recursos de custeio e capital, a equipe gestora da DEB julga que o percentual de 65,76% alcançado em 2010 será fortemente ampliado em 2011. Fundamentam esse julgamento os resultados qualitativos que os programas fomentados por essa Ação estão alcançando no contexto educacional e os processos de padronização de procedimentos técnico-administrativos em andamento na DEB.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2010 foi de R\$ 5.133.932,23 - foi pago na Ação 20 CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada foi de R\$ 15.554.200,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 7.780.476,10, representando uma execução de 50,02%.

Em relação à baixa execução verificada na ação 6333, relativa à execução do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), cabe destacar:

- Os cursos de licenciatura do Parfor são destinados aos professores em exercício das redes públicas da educação básica sem formação inicial adequada à LDB/1996. A projeção de ofertas de vagas em cursos especiais presenciais, para previsão de fomento dos cursos pela CAPES/MEC, foi superestimada por várias Instituições de Ensino Superior (IES) formadoras. Os planos estratégicos da formação inicial, tomados como base pelas IES e elaborados pelos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente, apresentam imprecisões e omissões nas demandas, pela ausência de dados confiáveis nos sistemas de ensino, estaduais e municipais, ou por terem como informação principal os dados do Educacenso/INEP, também imprecisos.
- A pré-inscrição dos candidatos aos cursos de formação inicial é feita por meio da Plataforma Freire, sistema informatizado criado pelo MEC para a gestão dos cursos do Parfor. As pré-inscrições dos professores devem ser validadas pela Secretaria de Educação do respectivo sistema de ensino, para envio posterior das inscrições às IES, realização dos processos seletivos e eventual matrícula. A conjugação desses fatores - pré-inscrição, validação e seleção - gera divergências entre as metas físicas - estimada e executada.

A DEB trabalha para superar os problemas apresentados, com um diagnóstico extenso das várias atividades do Parfor. Entre as medidas tomadas e previstas estão a preparação e emissão de documentos normativos, a promoção de reuniões de orientação na CAPES e nos estados, visando melhorar a articulação com os Fóruns Estaduais, IES participantes e Secretarias de Educação.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 58.000.000,00 e as despesas empenhadas foram no valor de R\$ 58.000.000,00, representando uma execução de 100,00%.

d) Ano de 2011

Em 2011, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 009U, 20CV e 6333. Também foram utilizadas outras Ações da CAPES - 0A30 e 4019 – no fomento de suas atividades. Contou, também, com recursos descentralizados pelo INEP por meio da Ação 4000 para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2011.

Tabela 37. Investimentos da DEB em 2011

PROGRAMA	AÇÃO	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos	% Execução
1448	009U	145.061.654,60	144.972.858,28	99,94%
1061	0A30	80.000.000,00	77.617.300,00	97,02%
1448	20CV	27.653.663,40	26.733.477,65	96,67%
1448	6333	27.500.000,00	25.366.575,38	92,24%
1375	4019	4.000.000,00	4.000.000,00	100,00%
1449	4000	4.500.000,00	4.499.972,59	100,00%
Total		288.715.318,00	283.190.183,90	98,09%

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

A dotação inicial da ação 009U foi de R\$ 178.531.624,00. Desse total foram contingenciados, ainda no início de 2011, R\$ 10.000.000,00, restando uma dotação de R\$ R\$ 168.531.624,00. Em agosto/2011 foi solicitado um remanejamento de recursos entre as ações da DEB – a ação 009U cedeu R\$ 23.469.969,40, sendo que a ação 20CV receberia R\$ 11.369.969,40 e a 6333 receberia R\$ 12.100.000,00. Síntese abaixo:

Tabela 38. Síntese dos Remanejamentos Orçamentários nas Ações da DEB

Ação	Dotação Atualizada (R\$)	Total do Repasse da Ação Doadora (R\$)	Decreto (10% do Total da Ação Receptora) (R\$)	Projeto de Lei (R\$)	Dotação Pós-Remanejamento (R\$)	Dotação Remanejada com Cota Orçamentária para Execução (R\$)
009U	168.531.624,00	23.469.969,40			145.061.654,60	145.061.654,60
20CV	25.139.694,00		2.513.969,40	8.856.000,00	36.509.663,40	27.653.663,40
6333	25.000.000,00		2.500.000,00	9.600.000,00	37.100.000,00	27.500.000,00

O remanejamento solicitado por decreto foi liberado dentro do exercício de 2011 e executado nas ações 20CV e 6333. No entanto, o restante do remanejamento de recursos que ocorreria por meio de Projeto de Lei só ocorreu em 27/12/2012 e não foi disponibilizada cota orçamentária para que as ações receptoras do recurso, ações 20CV e 6333, pudessem executá-los. Dessa forma, consideraremos como dotação prevista na ação 009U o valor de R\$ 145.061.654,60, na ação 20CV o valor de R\$ 27.653.633,40 e na ação 6333 o valor de R\$ 27.500.000,00.

Na Ação 20CV – Custeio, foram empenhados recursos dos últimos editais realizados: Novos Talentos, Prodência e Observatório da Educação, além dos Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

A ação 4000 não está sob responsabilidade da DEB. Por meio desta ação, o INEP repassou à CAPES recursos de custeio no valor de R\$ 4.500.000,00 que foram utilizados para o pagamento de despesas de projetos do Programa Observatório da Educação, edições 2008 e 2010, que são fruto da parceria CAPES/INEP.

Os recursos executados no valor de R\$ 4.000.000,00 na Ação 4019 foram aplicados no financiamento dos projetos selecionados por meio dos Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas. Quando foi firmada a parceria CAPES/CNPq/FNDE para o apoio aos referidos editais foi acordado que a CAPES apoiaria o primeiro edital com R\$ 1.000.000,00 e o segundo com R\$ 3.000.000,00 por meio da Ação 20CV. O FNDE contribuiria com iguais valores para cada edital. No entanto, depois de publicado o edital, o FNDE teve problemas com a liberação de recursos em rubrica compatível com o repasse de recursos ao pesquisador. Visando resolver a questão, a CAPES financiou ambas as partes. Dessa forma, a CAPES repassou um valor total correspondente a R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de Reais) para a chamada nº 25/2011, de apoio à realização de Feiras de Ciências (R\$ 3.000.000,00 da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019) e um valor equivalente a R\$2.000.000,00 (dois milhões de Reais) para a chamada nº 24/2011, de apoio a Olimpíadas Científicas (R\$ 1.000.000,00 por meio da Ação 20CV e igual valor na Ação 4019).

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2011.

Tabela 39. Recursos aplicados por Programa da DEB em 2011

Ação	Programa DEB	PI	Empenhado	Destaques concedidos	Empenhado + destaques concedidos
20CV	NT	Novos Talentos - AUXPE	2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
Novos Talentos - Total			2.798.072,00	0,00	2.798.072,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Graduação	6.773.130,00	0,00	6.773.130,00
20CV	Obeduc	Obeduc - Doutorado	1.445.400,00	0,00	1.445.400,00
20CV	Obeduc	Obeduc -Mestrado	2.856.000,00	0,00	2.856.000,00
20CV	Obeduc	Obeduc -AUXPE	713.666,50	0,00	713.666,50
20CV	Obeduc	Obeduc - Indígena - AUXPE	2.575.399,28	0,00	2.575.399,28
4000	Obeduc	Obeduc -AUXPE (INEP)	4.499.972,59	0,00	4.499.972,59
Obeduc- Total			18.863.568,37	0,00	18.863.568,37
6333	Parfor	Parfor - Fomento	1.655.536,49	12.298.204,11	13.953.740,60
6333	Parfor	Parfor - Convênios	11.412.834,78	0,00	11.412.834,78
009U	Parfor	Parfor - Fomento	0,00	6.374.929,36	6.374.929,36
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	0,00	37.610.100,00	37.610.100,00
0A30	Parfor	Parfor - Bolsas	40.007.200,00	0,00	40.007.200,00
20CV	Parfor	Parfor - Fomento	13.365,00	1.476.091,08	1.489.456,08
20CV	Parfor	Parfor - Convênios	138.960,00	0,00	138.960,00
Parfor - Total			53.227.896,27	57.759.324,55	110.987.220,82
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Bolsas	557.495,00	0,00	557.495,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais - AUXPE	885.049,00	0,00	885.049,00
20CV	Projetos Especiais	Proj. Especiais Fomento	0,00	4.069.649,94	4.069.649,94
4019	Projetos Especiais	Proj. Especiais - Fomento (Termo de Cooperação)	4.000.000,00	0	4.000.000,00
Projetos Especiais - Total			5.442.544,00	4.069.649,94	9.512.193,94
009U	Pibid	PIBID - AUXPE	11.512.553,91	0,00	11.512.553,91
009U	Pibid	PIBID - Fomento	1.201.357,50	1.118.496,28	2.319.853,78
009U	Pibid	PIBID - Convênios	2.635.924,50	0,00	2.635.924,50
Pibid - Total			137.479.432,64	1.118.496,28	138.597.928,92
20CV	Prodocência	Prodocência - AUXPE	1.405.165,53	0,00	1.405.165,53
20CV	Prodocência	Prodocência - Fomento	729.858,27	0,00	729.858,27
20CV	Prodocência	Prodocência - Convênios	296.176,05	0,00	296.176,05
Prodocência - Total			2.431.199,85	0,00	2.431.199,85
DEB 2011: Total geral			220.242.713,13	62.947.470,77	283.190.183,90

Fonte: SIAFI, Jan a Dez, 2011, Extração: 6/1/2012.

- **Sobre a execução em 2011**

A execução orçamentária do exercício fiscal de 2011 foi muito superior a de 2010. Em todas as ações orçamentárias a utilização de recursos ultrapassou 90%. Esse sucesso na execução de 2011 está associado a uma melhor estruturação dos Programas Pibid e Parfor – Ações 009U, 6333 e 0A30 – e a um acompanhamento mais eficiente dos programas executados na Ação 20CV.

Nas Ações 6333 e 20CV o volume executado poderia ter sido maior, caso o remanejamento solicitado por meio de projeto de lei tivesse ocorrido em tempo hábil e tivesse vindo acompanhado da disponibilidade orçamentária (a liberação ocorreu dia 27 de dezembro de 2011). Dos R\$ 23.469.969,40 disponibilizados pela ação 009U para remanejamento, apenas R\$5.013.969,40 - remanejados por decreto - foram utilizados. O restante, que corresponde a R\$ 18.456.000,00 – R\$ 8.856.000,00 para a Ação 20CV e R\$ 9.600.000,00 para a Ação 6333 - não puderam ser utilizados.

Da dotação autorizada para o Pibid na Ação 009U – R\$ 145.061.654,60 – foram executados R\$ 144.972.858,28 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 99,94%.

Na Ação 20CV incluem-se, principalmente, os Programas Prodocência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica e o pagamento de AAEs relativos às atividades da DEB. Nessa Ação são pagas despesas de custeio para todos os programas acima listados e investimentos de Capital para os programas Parfor e Prodocência.

A dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto para esta Ação foi de R\$ 27.653.663,40. Desse total foi executado R\$ 26.733.477,65 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 96,67 %.

As Ações 0A30 (do Programa 1061) e 6333 financiam o Programa Parfor. Na primeira são executados os pagamentos das bolsas do programa e na segunda, o custeio. O capital do Parfor - cujo montante em 2011 foi de R\$ 1.628.416,08 - foi pago na Ação 20CV.

Para a Ação 6333, a dotação autorizada acrescida do remanejamento por decreto foi de R\$ 27.500.000,00. Desse total foram executados R\$ 25.366.575,38 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 92,24%.

Para a Ação 0A30, a dotação autorizada foi de R\$ 80.000.000,00. Desse total foi executado R\$ 77.617.300,00 (valores empenhados e descentralizados), o que representa uma execução de 97,02%.

O INEP utilizou a Ação 4000 para honrar a parceria firmada com a CAPES com o objetivo de apoiar o Programa Observatório da Educação (Editais 2008 e 2010). Dos R\$ 4.500.000,00 repassados foram executados R\$4.499.972,59, tendo uma execução próxima de 100%.

Por meio da Ação 4019, que é de responsabilidade da DPB, foram apoiados os Editais MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas – R\$ 1.000.000,00 – e MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB/FNDE nº 25/2011 - Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas – R\$ 3.000.000,00. Essa Ação foi utilizada em caráter emergencial, tendo em vista que os referidos editais já tinham sido publicados quando o FNDE comunicou a impossibilidade de repassar os recursos previamente acordados. Portanto, dos R\$ 8.000.000,00 destinados aos Editais nº 24/2011 e nº 25/2011, R\$ 4.000.000,00 foram provenientes da Ação 20CV e R\$ 4.000.000,00 da Ação 4019. Face ao exposto, não se apresenta o percentual de execução da última Ação, tendo em vista que a mesma é da DPB e que inclui vários outros programas.

e) Ano de 2012

Em 2012, o orçamento da DEB trouxe incertezas. Uma síntese do orçamento destinado às Ações 20RJ e 20RO, que no âmbito da Capes englobam os recursos da DEB e da DED, é apresentada a seguir:

Tabela 40. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2012

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTACAO INICIAL (LEI)	CREDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTACAO AUTORIZADA	CRED.DE PROJETOS BLOQUEADO P/CONTROLE INTERNO	DOTAÇÃO DISPONÍVEL
20RJ	Custeio	183.942.444,00	169.331.125,00	-39.608.507,00	313.665.062,00	5.944.618,00	307.720.444,00
20RJ	Capital	15.115.979,00	16.277.634,00	0,00	31.393.613,00	7.046.732,00	24.346.881,00
20RJ Total		199.058.423,00	185.608.759,00	-39.608.507,00	345.058.675,00	12.991.350,00	332.067.325,00
20RO	Bolsas	503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
20RO Total		503.914.935,00	154.690.109,00	0,00	658.605.044,00	0,00	658.605.044,00
Total Geral		702.973.358,00	340.298.868,00	-39.608.507,00	1.003.663.719,00	12.991.350,00	990.672.369,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

A dotação inicial da Ação 20RJ foi de R\$ 199.058.423,00 e após receber créditos suplementares e sofrer bloqueio de créditos para controle interno resultou em recursos de R\$ 332.067.325,00. Um crescimento de 67% em relação ao orçamento definido no PLOA 2012. Esses recursos destinaram-se ao pagamento de despesas com custeio e de capital da DEB e da DED e ao pagamento das chamadas despesas administrativas, tais como passagens, diárias, dentre outras. Todas foram lançadas na Ação 20RJ.

A Ação 20RO teve uma dotação inicial de R\$ 503.914.935,00 e finalizou o ano fiscal com recursos de R\$ 658.605.044,00. Um crescimento de 31% em relação ao orçamento definido no PLOA2012. Esses recursos foram utilizados para o pagamento das bolsas da DEB e da DED.

As informações referentes às aplicações dos recursos orçamentários, que serão apresentadas em sequência, referem-se aos programas da DEB operacionalizados por meio das Ações 20RO, 20RJ, 4019 e 4000. Nas sínteses estão contabilizados apenas a aplicação de recursos realizadas pela DEB - diretoria foco deste relatório - e os recursos empenhados, descentralizados e inscritos em restos a pagar. As despesas administrativas – passagens, diárias e outras, que não puderam ser desmembradas por diretoria, não foram contabilizadas.

Em 2012, a DEB executou programas com recursos próprios nas Ações 20RO e 20RJ e recebeu recursos da Diretoria de Programas e Bolsas – DPB para complementar recursos de capital para o LIFE. Recursos externos foram descentralizados pelo INEP para o financiamento do Observatório da Educação.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em cada Ação, em 2012.

Tabela 41. Investimentos da DEB em 2012

Origem Recurso	Programa	Ação	Orçamento DEB (Recursos Executáveis)	Recursos Empenhados + Destaques Concedidos+ Inscritos em RP	% Execução
DEB	2030	20RO	247.692.680,00	315.487.266,87	127,37%
DEB	2030	20RJ	89.185.046,00	119.842.444,47	134,38%
DEB Total			336.877.726,00	430.958.494,34	
DPB	2032	4019	1.977.450,00	1.977.450,00	100,00%
DPB Total			1.977.450,00	1.977.450,00	
INEP	2032	4000	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00%
INEP Total			2.500.000,00	2.500.000,00	
Total Geral			341.355.176,00	439.807.161,34	128,84%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de outros setores aplicados por programa da DEB está assim distribuído:

Tabela 42. Recursos aplicados por programa da DEB em 2012

Programa DEB	EMPENHADO + DESCENTRALIZADO + RP NÃO PROCESSADO (R\$)					TOTAL (R\$)	% Recursos por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA			AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA			
	20RO	20RJ		4019	4000		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Capital (R\$)	Custeio (R\$)		
Pibid	198.099.682,33	19.131.399,06	1.853.533,35	0,00	0,00	219.084.614,74	50,31%
Parfor	102.769.312,00	60.011.686,68	114.437,34	0,00	0,00	162.895.436,02	37,41%
OBEDUC	13.513.827,54	207.550,00	454.627,00	0,00	2.500.000,00	16.676.004,54	3,83%
Projetos Especiais	1.104.445,00	14.560.364,77	0,00	0,00	0,00	15.664.809,77	3,60%
Life	0,00	12.336.575,20	0,00	1.977.450,00	0,00	14.314.025,20	3,29%
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	0,00	0,00	4.330.579,63	0,99%
Prodocência	0,00	2.090.283,10	380.191,34	0,00	0,00	2.470.474,44	0,57%
Total	315.487.266,87	112.668.438,44	2.802.789,03	1.977.450,00	2.500.000,00	435.435.944,34	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

No PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R\$ 247.692.680,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, nas quais os recursos para a Ação 20RO foram contingenciados no início do ano e suplementados ao longo do ano fiscal, antes mesmo que os recursos contingenciados fossem liberados em sua totalidade, a execução orçamentária foi de R\$ 315.487.266,87, aproximadamente 127 % do valor inicial disponibilizado.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em bolsas em cada programa da DEB, referentes ao ano de 2012.

Tabela 43. Recursos da Diretoria aplicados em bolsas por Programa da DEB em 2012

AÇÃO	PROGRAMA	EMPENHADO	RAP NÃO PROCESSADO	Recursos Empenhados + Inscritos em RP	% Bolsas Programa (R\$)/ Total de Bolsas (R\$)
20RO	PIBID	95.401.210,00	15.422.327,00	110.823.537,00	62,79%
20RO	PIBID	27.166.069,33	4.171.426,00	31.337.495,33	
20RO	PIBID	27.850.590,00	4.479.840,00	32.330.430,00	
20RO	PIBID	4.574.740,00	0,00	4.574.740,00	
20RO	PIBID	19.033.480,00	0,00	19.033.480,00	
	PIBID Total	174.026.089,33	24.073.593,00	198.099.682,33	
20RO	PARFOR	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	32,57%
	PARFOR Total	85.505.500,00	17.263.812,00	102.769.312,00	
20RO	Obeduc	2.094.700,00	387.600,00	2.482.300,00	4,28%
20RO	Obeduc	3.610.945,00	346.437,90	3.957.382,90	
20RO	Obeduc	1.482.876,64	132.000,00	1.614.876,64	
20RO	Obeduc	1.729.400,00	184.000,00	1.913.400,00	
20RO	Obeduc	3.222.300,00	323.568,00	3.545.868,00	
	Obeduc Total	12.140.221,64	1.373.605,90	13.513.827,54	
20RO	PE	770.320,00	0,00	770.320,00	0,35%
20RO	PE	241.100,00	57.900,00	299.000,00	
20RO	PE	25.860,00	0,00	25.860,00	
20RO	PE	9.265,00	0,00	9.265,00	
	PE Total	1.046.545,00	57.900,00	1.104.445,00	
	Total Geral	272.718.355,97	42.768.910,90	315.487.266,87	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

- **Ação 20RJ**

A Ação 20RJ deve ser vista em conjunto com a Ação 20RO que representa a concessão de bolsas. Por meio da 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas, viabilizam o dia-a-dia dos projetos institucionais. Em programas onde não há concessão de bolsas, a Ação 20RJ engloba a totalidade das atividades a serem induzidas e fomentadas. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação. Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

O quadro a seguir apresenta os recursos aplicados em custeio e capital no ano de 2012.

Tabela 44. Recursos da Diretoria aplicados em custeio e capital por Programa da DEB em 2012

AÇÃO	PROGRAMA	PLANO INTERNO	FOMENTO	RAP NÃO PROCESSADO	RECURSOS EMPENHADOS + DESTAQUES CONCEDIDOS + INSCRITOS EM RP	% CUSTEIO E CAPITAL (R\$)/ TOTAL CUSTEIO E CAPITAL (R\$)
20RJ	PARFOR	PARFOR - AUXPE	Custeio	0,00	1.380.000,00	50,13%
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Custeio	16.388.417,13	58.631.686,68	
20RJ	PARFOR	PARFOR - FOMENTO	Capital	51.662,50	114.437,34	
	PARFOR Total			16.440.079,63	60.126.124,02	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	95.807,81	431.849,07	17,49%
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Custeio	235.758,00	10.666.686,68	
20RJ	PIBID	PIBID - FOMENTO	Custeio	336.897,29	1.471.614,73	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Custeio	4.260.831,67	6.561.248,58	
20RJ	PIBID	PIBID - AUXPE	Capital	265.280,00	1.545.382,77	
20RJ	PIBID	PIBID - INSTITUCIONAL	Capital	32.000,00	308.150,58	
	PIBID Total			5.226.574,77	20.984.932,41	
20RJ	PE	Projetos Especiais - AUXPE	Custeio	5.781.444,94	14.162.994,94	12,14%
20RJ	PE	Projetos Especiais- PNOQ - AUXPE	Custeio	0,00	200.000,00	
20RJ	PE	Projetos Especiais- SBF - AUXPE	Custeio	0,00	167.939,03	
20RJ	PE	Projetos Especiais- RD - INSTITUCIONAL	Custeio	12.134,80	29.430,80	
	PE Total			5.793.579,74	14.560.364,77	
20RJ	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital	399.871,85	12.336.575,20	11,93%
4019	LIFE	LIFE - AUXPE	Capital		1.977.450,00	
	LIFE Total			399.871,85	14.314.025,20	
20RJ	NT	NOVOS TALENTOS - AUXPE	Custeio	0,00	4.330.579,63	3,61%
	NT Total			0,00	4.330.579,63	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Custeio	57.553,85	1.406.260,23	2,06%
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Custeio	556.470,87	684.022,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- AUXPE	Capital	0,00	38.179,87	
20RJ	Prodocência	Prodocência- INSTITUCIONAL	Capital	0,00	342.011,47	
	ProdocênciaTotal			614.024,72	2.470.474,44	
20RJ	OE	Observatório da Educação - AUXPE	Custeio	40.000,00	132.550,00	2,64%
20RJ	OE	Observatório da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	25.000,00	
4000	OE	Observatorio da Educacao-Indígena - AUXPE	Custeio	0,00	2.500.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Custeio	0,00	50.000,00	
20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	56.000,00	446.627,00	

20RJ	OE	Observatório da Educação- AUXPE	Capital	0,00	8.000,00	
	OE Total			96.000,00	3.162.177,00	
	Total Geral			28.570.130,71	119.948.677,47	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 12/4/2013)

• Sobre a execução em 2012

A execução orçamentária anual da DEB no período de 2009 a 2012 reflete o processo de consolidação pelo qual a Diretoria passa. Com uma baixa execução orçamentária em 2009, que em 2010 subiu para 66,73 %, finda o ano de 2011 num patamar superior a 98 %. Essa tendência crescente de capacidade de execução é confirmada em 2012, cuja execução foi superior a 127%.

O ritmo de crescimento da execução orçamentária no período 2009 – 2012 foi expressivo – aproximadamente 900% em quatro anos. No entanto, o crescimento dos recursos humanos que operacionalizam e fiscalizam esse montante de recursos não acompanhou essa tendência.

Em 2012, diversos programas adiaram sua implementação ou expansão em função de indefinições orçamentárias. Logo no início do ano, foi determinado o contingenciamento orçamentário que perdurou por todo o ano fiscal de 2012. Suplementações orçamentárias foram autorizadas, antes que os recursos contingenciados fossem liberados. Essa ausência de lógica orçamentária dominou o cenário por todo o ano e dificultou o planejamento das ações da Diretoria. Apesar de todas as dificuldades, a execução orçamentária da DEB pode ser considerada excelente – média superior a 127 %. Em suas ações próprias, a execução foi superior a 134,38% na 20RJ e acima de 127,37% na 20RO. Os recursos externos, recebidos de outras diretorias ou descentralizados por outros órgãos, por meio das ações 4019 e 4000, respectivamente, foram executados em sua totalidade (100%).

f) Ano de 2013

O ano fiscal de 2013 foi marcado por diversas incertezas durante a execução das Ações 20RO e 20RJ. Foi um ano caracterizado por disponibilidade orçamentária e ausência de cotas financeiras. Na prática, as Ações 20RO e 20RJ, que são utilizadas para fomentar na CAPES os programas da DEB e da DED, não puderam ser executadas na íntegra e diversos programas das referidas diretorias não foram lançados ou tiveram reduzidas suas abrangências.

Uma síntese dos recursos recebidos pelas duas diretorias em 2013 é apresentada a seguir:

Tabela 45. Recursos orçamentários destinados às Ações 20RJ e 20RO – Ano de 2013

AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL (LEI)	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	CRÉDITOS REDUZIDOS	DOTAÇÃO AUTORIZADA
20RJ	Custeio	92.406.260,00	172.606.086,00	0,00	265.012.346,00
20RJ	Capital	7.593.740,00	90.769.011,00	-2.531.247,00	93.300.257,00
20RJ Total		100.000.000,00	263.375.097,00	-2.531.247,00	358.312.603,00
20RO	Bolsas	700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
20RO Total		700.268.052,00	241.471.674,00	-30.000.000,00	911.739.726,00
Total Geral		800.268.052,00	504.846.771,00	-32.531.247,00	1.270.052.329,00

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O orçamento conjunto das duas diretorias atingiu o montante de R\$ 1.270.052.329,00 após duas suplementações orçamentárias: a primeira liberada em agosto/2013 por meio de decreto no valor de R\$ 113.334.941,00; e a segunda por meio da publicação em 6/12/2013 do

Projeto de Lei 12.889/13 no valor R\$ 358.980.583,00. Esses créditos foram reduzidos em R\$ 32,5 milhões. No entanto, os recursos suplementados vieram com a cota orçamentária e a cota financeira tinha que ser negociada caso a caso, o que impediu que eles fossem executados em sua totalidade. Ao final do ano, R\$ 88.866.880,87 foram colocados em restos a pagar a processar – RAP 2014 — R\$ 53.961.311,01 da Ação 20RJ (custeio e capital) e R\$ 34.905.569,86 da Ação 20RO(bolsas) — e R\$ 325.394.963,66 foram recolhidos pela SPO/MEC.

Um montante de R\$ 1.709.899,05 foi gasto em despesas administrativas (passagens, diárias, auxílio avaliação educacional – AAE) e repartidos igualmente entre as duas diretorias, pois não há como separar por diretoria essas despesas. O orçamento da DEB para 2013 foi de R\$ 634.294.767,38 e o da DED foi de R\$ 635.757.561,62.

- **Recursos orçamentários recebidos pela DEB e suas aplicações – Ano 2013**

No ano de 2013 a DEB executou recursos que foram alocados nos Programas 2030 - Educação Básica — Ações 20RO, 20RJ — e no Programa 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais — Ação 4000.

Os recursos disponibilizados na Ação 20RO somaram um total de R\$ 481.155.877,29 e foram utilizados no pagamento das bolsas aos programas fomentados pela DEB. Na Ação 20RJ foram alocados R\$ 153.138.890,09, sendo R\$ 94.347.429,65 em recursos de custeio e R\$ 58.791.460,44 em recursos de capital. A Ação 4000 foi utilizada para receber R\$ 7.000.000,00 do INEP, oriundos de uma parceria estabelecida entre CAPES/INEP para fomentar o Programa Observatório da Educação. A seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários disponibilizados para a DED no ano de 2013, considerando recursos próprios e os resultantes de parceria.

Tabela 46. Recursos orçamentários destinados à DEB – 2013

AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	Total Ações (Próprias e Externas)
20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	
Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	
481.155.877,29	94.347.429,65	58.791.460,44	634.294.767,38	7.000.000,00	641.294.767,38

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

O montante de recursos próprios e recebidos de parceiros aplicados por programa da DEB está resumido na tabela a seguir.

Tabela 47. Recursos orçamentários executados por programa pela DEB – 2013

Programa DEB	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO + RAP 2014 - NÃO PROCESSADO (R\$)										% Recursos executados por Programa
	AÇÕES DA DIRETORIA				AÇÕES EXTERNAS À DIRETORIA	RAP 2014 - NÃO PROCESSADO				TOTAL (R\$) (Ações Diretoria, Externas e RAP-2014)	
	20RO	20RJ		Total (Ações Diretoria)	4000	20RO	20RJ		Total (RAP2014)		
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)		Custeio (R\$)	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)			
Pibid	279.492.640,61	8.398.456,02	9.500,00	287.900.596,63		17.928.960,86	752.162,00	8.000,00	18.689.122,86	306.589.719,49	55,68%
Parfor	125.335.138,00	46.439.917,09	144.710,00	171.919.765,09		7.886.700,00	415.990,19	4.500,00	8.307.190,19	180.226.955,28	32,73%
OBEDUC	22.014.949,10	372.677,24	299.857,00	22.687.483,34	6.315.115,80	2.352.080,00		80.000,00	2.432.080,00	31.434.679,14	5,71%
Projetos Especiais	5.170.279,29	8.963.499,00		14.133.778,29		915.260,00	870.000,00	0,00	1.785.260,00	15.919.038,29	2,89%
Novos Talentos		3.265.992,04		3.265.992,04			6.277.049,90		6.277.049,90	9.543.041,94	1,73%
Prodência		36.200,00		36.200,00			4.579.713,57		4.579.713,57	4.615.913,57	0,84%
Life		0,00	0,00	0,00			1.403.006,11		1.403.006,11	1.403.006,11	0,25%
Despesas Administrativas		854.949,53		854.949,53					0,00	854.949,53	0,16%
Total	432.013.007,00	68.331.690,92	454.067,00	500.798.764,92	6.315.115,80	29.083.000,86	14.297.921,77	92.500,00	43.473.422,63	550.587.303,35	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

- **Análise da aplicação dos recursos disponibilizados – ano 2013**

- **Ação 20RO**

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RO recursos na ordem de R\$ 481.155.877,29 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. A execução orçamentária foi de R\$ 432.013.007,00 e R\$ 29.083.000,86 foram alocados em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 20RJ**

Por meio da Ação 20RJ são financiadas as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas pagas na Ação 20RO, viabilizam o dia-a-dia dos projetos fomentados pela DEB.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química, Olimpíadas Brasileiras de Matemática e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica também são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

Na LOA 2013 estavam previstos na Ação 20RJ recursos na ordem de R\$ 153.138.890,09 para o fomento de custeio e capital no âmbito da DEB – R\$ 94.347.429,65 para custeio e R\$ 58.791.460,44 para capital. A execução orçamentária foi de 68.785.757,92 e R\$ 14.390.421,77 foram colocado em restos a pagar – RAP – 2014.

- **Ação 4000**

Por meio da Ação 4000 foram repassados pelo INEP à Capes R\$ 7.000.000,00 destinados ao custeio do Programa Observatório da Educação. Desse total, R\$ 2.500.000,00 destinaram-se aos projetos fomentados pelo Edital 2010 e R\$ 4.500.000,00 aos projetos do Edital 2012. A execução orçamentária foi de R\$ 6.315.115,80.

- **Sobre a execução em 2013**

As dificuldades orçamentárias enfrentadas pela DEB ao longo de 2013 já foram descritas no tópico referente ao ano de 2013. Vale salientar que programas importantes deixaram de ser expandidos em 2013 em função das incertezas orçamentárias. Como exemplo citamos o Pibid, que deveria ter passado de 49.321 bolsistas para 75.000 já em 2013, e o Programa Residência Docente, que foi implementado inicialmente no Colégio Pedro II e que deveria ser expandido para os 17 Colégios de Integração. A não expansão também alcançou o Parfor cuja modalidade voltada à educação infantil foi adiada. Em situação crítica ficou o LIFE, que teve todo o recurso de capital recolhido pela SPO/MEC e o edital do programa que já tinha selecionado e divulgado o resultado do processo seletivo não pode ser implementado em 2013.

Apesar de todos os problemas enfrentados, pode-se considerar que a DEB teve uma boa execução orçamentária em 2013. A tabela a seguir sintetiza os recursos aplicados em cada Ação e informa o percentual de execução.

Tabela 48. Execução orçamentária das Ações da DEB – 2013

AÇÃO	MODALIDADE	DI + DECRETO + PL	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE)	RAP 2014	EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014	EXECUÇÃO (EMPENHO LIQUIDADO + DESTAQUE + RAP2014)
20RO	Bolsas	481.155.877,29	432.013.007,00	89,79%	29.083.000,86	461.096.007,86	95,83%
20RJ	Custeio	94.347.429,65	68.331.690,92	72,43%	14.297.921,77	82.629.612,69	87,58%
	Capital	58.791.460,44	454.067,00	0,77%	92.500,00	546.567,00	0,93%
4000	Custeio	7.000.000,00	6.315.115,80	90,22%	0	6.315.115,80	90,22%
Total		634.294.767,38	507.113.880,72	79,95%	43.473.422,63	550.587.303,35	86,80%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 31/12/2013)

Analisando o total de recursos orçamentários executados, tem-se uma execução média de 79,95%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 86,80%.

A execução orçamentária na Ação 20RO foi de 89,79%. Quando são considerados os recursos alocados no RAP2014, esse percentual de execução sobe para 95,83%. O custeio da Ação 20RO também teve uma boa execução, 72,43% se não for considerado o RAP 2014. Considerando essa parcela, sobe para 87,58%. Os recursos externos, recebidos por meio da Ação 4000 e aplicados em custeio, tiveram uma execução de 90,22%. Esses números mostram que, apesar de todas as dificuldades orçamentárias, a execução orçamentária foi eficiente quando consideramos os recursos destinados às bolsas e ao custeio.

O grande problema na execução orçamentária está na Ação 20RJ na rubrica capital, cujo valor é inferior a 1%. Embora a cota orçamentária de R\$ 58.791.460,44 tenha sido liberada, não foi disponibilizada a cota financeira. Dessa forma, recursos que estavam reservados para os programas LIFE, Pibid, Parfor, Prodência e Observatório da Educação não puderam ser empenhados e foram recolhidos pela SPO/MEC.

7. Desafios da DEB

Em 2013, a equipe responsável pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB manteve seu trabalho de consolidação, expansão e implantação dos programas de indução e fomento à formação dos professores da educação básica, e tendo como norte a valorização do magistério e a elevação da qualidade da educação brasileira. Nesse período de cinco anos, já se observam resultados significativos e a sociedade percebe na Capes um agente capaz de fomentar e impulsionar mudanças na formação de professores e, por extensão, na educação básica do País.

Registre-se a sensibilidade para o tema da educação básica e o apoio irrestrito e competente do presidente da Capes, Prof. Dr. Jorge Almeida Guimarães, às políticas e aos programas desenvolvidos pela DEB. Sem dúvida, o desafio de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores, na perspectiva de valorizar a carreira docente e de buscar a qualidade da educação no Brasil, foi simplificado pelo entusiasmo e pelo sentido de urgência que o presidente conferiu à nova missão da Capes.

Além de desenvolver programas, a DEB cuida de questões estruturantes para a inserção plena da educação básica na Capes. Um primeiro cuidado, ainda em 2009, foi a revisão do orçamento, negociando as ações e os recursos destinados à área. Ações novas foram incluídas na Lei Orçamentária e mantidas no PPA 2012-2015. A garantia de recursos financeiros que suportem o crescimento dos programas ainda é um assunto que merece cuidado, já que a cada ano torna-se necessário pedir suplementação.

Em 2011, a DEB liderou a proposta de mudança na Lei 11.502/2007, reivindicando para a educação básica as mesmas condições dadas à pós-graduação e a possibilidade de o presidente da agência estabelecer as bolsas necessárias ao pleno desenvolvimento da missão do órgão. Em 2012, com a promulgação da Lei 12.695, esta diretoria, em conjunto com a Diretoria de Educação a Distância, elaborou proposta de regulamentação das bolsas pagas pela Capes, nas ações de formação de professores da educação básica. A autonomia concedida à presidência, a exemplo do que acontece no FNDE e no CNPq, é essencial para assegurar agilidade e transparência à Capes.

Com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, a DEB discute os grandes desafios e os caminhos para a formação docente, inclusive no tocante a uma pontuação na avaliação trienal da Capes que reconheça o envolvimento e o compromisso da pós-graduação com a educação básica.

Junto ao Conselho Superior, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e a todos os Comitês de Área de Capes, a DEB mostrou o cenário da educação básica no país e a necessidade de investimentos na formação de professores como estratégia essencial para a busca da qualidade do sistema nacional de educação. Os primeiros resultados já começam a aparecer: todas as grandes áreas apresentaram propostas de articulação da pós-graduação com a educação básica e cresce o número de mestrados profissionais para professores da educação básica.

Nesse contexto de mudanças e inovações, e buscando atingir os objetivos previstos no planejamento estratégico e alinhar suas ações à sistemática de trabalho da Capes - indução, fomento, avaliação, com flexibilidade, agilidade e responsabilidade pública - os principais desafios que se colocam para a DEB são:

- a) resolver questões ligadas ao número de analistas e assistentes de C&T em exercício da diretoria, tendo em vista o crescimento de seus programas e os recursos a serem executados (em recursos humanos a DEB é a menor diretoria da Capes);

- b) buscar apoio da DTI para reduzir o volume de trabalho não informatizado, tornando o Sicapes um sistema completo, que ofereça aos parceiros e ao corpo técnico respostas simples e amigáveis aos processos de recebimento e análise de propostas, acompanhamento e monitoramento em tempo real, prestação de contas, relatórios parciais e de cumprimento de objeto e outros, de modo a liberar os analistas de C&T para o acompanhamento pedagógico mais intenso e qualitativo das atividades desenvolvidas;
- c) manter, junto à DTI, as negociações para a implantação do ambiente virtual Comunidades Capes, que será um importante instrumento de gestão, visibilidade e compartilhamento dos programas que induz e fomenta, integrando-o ao Sicapes para que as informações e os produtos nele postados sejam parte do Relatório Técnico de Cumprimento de Objeto, simplificando o trabalho das IES parceiras e dos técnicos da Capes;
- d) acompanhar sistematicamente a implementação do PPA (Plano Plurianual) de modo a garantir uma execução orçamentária sempre acima de 90%;
- e) consolidar e, em alguns programas da DEB, implantar a cultura de acompanhamento e avaliação de processo e efetividade, com olhares externos;
- f) valorizar a educação básica na avaliação da pós-graduação;
- g) incentivar a integração e a sinergia dos programas apoiados;
- h) ampliar o diálogo e o compartilhamento dos programas com os parceiros responsáveis pela sua execução e destes entre si;
- i) buscar junto aos setores competentes o estabelecimento de uma base financeiro-orçamentária compatível com o tamanho dos programas e as projeções de crescimento estabelecidas para cada ano;
- j) expandir seu trabalho com a implantação de novos programas que contribuam para consolidar a missão da Capes na educação básica de induzir e fomentar, em regime de colaboração com os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e sua valorização.

Para a DEB, o desafio da melhoria da qualidade da educação relaciona-se diretamente com a qualidade da formação de professores, com a estruturação da carreira, com as condições de trabalho dos profissionais e com a valorização do magistério nas instituições de ensino, na comunidade científica e na sociedade em geral. Embora não sendo responsável por todo esse arcabouço, a DEB considera que, se cada um fizer seu trabalho no presente, o futuro poderá trazer a mudança que o Brasil espera. A DEB está fazendo sua parte e sua visão de futuro inclui a expansão e a consolidação do que vem sendo feito e o crescimento inovador que levará à excelência e à equidade na formação docente.

Pautam o trabalho da Diretoria os ensinamentos de dois grandes brasileiros: Paulo Freire e Anísio Teixeira. O primeiro conclama à criatividade e a uma ação comprometida com o fazer responsável, com o aqui-agora: *“Na medida em que o homem cria, recria e decide, vão se formando as épocas históricas. E é também criando, recriando e decidindo como deve participar nessas épocas. É por isso que obtém melhor resultado toda vez que, integrando-se no espírito delas, se apropria de seus temas e reconhece suas tarefas concretas.”* (Paulo Freire, 1979, p. 64).

Anísio Teixeira, criador da Capes, lembra a necessidade de universalizar uma formação que prepare o educador que se forma e forma cidadãos de um mundo complexo: *“O desafio moderno é sobretudo este: conseguir que todos os homens adquiram a disciplina intelectual de pensamento e estudo que, no passado, conseguimos dar aos poucos especialistas dotados para essa vida intelectual. O conhecimento e a vida adquiriram complexidade tamanha que só uma autêntica disciplina mental poderá ajudá-lo a se servir da ciência, a*

compreender a vida em sua moderna complexidade e amplitude e a dominá-la e submetê-la a uma ordem humana.”

Reconhecendo a complexidade de formar um profissional de alta competência para as exigências da educação do século XXI, o papel estruturante dos professores da educação básica na concretização de um Brasil democrático e inclusivo, a necessidade de construção de um sistema nacional de educação de elevado grau de qualidade e equidade, a DEB enfrenta suas tarefas concretas e seus desafios com a certeza de estar contribuindo para escrever um novo capítulo na história dessa sexagenária e respeitada Fundação, a Capes.



Figura 23. Equipe DEB 2012

**DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA –
DEB**

CARMEN MOREIRA DE CASTRO NEVES
Diretora

PAULO SÉRGIO PARRO
Assessor da Diretoria

Érika Sousa Dias - Secretária
Margareth Lopes Alves – Secretária

**COORDENAÇÃO DE APOIO À FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOCENTE
DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CGDOC**

IZABEL LIMA PESSOA
Coordenadora-Geral

Alcione Rodrigues da Silva - Secretária

LORENA LINS DAMASCENO
Coordenadora de Apoio à Formação de Profissionais do Magistério – CAF

Mariana Gomes Candido Fontes – Analista em Ciência e Tecnologia
Paloma Siqueira Fonseca – Analista em Ciência e Tecnologia
Guilherme Henrique Barata Macedo - Assistente em Ciência e Tecnologia
Barbara França Gontijo – Assistente em Ciência e Tecnologia
Sofia de Brito Ferreira - Analista em Ciência e Tecnologia
Regiane Kawakami - Analista em Ciência e Tecnologia
Stefany Matie Martins - Apoio Administrativo
Alexandre Ferreira da Costa – Apoio Administrativo

NINNA CARLA ZAMARIOLLI ARAÚJO
Coordenadora de Apoio a Programas de Valorização das Licenciaturas – CAL

Ruy Gonçalves Silva - Analista em Ciência e Tecnologia
Isabela Ramos Coelho Pimentel - Assistente em Ciência e Tecnologia
Ana Paula Bezerra - Assistente em Ciência e Tecnologia
Cleide Isaias dos Santos Soares - Apoio Administrativo
Bruna Fernanda Pamplona - Apoio Administrativo

**COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
– CGV**

**HÉLDER ETERNO DA SILVEIRA
Coordenador-Geral**

Kelly Vieira Flores - Secretária

**FERNANDA LITVIN VILLAS BOAS
Coordenadora de Apoio a Inovação e a Pesquisa em Educação – CINPE**

Betúllia Mariano de Oliveira Souto – Apoio Administrativo
Carine Pereira Mariani – Assistente em Ciência e Tecnologia
Cláudia Barbosa Santos Ferreira de Souza – Analista em Ciência e Tecnologia
Daniela Amorim Meira – Assistente em Ciência e Tecnologia
Felipe Formiga Tavares – Analista em Ciência e Tecnologia
Giulliano Amaral Viana - Analista em Ciência e Tecnologia
João de Deus Francisco de Almeida - Analista em Ciência e Tecnologia
Marcel Garcia de Souza - Assistente em Ciência e Tecnologia
Patrícia Amaral – Analista em Ciência e Tecnologia
Sílvia Helena Rodrigues – Analista em Ciência e Tecnologia
Talysson Andrey Rocha Santos – Assistente em Ciência e Tecnologia
–Matheus de Siqueira Xavier - Estagiário

**CLAUDETE BATISTA CARDOSO
Coordenadora de Valorização da Formação Docente - CVD**

Adriano Marini - Analista em Ciência e Tecnologia
Alex Frank de Oliveira Ferreira
Ana Carolina Villares Barral Villas Boas - Analista em Ciência e Tecnologia
Andreisa de Oliveira Cardoso - Analista em Ciência e Tecnologia
Elivelton de Oliveira – Apoio Administrativo
Fabrício Gonçalves Silva Filho – Analista em Ciência e Tecnologia
Gabriela Sousa Dias – Apoio Administrativo
Gisele Ferreira Esteves Peixoto – Analista em Ciência e Tecnologia
Inaê Murrieta Costa – Assistente em Ciência e Tecnologia
Josélia Paulino Borges - Analista em Ciência e Tecnologia
Lucas Lopes de Santana - Analista em Ciência e Tecnologia
Rose Cleide Mendes Monteiro – Analista em Ciência e Tecnologia
Simone Rodrigues da Rocha - Analista em Ciência e Tecnologia
Thailisa Sousa Bernardes – Assistente em Ciência e Tecnologia
Yuri Ghobad da Silva – Analista em Ciência e Tecnologia
Kariny Cristina Pereira – Estagiária
Letícia Del Pilar Lastras Batalha - Estagiária

**Diretoria de
Formação de Professores da Educação Básica - DEB**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Ministério da Educação - MEC Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 6, 4º. Andar

CEP: 70.040-020 - Brasília/DF

Fone: (0055 61) 2022-6550; (0055 61) 2022-6565

Fax: (0055 61) 2022-6560

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica>

8. ANEXO I – IES Parceiras

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES				311	96	285	32	240	115	101	126	37	1032
NORTE				28	16	28	5	19	15	8	14	5	110
N	AC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	AC	Privada	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	FAB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1	1	0	0	1	0	1	0	4
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1	1	0	1	0	2	1	0	6
N	AM	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	UNINILTON	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	AP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	IFAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1	1	0	1	0	0	1	1	5
N	AP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	UEAP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1	1	1	0	1	1	1	1	7
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1	1	0	0	2	1	1	0	6
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1	1	1	10	1	2	2	0	18
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1	1	0	0	1	0	0	0	3
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1	1	0	2	1	0	1	0	6
N	PA	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	CEULS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	PA	Privada	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1	1	1	1	1	0	0	1	6
N	RO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ	CEULJI/ULBRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RO	Privada	FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA	FCR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	1	0	0	0	0	1	0	3
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	0	1	1	1	2	1	0	0	6
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1	1	0	0	1	1	1	0	5
N	TO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFTO	0	1	0	0	0	0	1	0	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS										
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1	1	0	2	2	0	1	1	8
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	0	1	0	0	1	0	1	0	3
N	TO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NORDESTE				61	26	56	12	33	34	19	35	12	227
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	0	1	0	0	1	1	1	1	5
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	0	1	0	4	1	1	1	0	8
NE	AL	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
NE	AL	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DE ALAGOAS	FAPEAL	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	0	1	1	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	0	1	0	0	2	0	1	0	4
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1	1	1	4	0	1	1	1	10
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1	1	1	0	1	1	1	0	6
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	0	1	0	0	1	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1	1	0	0	0	1	1	0	4
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1	1	0	0	1	1	1	0	5
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1	1	0	1	2	1	1	0	7
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1	1	1	2	0	0	2	0	7
NE	BA	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR	UCSAL	0	0	0	1	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	0	1	1	1	1	1	1	1	7
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1	1	0	1	1	1	2	0	7
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1	1	1	0	1	0	0	0	4
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1	1	0	0	0	0	1	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	CE	Privada	FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE	FVJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	FA7	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	CE	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1	1	1	0	1	0	1	0	5
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1	1	0	0	1	0	1	1	5
NE	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	0	1	1	0	2	0	1	0	5
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	0	1	0	1	2	2	1	1	8
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1	1	0	2	1	0	1	1	7
NE	PB	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	UNIPÊ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	0	1	0	0	1	0	1	0	3
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1	1	1	2	0	1	1	0	7
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1	1	0	1	0	1	1	1	6
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	0	1	1	0	1	0	0	0	3
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	FAFOPAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM	FABEJA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE ASCES	ASCES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE DA ESCADA	FAESC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE	FAFIRE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	FACULDADE SANTA CATARINA	FASC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PE	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1	1	0	0	1	0	2	0	5

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1	1	1	1	2	0	1	1	8
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1	1	0	0	0	0	1	0	3
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1	1	0	0	1	0	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1	1	0	0	0	1	0	0	3
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1	1	0	6	1	3	1	1	14
NE	RN	Estadual	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY	IFESP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1	1	0	1	1	0	1	0	5
NE	RN	Estadual	FUNDAÇÃO DE AMPARO DO RN	FAPERN	0	0	0	0	0	0	0	1	1
NE	RN	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	UNIFACEX	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	0	1	0	0	1	0	0	0	2
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	0	1	0	4	2	0	2	1	10
NE	SE	Privada	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FJAV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NE	SE	Privada	UNIVERSIDADE TIRADENTES	UNIT	0	0	0	1	0	0	0	0	1
CENTRO-OESTE				23	5	21	5	24	12	16	11	4	98
CO	DF	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1	1	0	0	0	0	0	0	2
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1	1	1	6	2	3	2	0	16
CO	DF	Privada	FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ	FAJESU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	DF	Federal	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	CNPq	0	0	0	0	0	0	0	2	2
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	0	1	0	0	0	0	0	1	2
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	0	1	1	5	0	1	1	0	9
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	0	1	0	0	1	0	2	0	4
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	0	1	0	0	1	0	1	0	3
CO	GO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	0	0	0	0	1	0	0	0	1
CO	GO	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC/GO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	GO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	UNIEVANGÉLICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
CO	GO	Privada	INSTITUTO APHONSIANO DE ENSINO SUPERIOR	IAESUP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	0	1	1	1	0	0	1	0	4
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	0	1	1	4	2	3	2	1	14
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1	1	0	1	1	0	0	0	4
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	0	1	0	2	0	0	0	0	3
CO	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	0	1	0	0	1	0	0	0	2
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1	1	0	4	2	2	1	0	11
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1	1	1	1	0	7	0	0	11
CO	MT	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA	AJES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SUDESTE				131	23	114	3	96	28	31	39	10	344
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1	1	0	0	0	0	2	0	4
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	ES	Municipal	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE	FAFIA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	FABRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	SÃO CAMILO - ES	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	FACULDADE FUCAPE	FUCAPE	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	ES	Privada	ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESFA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	CEFETMG	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	0	1	0	0	0	1	1	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	0	1	0	0	2	0	0	0	3
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFSEMG	0	1	0	0	2	0	1	0	4

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS										
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	0	1	1	6	2	1	1	1	13
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	0	1	0	1	1	1	0	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	0	1	0	0	0	0	2	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	0	1	0	0	1	2	1	0	5
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	0	1	0	3	2	1	2	1	10
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	0	1	0	0	0	2	1	0	4
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	0	1	1	0	0	0	1	0	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	0	1	0	0	2	0	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	0	1	0	0	1	1	1	0	4
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DE ITAJUBA	FEP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNILESTE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE CAMPOS GERAIS	FACICA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	FUCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	FAPAM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DO FUTURO	FAF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADE PRISMA	FAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	FACULDADES VALE DO CARANGOLA -	FAVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			FAVALE										
SE	MG	Privada	FAI - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	FAI-MG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE FUMEC	FUMEC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS	ISED	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI	UNIVAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	0	1	0	4	0	0	0	0	5
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1	1	0	0	1	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	0	1	0	0	0	1	0	0	2
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	0	1	0	1	0	5	1	0	8
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	0	1	0	7	2	2	1	2	15
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1	1	0	2	0	1	1	0	6
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNI RIO	0	1	0	2	0	0	1	0	4
SE	RJ	Federal	COLÉGIO PEDRO II	CPII	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLAERT	ISEPAM	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO RIO DE JANEIRO	ISERJ	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1	1	0	2	0	0	1	0	5
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	0	1	0	3	2	2	1	0	9
SE	RJ	Privada	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	IMPA	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE ARTHUR SA EARP NETO	FASE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	FFCLDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS	FGV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES	FIC	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	RJ	Privada	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	UNIFOA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	UGB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	UNISUAM	0	0	0	2	0	0	0	0	2
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	UVA	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ORGÃOS	UNIFESO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UNICAM	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	SBM	0	0	0	0	0	0	0	2	2
SE	RJ	Privada	SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA	SBF	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	0	1	0	0	2	0	2	0	5
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	0	1	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	0	1	0	8	1	0	1	0	11
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	0	1	0	1	2	2	1	0	7
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	0	1	0	4	1	1	1	0	8
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	0	1	0	11	1	3	1	1	18
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1	1	0	7	1	2	2	0	14
SE	SP	Municipal	FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA FÉ DO SUL	FUNEC	0	1	0	0	0	0	1	0	2
SE	SP	Municipal	FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1	1	0	0	0	2	1	0	5
SE	SP	Municipal	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ	ESEFJ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	UNI-FACEF	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1	1	1	1	1	0	2	0	7
SE	SP	Municipal	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA	FESB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1	1	0	0	0	0	0	0	2

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	FFCL	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	USC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO DE BATATAIS	CEUCLAR	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	Centro Universitário UNIFAFIBE	FAFIBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - FAPE	FAPE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FAPI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE SÃO VICENTE	FSV	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	FESL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS	FIC	2	0	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO	FGV-EAESP	0	0	0	1	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE PAULISTA DE ARTES	FPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA	FSDB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SANTA MARCELINA	FASM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SEQUENCIAL	SEQUENCIAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES ATIBAIA	FAAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'ÁVILA	FATEA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO VERA CRUZ	ISE VERA CRUZ	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC/CAMP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1	1	0	4	0	0	0	0	6
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	UNASP	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	UNIBAN	0	0	0	3	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	UNICASTELO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	UNIFIEO	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	UNIMEP	1	0	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	UNIFEB	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	UNISAL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	UNISA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	1	1	0	0	0	0	0	0	2
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	UNIVAP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	USF	1	0	0	2	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	UMC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	UMESP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	0	1	0	1	0	0	0	0	2
SUL				68	26	66	7	68	26	27	27	6	253
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1	1	0	5	0	3	1	1	12
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1	1	1	0	1	1	2	0	7
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1	1	1	3	1	0	1	0	8
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1	1	0	0	1	0	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR	0	1	0	0	0	0	1	0	2
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	0	1	0	0	1	1	0	0	3
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1	1	0	5	1	2	1	0	11
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	0	1	1	1	2	1	1	0	7
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1	1	1	3	1	1	1	0	9
S	PR	Privada	FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO	FACECLA	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	PR	Privada	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	FACDOMBOSCO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE GUAIRACÁ	FAG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	FACULDADE SANT'ANA	IESSA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/PR	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	PR	Privada	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	UTP	0	0	0	2	0	0	0	0	2
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	0	1	0	0	2	0	2	0	5
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1	1	0	0	2	1	2	0	7
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1	1	0	0	0	0	1	1	4
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1	1	0	2	2	2	1	0	9
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	0	1	0	4	2	1	2	0	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	0	1	0	5	1	0	2	1	10
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1	1	0	4	1	2	1	1	11
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	0	1	0	2	1	4	2	1	11
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	IPA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	0	1	0	2	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO	FACOS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	0	1	0	3	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	0	1	0	1	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	UNIFRA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE TRÊS DE MAIO	SETREM	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	UNILASALLE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ISEI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADES EST	EST	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUI	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	FACULDADE PALOTINA	FAPAS	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IF-SC	0	1	0	0	0	1	0	0	2
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	0	1	1	1	2	2	2	0	9
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	0	1	1	9	1	3	1	1	17
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE	IFC	0	1	0	0	1	0	0	0	2
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	0	1	0	2	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1	1	0	1	1	1	1	0	6
S	SC	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	USJ	0	0	0	0	1	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	UNIFEBE	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	0	1	0	0	0	0	0	0	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	1	1	0	3	0	0	0	0	5
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1	1	0	1	0	0	0	0	3
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	1	1	0	0	0	0	0	0	2
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO	UNOCHAPECÓ	1	1	1	0	0	0	0	0	3

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Parfor (IES)	Pibid (projetos)	Pibid Diversidade (projetos)	Observatório da Educação (Grupos de Pesquisa)	Prodocência (projetos)	Novos Talentos (projetos)	LIFE (projetos)	Projetos Especiais (projetos)	Total de Parcerias
			DE CHAPECÓ										
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	1	1	0	2	0	0	0	0	4
S	SC	Privada	FACULDADE DE ITAPIRANGA	SEI/FAI	0	1	0	0	0	0	0	0	1

9. ANEXO III – IES Pibid

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid (projetos)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					285
NORTE					28
N	AC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	1
N	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	1
N	AC	Privada	FACULDADE BARÃO DO RIO BRANCO	FAB	1
N	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM	1
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	AM	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	UEA	1
N	AM	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	UNINILTON	1
N	AP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ	IFAP	1
N	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	1
N	AP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAPÁ	UEAP	1
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	UFRA	1
N	PA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	1
N	PA	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE SANTARÉM	CEULS	1
N	PA	Privada	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNAMA	1
N	RO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	RO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE JI-PARANÁ	CEULJI/ULBRA	1
N	RO	Privada	FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA	FCR	1
N	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	1
N	RR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	1
N	TO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	IFTO	1
N	TO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	1
N	TO	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG	UNIRG	1
N	TO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	1
NORDESTE				61	56
NE	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL	1
NE	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	1
NE	AL	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	1
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1
NE	BA	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1
NE	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA-CE	1
NE	CE	Privada	FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE	FVJ	1
NE	CE	Privada	FACULDADE SETE DE SETEMBRO	FA7	1
NE	CE	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid (projetos)
NE	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	1
NE	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	1
NE	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	1
NE	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	1
NE	PB	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	UNIPÊ	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE	1
NE	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO	IFSertãoPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	1
NE	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	1
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	1
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	1
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	FAFOPAI	1
NE	PE	Municipal	FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM	FABEJA	1
NE	PE	Privada	FACULDADE ASCES	ASCES	1
NE	PE	Privada	FACULDADE DA ESCADA	FAESC	1
NE	PE	Privada	FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE	FAFIRE	1
NE	PE	Privada	FACULDADE SANTA CATARINA	FASC	1
NE	PE	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	1
NE	PI	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	IFPI	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
NE	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	1
NE	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	1
NE	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	1
NE	RN	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	1
NE	RN	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACEX	UNIFACEX	1
NE	SE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	IFS	1
NE	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	1
NE	SE	Privada	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA	FJAV	1
CENTRO-OESTE				23	21
CO	DF	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1
CO	DF	Privada	FACULDADE JESUS MARIA JOSÉ	FAJESU	1
CO	DF	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	1
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IF Goiano	1
CO	GO	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	1
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	1
CO	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG	1
CO	GO	Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	FESURV	1
CO	GO	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	PUC/GO	1
CO	GO	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	UNIEVANGÉLICA	1
CO	GO	Privada	INSTITUTO APHONSIANO DE ENSINO SUPERIOR	IAESUP	1
CO	MS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	1
CO	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	1
CO	MS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	1
CO	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT	1
CO	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	1
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1
CO	MT	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA	AJES	1
SUDESTE				131	114
SE	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO	IFES	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid (projetos)
			SANTO		
SE	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	1
SE	ES	Municipal	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE	FAFIA	1
SE	ES	Privada	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	FABRA	1
SE	ES	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO - ESPÍRITO SANTO	SÃO CAMILO - ES	1
SE	ES	Privada	ESCOLA SUPERIOR SÃO FRANCISCO DE ASSIS	ESFA	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IF SUL DE MINAS	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	IFSEMG	1
SE	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	1
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	1
SE	MG	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	UNIFEG	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DE ITAJUBA	FEP	1
SE	MG	Privada	CENTRO UNIVERSITARIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	UNILESTE	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DE CAMPOS GERAIS	FACICA	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	FUCAMP	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	FAPAM	1
SE	MG	Privada	FACULDADE DO FUTURO	FAF	1
SE	MG	Privada	FACULDADE PRISMA	FAP	1
SE	MG	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE CATAGUASES	FIC	1
SE	MG	Privada	FACULDADES VALE DO CARANGOLA - FAVALE	FAVALE	1
SE	MG	Privada	FAI - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	FAI-MG	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE FUMEC	FUMEC	1
SE	MG	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS	ISED	1
SE	MG	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC/MG	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	UNIVALE	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAI	UNIVAS	1
SE	MG	Privada	UNIVERSIDADE DE UBERABA	UNIUBE	1
SE	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	1
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	IFFluminense	1
SE	RJ	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	IFRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	1
SE	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	1
SE	RJ	Estadual	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUylaERT	ISEPAM	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	1
SE	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE ARTHUR SA EARP NETO	FASE	1
SE	RJ	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO	FFCLDB	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid (projetos)
SE	RJ	Privada	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS	FGV	1
SE	RJ	Privada	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES	FIC	1
SE	RJ	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC/RJ	1
SE	RJ	Privada	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	UNIFOA	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	UGB	1
SE	RJ	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ORGÃOS	UNIFESO	1
SE	SP	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1
SE	SP	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC	1
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	1
SE	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	1
SE	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	1
SE	SP	Municipal	FACULDADES INTEGRADAS DE SANTA FÉ DO SUL	FUNEC	1
SE	SP	Municipal	FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	FAI	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	CUFSA	1
SE	SP	Municipal	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ	ESEFJ	1
SE	SP	Municipal	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	UNI-FACEF	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1
SE	SP	Municipal	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE BRAGANÇA PAULISTA	FESB	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	USCS	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	UPM	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA	FFCL	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	USC	1
SE	SP	Privada	Centro Universitário UNIFAFIBE	FAFIBE	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - FAPE	FAPE	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	FAPI	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE SÃO VICENTE	FSV	1
SE	SP	Privada	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS	FESL	1
SE	SP	Privada	FACULDADE PAULISTA DE ARTES	FPA	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA	FSDB	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SANTA MARCELINA	FASM	1
SE	SP	Privada	FACULDADE SEQUENCIAL	SEQUENCIAL	1
SE	SP	Privada	FACULDADES ATIBAIA	FAAT	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS	FIFE	1
SE	SP	Privada	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'ÁVILA	FATEA	1
SE	SP	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO VERA CRUZ	ISE VERA CRUZ	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC/CAMP	1
SE	SP	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUC/SP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	UNASP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	UNICASTELO	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	UNICSUL	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	UNIFIEO	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE FRANCA	UNIFRAN	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM	UNISALESIANO	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	UNIFEB	1
SE	SP	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	UNISAL	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	UNISA	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	UNISO	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	UNIVAP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	UMC	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	UMESP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	UNISANTOS	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE PAULISTA	UNIP	1
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid (projetos)
SE	SP	Privada	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	1
SUL				68	66
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	1
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	1
S	PR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	UENP	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ	UNESPAR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1
S	PR	Privada	FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO	FACECLA	1
S	PR	Privada	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	FACDOMBOSCO	1
S	PR	Privada	FACULDADE GUAIRACÁ	FAG	1
S	PR	Privada	FACULDADE SANT'ANA	IESSA	1
S	PR	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUC/PR	1
S	PR	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	IFFarroupilha	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	1
S	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	1
S	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	1
S	RS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	1
S	RS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	IPA	1
S	RS	Privada	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE FEEVALE	FEEVALE	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	UCPEL	1
S	RS	Privada	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO	FACOS	1
S	RS	Privada	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUC/RS	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	UNIFRA	1
S	RS	Privada	FACULDADE TRÊS DE MAIO	SETREM	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	UNILASALLE	1
S	RS	Privada	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ISEI	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	1
S	RS	Privada	FACULDADES EST	EST	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUI	1
S	RS	Privada	FACULDADE PALOTINA	FAPAS	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	1
S	RS	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1
S	RS	Privada	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IF-SC	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	1
S	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE	IFC	1
S	SC	Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	1

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid (projetos)
S	SC	Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	UNIFEBE	1
S	SC	Privada	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	1
S	SC	Privada	FACULDADE DE ITAPIRANGA	SEI/FAI	1

10.ANEXO IV – IES - Pibid Diversidade

Região	UF	Natureza Jurídica	Instituição	Nº de IES	Pibid Diversidade (projetos)
Total de projetos-grupos de pesquisa/IES					32
NORTE					5
N	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	1
N	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA	1
N	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	1
N	RO	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	1
N	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	1
NORDESTE				61	12
NE	BA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	IFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	1
NE	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	1
NE	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	1
NE	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	1
NE	CE	Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	1
NE	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	1
NE	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	1
NE	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	1
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE	CESA	1
NE	PE	Municipal	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE SÃO FRANCISCO	CESVASF	1
NE	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	1
CENTRO-OESTE				23	5
CO	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	1
CO	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	1
CO	MS	Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	1
CO	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	1
CO	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	1
SUDESTE				131	3
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	1
SE	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	1
SE	SP	Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	1
SUL				68	7
S	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	UNICENTRO	1
S	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	1
S	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	1
S	SC	Privada	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	1